



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UNIRIO - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
Programa de Pós-Graduação em História



DAIANA RAMOS LEAL

**A FAMÍLIA CORRÊA E CASTRO NA
CÂMARA MUNICIPAL DE
VASSOURAS (1833-1857)**

2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO -UNIRIO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH
MESTRADO

DAIANA RAMOS LEAL

A FAMÍLIA CORRÊA E CASTRO NA CÂMARA MUNICIPAL DE
VASSOURAS (1833-1857)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Departamento de História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), como pré-requisito para obtenção do grau de Mestre em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Mariana de Aguiar Ferreira Muaze.

Rio de Janeiro
Agosto 2024

DAIANA RAMOS LEAL

**A FAMÍLIA CORRÊA E CASTRO NA CÂMARA MUNICIPAL DE
VASSOURAS (1833-1857)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Departamento de História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), como pré-requisito para obtenção do grau de Mestre em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Mariana de Aguiar Ferreira Muaze.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Mariana Muaze (Orientador) – UNIRIO

Prof. Dr. Marcelo Rosanova Ferraro (UNIRIO)

Prof.^a Dr.^a Claudia Regina Andrade dos Santos (UNIRIO)

Prof. Dr. Thiago Campos (SME-RJ)

Catalogação informatizada pelo(a) autor(a)

Ramos Leal, Daiana
R A família Corrêa e Castro na Câmara Municipal de Vassouras (1833-1857) / Daiana Ramos Leal. -- Rio de Janeiro : UNIRIO, 2024.
135

Orientador: Mariana de Aguiar Ferreira Muaze.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História, 2024.

1. Câmara Municipal. 2. família Corrêa e Castro. 3. Vassouras, século XIX. I. de Aguiar Ferreira Muaze, Mariana, orient. II. Título.

Aos meninos da minha vida, Diego, Arthur e Rafael.

AGRADECIMENTOS

Ao Diego pela nossa caminhada e por compartilhar os belos e difíceis momentos dessa vida. Sem seu amor, apoio e incentivo nada disso seria possível. Para os meus filhos Arthur e Rafael pela paciência, amor e por compreender minhas ausências. Para minha mãe Sandra e irmãs Fernanda e Rafaela, por todo apoio e incentivo.

À professora Mariana Muaze pela orientação, aprendizado e oportunidade de descoberta do mundo da pesquisa.

À Roberta Barbosa pela escuta, conselhos e por me ajudar a acreditar que era possível.

Aos funcionários do Centro de Documentação Histórica do IPHAN de Vassouras, Ana Paula, Isabel, Almir, Luís e Isabel Rocha, agradeço pelas tardes de pesquisa, conversas e por permitir que meu trabalho continuasse mesmo em momentos adversos.

Agradeço à colega de turma e amiga, Aline Lopes, pela generosidade e disponibilidade em ajudar sempre.

A todo corpo docente e funcionários da Escola de História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), pois sem o trabalho e dedicação de vocês nada disso seria possível.

A CAPES que fomentou a pesquisa através da concessão da bolsa de mestrado.

Enfim, agradeço a todos que contribuíram de alguma forma para minha formação!

RESUMO

O presente trabalho analisa a atuação dos membros da classe senhorial escravista na câmara municipal de Vassouras entre 1833 e 1857, ou seja, desde a fundação da vila até a estabilidade política do município como centro político e produtivo do café no Vale do Paraíba fluminense. Partindo da análise dos personagens da família Corrêa e Castro que tiveram atuação política na vereança, o trabalho investiga os principais assuntos debatidos na política local de modo a entender como as famílias da classe da região de Vassouras no Vale do Paraíba Fluminense se moviam e se articulavam politicamente.

Palavras-chave: Câmara municipal, Família Corrêa e Castro, Classe senhorial, Vassouras, século XIX.

ABSTRACT

This work analyzes the actions of members of the slave-owning class in the municipal council of Vassouras between 1833 and 1857, that is, from the founding of the town to the political stability of the municipality as a political and coffee production center in the Paraíba Valley of Rio de Janeiro. Starting from the analysis of the characters of the Corrêa and Castro family who had political activity in the council, the work investigates the main issues debated in local politics in order to understand how the families of the class in the region of Vassouras in the Vale do Paraíba Fluminense moved and articulated politically.

Keywords: Town hall, Corrêa e Castro Family, seigniorial class, Vassouras, 19th century.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Praça da Matriz da vila de Vassouras	32
Gráfico 1: Análise comparativa entre o patrimônio da Baronesa de Campo Bello e a matriarca da família Corrêa e Castro, Mariana das Neves Corrêa	35
Figura 2: Fazenda do Secretário	39
Figura 3: Fazenda do Secretário	39
Figura 4: Correspondência enviada a câmara de Pati do Alferes pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino	48
Gráfico 2: Composição da câmara de Vassouras entre 1833 e 1850	60
Gráfico 3: Temas discutidos nas sessões da câmara de Vassouras entre 1838 e 1850	73
Figura 5: Placa da sepultura José Corrêa e Castro	83
Figura 6: Chafariz monumental da praça Barão do Campo Bello	107
Figura 7: Casa de Câmara e Cadeia de Vassouras	111

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Patrimônio do casal Corrêa e Castro inventariado	23
Tabela 2: Cafezais da Fazenda Santo Antônio	26
Tabela 3: Culturas de subsistência da Fazenda Santo Antônio	27
Tabela 4: Construções e unidades produtivas da Fazenda Santo Antônio.....	28
Tabela 5: Patrimônio do casal Laureano Corrêa e Castro e Eufrásia Joaquina Corrêa	33
Tabela 6: Animais da Fazenda do Secretário e Retiro	42
Tabela 7: Cafezais da Fazenda do Secretário, Santa Rita, Retiro, Anil e S. Gonçalo	44
Tabela 8: Culturas de subsistência.	45
Tabela 9: Nomes, anos de exercício e ramos de atuação dos vereadores de Vassouras	56
Tabela 10: Resumo das receitas e despesas da Câmara de Vassouras entre 1845/1848	81
Tabela 11: Participação da família Corrêa e Castro nas eleições de vereadores de Vassouras	95

SUMÁRIO

1. Introdução	10
Capítulo 1: A Família Corrêa e Castro e a Construção da Política em Vassouras	17
1.1 A ocupação do Vale do Paraíba Fluminense e a fundação da vila de Vassouras ...	17
1.2 A família Corrêa e Castro: histórias e trajetórias	21
Capítulo 2: A câmara, a família, a política e a cidade	47
2.1 A câmara municipal e a política local	47
2.2 Os Corrêa e Castro na câmara municipal de Vassouras	55
2.3 A câmara municipal e a construção da política no cotidiano da vila	66
Capítulo 3: Ordem pública e a consolidação do espaço urbano	103
3.1 A Câmara municipal e as obras públicas da vila	103
3.2 Formação, urbanização e ordenamento da vila	113
Considerações finais	125
Referências bibliográficas	130

Introdução

*Na Côte, louvam-na e a encantadora cidade serrana é centro de elegância e de repouso para inúmeras das grandes figuras do escol carioca. A fama dos seus solares, dos requintes culturais de sua fidalguia do café, da amabilidade de seu povo hospitaleiro e soberbo da admiração dos visitantes, desce ao Rio e faz subir de volta a melhor expressão da cultura carioca.*¹

Em 1963, o geógrafo brasileiro Alberto Ribeiro Lamego republicou o livro “O Homem e a Serra” o qual aclamava a cidade de Vassouras como centro de elegância, com seus ricos solares e cultura requintada inspirada na Corte. Produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o livro fazia parte de uma coletânea intitulada “Setores da Evolução Fluminense”. Lançado muitas décadas após a decadência da produção cafeeira fluminense, a obra representava a história de Vassouras de forma idealizada, ressaltando principalmente a “mentalidade generosa”, o “espírito associativo” e o refinamento da aristocracia rural que havia fundado a cidade. Privilegiando a arquitetura e o elevado patamar cultural da cidade durante o século XIX, seu discurso reproduzia uma memória seletiva do passado, inviabilizando toda a violência e a opressão, principalmente contra pessoas escravizadas, que foram a base da fortuna dos cafeicultores e da opulência da cidade de Vassouras.

Assim como Alberto Lamego, vários outros autores e memoristas procuraram privilegiar uma representação gloriosa de Vassouras, dos seus fundadores e de suas famílias, exaltando principalmente seu pioneirismo e prestígio, e preterindo a base de todo enriquecimento local que foi o trabalho dos escravizados. Os vestígios dessa memória seletiva ainda hoje estão presentes na paisagem urbana da cidade, com seus edifícios, jardins e monumentos que carregam os discursos desses potentados.

Conhecida como a “Princesa do Café”, Vassouras foi elevada à condição de cidade em 1857 e se destacou no cenário nacional do século XIX por ser umas das principais produtoras de café do mundo, sendo, assim, intitulada pela historiografia como o “principal centro urbano irradiador da cultura e modo de vida senhorial”². Núcleo urbano mais importante do Vale, Vassouras, reunia fazendas, grandes fortunas, escravizados e uma parcela significativa

¹ LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O homem e a serra*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1963, p.159,

² SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.146.

da chamada “boa sociedade imperial”. Naquele período, o café era o principal produto de exportação do Brasil, sendo por isso conhecido como “ouro verde”. Assim, foi no rastro do café que essas famílias senhoriais expandiram sua fortuna, conquistaram uma hegemonia local e nacional e expandiram seu modo de vida para os demais grupos sociais.

É, portanto, na Vassouras do século XIX que esse trabalho se desdobra. Intrigados com o poder dessas famílias enriquecidas pelo cultivo do café, que detinham uma cultura própria, que participavam de todos os espaços públicos de poder e que foram amplamente retratadas pelos anais da história de Vassouras, que nos debruçamos sobre o tema das famílias senhoriais, tendo como principal objeto de pesquisa a família Corrêa e Castro. Proprietária de prósperas fazendas cafeeiras e um grande plantel de escravizados, essa família foi uma das fundadoras da municipalidade de Vassouras e uma das famílias senhoriais mais poderosas e influentes da região. Com grande capital econômico, político e social, seus membros estiveram a frente dos principais cargos oficiais e de domínio local, a exemplo da própria câmara municipal que aqui será analisada. Membros de maior destaque e influência da família devido a sua atuação na política local e relação com o Estado Imperial, os irmãos Laureano e Pedro Corrêa e Castro foram os personagens principais dessa pesquisa.

Desta forma, essa dissertação busca entender o discurso senhorial e a atuação dos membros da câmara municipal de Vassouras, através da família Corrêa e Castro, escolhendo-a por sua importância não somente na presidência da câmara, mas também por se manter atuante tanto na cafeeicultura escravista e quanto na política local. Para tanto, circunscrevemos a pesquisa dessa dissertação entre os anos de 1833 e 1857 para englobar os períodos que Ricardo Salles chamou de estruturação e apogeu da cafeeicultura na região do vale do Paraíba fluminense, mas também para analisar a construção e atuação da própria classe senhorial vassourense.³ O ano inicial da pesquisa se refere também ao ano de fundação da vila, com a transferência da sede administrativa de Pati do Alferes para Vassouras e a composição de uma nova câmara. O ano de 1857 diz respeito ao período de estabilidade política alcançado pelo município de Vassouras como centro produtivo de café no Vale do Paraíba Fluminense. Esse marco temporal se baseou ainda nos mandatos de Pedro e Laureano Corrêa e Castro na câmara que vão de 1833 a 1848.

³SALLES, Ricardo. Op. cit.

Enriquecidas a partir de atividades como comércio de grosso trato, tráfico de escravos, mineração, investimento em imóveis, e empréstimos de dinheiros a juros, essas famílias se instalam na região de Vassouras, na virada do século, motivadas principalmente pelo cultivo de café e as rentáveis atividades comerciais e financeiras derivadas dele. Ampliadas suas fortunas, com a expansão da cultura cafeeira no Vale, essas famílias passam então, a partir da primeira metade do século XIX, a incorporar gostos e comportamentos que legitimassem a sua distinção social, buscando uma aceitação nos círculos da “boa sociedade imperial”. A adoção de novos padrões de comportamento e de gosto por essas famílias foi definido por Ricardo Salles como a formação de um *éthos senhorial*.⁴ Já Mariana Muaze, valendo-se do conceito de *habitus* de sociólogo Nobeit Elias, define essa mesma mudança de comportamento como *habitus senhorial escravista*, que influía no gosto dos fazendeiros gerando um certo enraizamento de um sentimento aristocrático que influenciava a forma de pensar, de se ver e agir no mundo.

*Em última instância, esse sentimento aristocrático se constituía enquanto um habitus, uma segunda natureza, compartilhada por indivíduos que compunham as chamadas “melhores famílias”, e por consequência, pelo próprio grupo dirigente; atuando, ao mesmo tempo como padrão de comportamento e elemento de identidade de grupo (...)*⁵

A classe senhorial, com sua formação intergeracional, foi um acontecimento histórico complexo que implicou principalmente na construção de uma cultura e de um *éthos* senhorial escravista, isto é, comportamentos, modo de vida, valores, identidades e lugares sociais específicos. Tendo se difundido tanto dentro dessa classe, como para grupos sociais ditos subalternos, esses *éthos* delimitava os espaços de poder e servia de referência para toda sociedade da época, fazendo com que até mesmos libertos almejassem a posse de escravos para se inserirem nessa sociedade, essencialmente escravocrata.⁶

Alinhado à concepção de classe senhorial defendida por Ilmar de Mattos, esse trabalho se alicerça na interpretação clássica de que a formação do Estado Imperial brasileiro

⁴ Idem. Ibidem.p.53.

⁵ MUAZE, Mariana. Pensando a família no Brasil: ganhos interpretativos a partir da micro-história. *Confuenze* vol.8, No. 1, 2016, pp. 10-27, ISSN 2036-0967, Dipartimento di Lingue, Letterature e Culture Moderne, Università di Bologna. p. 17.

⁶ SALLES, Ricardo. Op. cit. p. 46.

se deu de forma paralela à construção de uma classe – a classe senhorial – e ocorreu sob a intervenção e direção da “facção fluminense do partido Conservador”, os saquaremas. Entendido por Mattos com a dimensão do poder dessa classe, o Estado Imperial defendia não só seus interesses comerciais e agrícolas, mas também seu projeto político, pautado por princípio de “Ordem” e “Civilização”. Ligada também a interpretação de que a ascensão da economia cafeeira no Vale do Paraíba Fluminense e a expansão da classe senhorial no Império são processos interligados e interdependentes, esse trabalho considera que foram os lucros, interesses e demandas surgidos em torno da cafeicultura nessa região que permitiram a consolidação dessa classe ao nível nacional.⁷

Intimamente ligada ao contexto político, econômico e social que vivia o Brasil nos oitocentos, a transformação do Vale do Paraíba Fluminense em maior produtor de café do mundo só foi possível graças à política pró-escravidão existente em todo território nacional. Desenhada para garantir a manutenção da escravidão no Brasil, essa política beneficiou principalmente os fazendeiros do Vale do Paraíba Fluminense que necessitavam constantemente de braços cativos para suas roças de café.⁸ A escravidão estabelecida nesse período, contudo, não tinha mais os moldes coloniais, arcaicos⁹, mas um novo contorno e seria chamada de “segunda escravidão”. As principais características dessa “segunda escravidão” eram a alta lucratividade, a relação com o mercado internacional, a exploração intensiva da mão de obra escravizada, inovação técnica e organizativa do trabalho, e a proximidade política com o Estado nacional.¹⁰

Importante conceito para entender a sociedade imperial e principalmente o universo das fazendas de café no Vale do Paraíba do século XIX, o paternalismo, como forma de domínio, instituiu nessas localidades uma “política de favores”, que era alimentado pela distribuição de benefícios e geração de dependências. Ideologia de sustentação do poder senhorial, o paternalismo pautava as relações sociais pela diferença, verticalizando-as. O lugar social de um indivíduo nessa sociedade dependia, assim, de suas relações pessoais e não existia fora delas. Era, portanto, uma sociedade baseada na hierarquia, autoridade e dependência.

⁷ MATTOS, Ilmar Rohloff de. O Tempo Saquarema. 5ª edição, São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

⁸ Idem. Ibidem. Ver ainda, SALLES, Ricardo. E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008; PARRON, Tâmis. A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865. São Paulo: Civilização Brasileira, 2011.

⁹ RAGOSO, João Luís; FLORENTINO, Manolo. Arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil numa economia colonial tardia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

¹⁰ TOMICH, Dale. Pelo prisma da escravidão, trabalho: trabalho capital e economia mundial. São Paulo: Edusp, 2011.

Apesar dos espaços pré-determinados por essa lógica paternalista não devemos desconsiderar que na prática cotidiana existiram vários exemplos de resistência e não aceitação dessas regras de dominação.¹¹

O conceito de “família patriarcal”, postulado por Gilberto Freyre na obra *Casa Grande e Senzala*, também pode fornecer pistas para o entendimento da atuação dessas famílias senhoriais estabelecidas na região de Vassouras. Caracterizada por uma organização familiar em que a figura do homem é preponderante sobre os demais membros da família, com domínio sobre a casa, esposa, filhos e o mundo do trabalho, essa lógica fazia parte da maioria das relações familiares no Brasil do século XIX. Ademais, outro aspecto importante desse conceito se refere a responsabilidade do patriarca para com a manutenção do patrimônio e a perpetuação do grupo familiar ao longo do tempo, através de arranjos matrimoniais, alianças e redes de solidariedades estabelecidas.¹²

Tendo como locus de observação também a câmara municipal de Vassouras, essa dissertação procurou tanto compreender o papel dos irmãos Corrêa e Castro na política local, quanto delinear as relações que mantinham com outros vereadores. Buscou-se também entender as relações estabelecidas entre a câmara e as demais instâncias de poder, província e governo imperial.

Os documentos acessados para realizar esse trabalho são de tipos variados e o leitor encontrará referência de inventários *post mortem*, testamentos, edições de jornais, textos de memorialistas, correspondências da câmara, códigos de posturas e os livros atas com o registro de suas sessões. Relacionados aos membros da família Corrêa e Castro, esses documentos ajudaram a reconstruir o universo social, econômico e cultural dessa família senhorial, assim como sua trajetória e redes de sociabilidades e compadrios. Compreendendo o registro de todas as sessões (ordinárias e extraordinárias) realizadas na câmara municipal de Vassouras entre dezembro de 1838 e setembro de 1850, os livros atas foram outra importante fonte de pesquisa

¹¹ CHALHOUB, Sidney. Diálogos políticos em Machado de Assis. In. CHALHOUB, S; PEREIRA, História contada: capítulos de História social da literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. Mariana Muaze, “Novas considerações sobre o Vale do Paraíba e a dinâmica imperial”, in: Mariana Muaze & Ricardo Salles, O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015. p. 68-73.

¹² FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 25. ed. São Paulo: José Olympio Editora, 1987. Para uma discussão do patriarcalismo como ideologia familiar, ver: MUAZE, Mariana. O Império do Retrato: família, riqueza e representação social no Brasil oitocentista (1840-1889). (Tese de doutorado). Niterói: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2006.

para apreensão da política na vila no século XIX, auxiliando na delimitação dos projetos, interesses e estratégias utilizadas por essas famílias senhoriais frente à administração pública municipal. A ata anterior da câmara (1833-1838) que poderia esclarecer eventos e questões importantes ligados aos anos iniciais da vila infelizmente não foi localizada.

Como as fontes não são capazes de falar por si mesmas, foram adotados nessa dissertação vários procedimentos teóricos-metodológicos distintos que ajudaram a responder à problemática de pesquisa inicialmente proposta. Nesse sentido, o método nominativo da microanálise italiana, principalmente de Carlo Ginzburg, foi fundamental para reconstruir as trajetórias dos membros da família aqui analisada, seu papel social e político e definir os valores e concepções compartilhados por eles. Como proposto por Ginzburg no texto “Nome e o como”, o nome foi o fio condutor dessa investigação e ajudou na elaboração da história desse período.¹³ De forma complementar, foi construído um banco de dados como o nome, mandatos e ramo de ocupação de todos os vereadores que atuaram na câmara de Vassouras no período, além de outro com os principais temas tratados por eles nas sessões. A partir dessas informações, foi possível vislumbrar, através das deliberações e propostas apresentadas na câmara, os principais interesses e as estratégias dos irmãos Corrêa e Castro e demais vereadores. O trabalho que veremos a seguir é, portanto, o resultado, principalmente, da análise deste banco de dados que espelha a leitura das atas da câmara entrecruzado com outras narrativas e documentos disponíveis.

Para melhor compreensão das questões levantadas e análises feitas ao longo desta pesquisa esta dissertação foi dividida em três capítulos. No primeiro, analiso o contexto de ocupação do Vale do Paraíba Fluminense, a formação da cultura cafeeira na região e a fundação da vila de Vassouras. Em seguida, apresento a trajetória da família Corrêa e Castro no Vale do Paraíba, seu patrimônio, investimentos e o processo de desenvolvimento da fazenda Santo Antônio, primeira propriedade da família na região, e da fazenda Secretário, de propriedade de Laureano Corrêa e Castro. No segundo capítulo, destaco o papel desempenhado pelas câmaras municipais durante o período colonial e Imperial e as influências das propostas liberais nas mudanças e reformas em seus regimentos na primeira metade do XIX. Em seguida, analiso o funcionamento da câmara municipal de Vassouras entre 1833 a 1850, sua composição e o principal ramo de ocupação dos atores políticos que nela atuaram. Examino a relação

¹³ GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. “O nome e o como”. In: GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo et. al. *A Micro História e outros ensaios*. Lisboa; Rio de Janeiro: Difel; Bertrand-Brasil, 1991, p.176-177.

estabelecida entre os irmãos Corrêa e Castro e seus congêneres, e da câmara com a autoridades provinciais, Imperador e demais membros do governo central. Para finalizar o capítulo, analiso pontualmente os principais temas abordados pelos vereadores nas atas da câmara entre 1838 a 1850, destacando suas principais deliberações, projetos e propostas apresentadas por eles. Por fim, no terceiro capítulo, detalho o processo de construção dos principais edifícios e monumentos públicos realizadas pela câmara na vila no período, destacando seu papel no rápido processo de urbanização de Vassouras. Analiso ainda como o princípio de “civilização” tão caro à classe senhorial, foi estabelecido na vila de Vassouras por meio dos regulamentos criados pela câmara municipal (códigos de postura) que normatizavam tanto sobre o espaço urbano da vila como da vida privada de seus habitantes. Elemento indispensável na ação dessa classe dirigente, esse modelo de civilidade – inspirado na Europa – baseou as reformas, obras, organização do comércio e as normas de convivência e conduta na vila.

A seleção dos temas dos dois últimos capítulos foi feita a partir da leitura, análise e levantamento dos principais assuntos tratados pelos vereadores nas 170 sessões da câmara examinadas para essa dissertação e que compuseram nosso banco de dados. Com vários temas discutidos por sessão, ao final identificamos onze grandes temas, com maior número de incidência, que nortearam o trabalho da câmara no período.

Capítulo 1 – A família Corrêa e Castro e a construção da política em Vassouras.

1.1 - Ocupação do Vale do Paraíba Fluminense e a fundação da vila de Vassouras

Para compreender a trajetória da família Corrêa e Castro na câmara municipal de Vassouras, durante o século XIX, se faz necessário, primeiramente, conhecer um pouco da história da ocupação do Vale do Paraíba Fluminense e da fundação da vila de Vassouras, onde esses personagens tiveram e atuaram politicamente desde os primeiros momentos.

A história do Vale do Paraíba Fluminense e de Vassouras não se inicia com a abertura do Caminho Novo das Minas Gerais, no século XVIII, pois antes da chegada dos colonizadores havia uma série de tribos indígenas que viviam naquela localidade e, para a sua ocupação e exploração, foi implementada a sua violenta expulsão, conversão ou aldeamento.¹⁴ De qualquer forma, a partir da concessão da licença real para construção do Caminho Novo, estrada real que ligaria o Rio de Janeiro à região mineradora, as primeiras sesmarias foram concedidas na região, sendo uma delas dada ao alferes de ordenança Leonardo Cardoso da Silva que, posteriormente, foi legada a Francisco Tavares. Outros beneficiados pela concessão das primeiras sesmarias foram Ignácio de Souza Werneck, que recebeu parte das terras do Alferes, e José Rodrigues da Cruz, que junto de seus sócios Antônio Ribeiro de Avellar e Antônio Santos, se estabeleceram em terras na região de Pau Grande. Nessas duas sesmarias surgiram ricas fazendas e duas das mais importantes famílias da região.¹⁵

Contando com uma ocupação inicial pequena, a região do médio Vale do Paraíba Fluminense só passaria a ter seu território efetivamente ocupado por um maior número de colonos e colonizadores a partir 1808, com a chegada da família real ao Brasil e o aumento da necessidade de abastecimento na Corte do Rio de Janeiro. Com a abertura das estradas do Comércio, em 1813, e da Polícia, em 1820, bem como o declínio da produção aurífera na região das minas, houve também um significativo deslocamento de pessoas para região. Assim, o declínio da extração de ouro associado ao aumento das demandas do mercado interno,

¹⁴ LEMOS, Marcelo Sant'ana. O índio virou pó de café?: Resistência dos índios Coroados de Valença frente à expansão cafeeira no Vale do Paraíba (1788-1836). 2004. 269 f. Dissertação (Mestrado em História Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. MACHADO, Marina Monteiro. Entre fronteiras: posses e terras indígenas nos sertões (Rio de Janeiro, 1790-1824). Guarapuava: Unicentro, 2012. OLIVEIRA, Enio Sebastião Cardoso de. Cadê O índio que vivia aqui? Os Puri, a ocupação dos sertões de Campo Alegre da Paraíba Nova e o processo de invisibilidade indígena (Séculos XVIII e XIX). 2018. 408 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

¹⁵ LAMEGO, Alberto Ribeiro. Op. Cit. p.11.

principalmente por alimentos, e do mercado externo para a produção de bens agrícolas, como açúcar e café, estimularam o aumento da ocupação do território estudado.

Para Rafael Marquese, o ano de 1808 foi fundamental para ocupação do território do Vale do Paraíba Fluminense e para formação da cultura cafeeira brasileira. Com a chegada da família real portuguesa ao Brasil, houve, segundo ele, uma reorganização política e econômica em torno da cidade do Rio de Janeiro, nova sede do Império português, estimulando, assim, a ocupação e o fluxo de atividades mercantis em toda região centro-sul fluminense. Se a abertura dos portos brasileiros às “nações amigas” inicialmente beneficiou somente a Grã-Bretanha e não significou um incremento às nossas exportações cafeeiras, com o fim das guerras napoleônicas e a volta da paz à Europa, tivemos, por conseguinte, o livre intercâmbio dos produtos brasileiros com o mercado mundial, estimulando assim, os produtores locais e o “arranque definitivo da cafeicultura” brasileira. Outro fator que contribuiu para impulso da cafeicultura na Região Fluminense foi a posição de destaque do Rio de Janeiro no tráfico transatlântico de escravizados. Principal porta de entrada dos africanos escravizados que chegavam o Brasil, o Rio de Janeiro canalizou grande parte dos africanos que aqui chegaram para expansão da fronteira agrícola.¹⁶

O aumento crescente de pessoas na região fez com que fosse fundada uma vila na freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Roça do Alferes. Criada por alvará do Rei d. João VI, em 4 de setembro de 1820, a vila de Pati do Alferes dispôs de uma breve existência e teve seu desenvolvimento prejudicado devido às disputas entre dois proprietários rurais locais. Manoel Francisco Xavier, proprietário de parte das terras do Alferes, e Antônio Luiz Machado, dono de terras onde foi fundada a nova vila, não tinham o interesse que seus domínios ficassem sobre a vigilância administrativa de uma vila e tão pouco desejavam conceder terras para construção de estradas e logradouros públicos. Vitorioso na disputa, Manoel Francisco Xavier preservou parte de sua propriedade e ainda financiou a construção de uma igreja matriz nas terras do seu opositor, Antônio Luiz Machado. Fundada a vila, Manoel Francisco Xavier recebeu o título de capitão-mor de ordenanças e foi nomeado presidente da primeira Câmara Municipal de Pati do Alferes. Acusado por alguns de seus desafetos de privilegiar seus interesses, ao não realizar a construção de estradas nas suas terras, Manoel Francisco Xavier foi responsabilizado pelo crescimento raquítico da vila que possuía poucas casas e vias públicas e

¹⁶MARQUESE, Rafael de Bivar. As origens de Brasil e Java: trabalho compulsório e a reconfiguração da economia mundial do café na Era das Revoluções, c.1760-1840. *História (São Paulo)*, São Paulo, v. 34, n. 2, p.116-118, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v34n2/0101-9074-his-34-02-00108.pdf>>.

nenhum prédio administrativo. Assim, em 1832, é enviado as vilas e cidades do Império, um ofício do Ministério da Justiça indagando sobre a conveniência e situação das sedes das vilas. Ocupada a essa altura por representantes de outras famílias da região, fazendeiros de Sacra Família e Pau Grande, a Câmara delibera e decide por unanimidade pela transferência da sede da vila para Vassouras, por considerar a localidade vizinha economicamente mais promissora. Estavam presentes na Câmara nessa ocasião os seguintes vereadores: Laureano Corrêa e Castro (presidente da Câmara), Francisco das Chagas Werneck, Joaquim Ribeiro de Avellar, Francisco Ignácio Pacheco de Mello e José Inocêncio de Andrade Vasconcellos. O decreto publicado em 15 de janeiro de 1833 oficializa a transferência, extinguindo a vila decadente e criando a Vila de Vassouras. O voto dos Ribeiro de Avellar e dos Werneck, a favor da transferência, tratava-se tanto de uma retaliação a Manoel Francisco Xavier, quanto uma tentativa de aproximação dos demais vereadores aliados, mesmo que isso significasse para eles ter que realizar uma viagem para sessões da Câmara.¹⁷

O local onde seria construída a vila de Vassouras fazia parte de uma vasta sesmária denominada Vassouras e Rio Bonito, que foi concedida a Francisco Rodrigues Alves e Luís Homem d' Azevedo em 5 de outubro de 1782. Com o crescimento da população na região, essa sesmária acabou ao longo dos anos sendo subdividida, por herança ou transação, passando a ter vários outros proprietários e posseiros.¹⁸

Em 1823, o Guarda Mor João Teixeira Gomes e sua esposa Ana Maria do Espírito do Santo, que era filha de Luiz homem d' Azevedo, doaram parte das terras da fazenda denominada Vassouras para Irmandade Nossa Senhora da Conceição da freguesia de Sacra Família, para que nelas fosse erguida uma igreja matriz. As trezentas e sessenta braças de terras doadas pelo casal acabaram sendo trocadas por uma sorte de terras de propriedade de Francisco José Teixeira Leite, que ficavam à margem da estrada da Polícia, onde a igreja foi construída. Parte das terras da vila de Vassouras pertenciam, portanto, a Irmandade de Nossa Senhora da Conceição.¹⁹ A administração da Irmandade nesse período estava a cargo dos membros das principais famílias senhoriais da região, sendo os Corrêa e Castro uma delas. Mariana das Neves Corrêa, matriarca da família, e seus filhos Laureano e Pedro Corrêa e Castro estavam presentes

¹⁷ TELLES, "Vassouras, Estudo da Construção Residencial Urbana", pp 9-11; RAPOSO. História de Vassouras, pp.13-14; LAMEGO. O Homem e a Serra, pp. 136-142. MUAZE, Mariana. *As memórias da viscondessa: família e poder no Brasil Império*. RJ: Zahar, 2008. Disputas entre os potentados locais e a origem de Pati do Alferes ver, BORGES, Magno. Protagonismo e Sociabilidade Escrava em Vassouras: 1821-1850. Dissertação de mestrado defendida na Universidade de Vassouras em 2005. 36-44.

¹⁸ TELLES, Augusto C. da Silva. Op. Cit. p. 22.

¹⁹ Idem. Ibidem. p.22.

na primeira reunião da Irmandade de Nossa senhora da Conceição, realizada em 4 de julho de 1830, e na ocasião foram eleitos respectivamente para os cargos de juíza, escrivão e juiz.²⁰

Contrariando o histórico regional em que as vilas surgem a partir de antigos povoamentos, Vassouras não possuía nenhum povoamento antigo, agrupamento humano ou importante propriedade agrária que justificasse a sua fundação. No *Diccionario Geographico, histórico e descriptivo do Imperio do Brazil*, publicado em 1845, o autor, o militar francês Milliet de Saint-Adolphe, desconsiderando as populações autóctones que lá viviam, descreveu a Vila de Vassouras e afirmou que, no início do século XIX, o local onde foi assentada a nova Vila era um “despovoado coberto de mato, e de espécie d’arbusto de que no Brazil fazem vassouras”²¹. Em pouco tempo, viu-se surgir ali uma das cidades mais importantes do Vale do Café.

Situada fora das principais vias de comunicação e sem ter uma localização geográfica estratégica ou justificativas oficiais, a fundação e o desenvolvimento da vila de Vassouras se devem principalmente à coesão e interesses políticos e econômicos dos senhores locais e à força de trabalho dos escravizados. Pioneiros na ocupação das terras do Vale, graças principalmente a política de concessão de sesmarias estabelecido pelo império português, a maioria dessas famílias senhoriais ampliaram sua fortuna no rastro do café.²² Com uma fortuna originária construída a partir de outras atividades econômicas como comércio de grosso trato, tráfico de escravos, mineração, investimento em imóveis e empréstimo de dinheiro a juros, essas famílias migraram para o vale e acabaram por investir em terras, escravos e na expansão do café concentrando, com o aumento de seu preço no mercado internacional, ainda mais riqueza e poder. Enriquecida com a mineração, a família Corrêa e Castro se instalou na região de Vassouras na virada do século, buscando outra atividade econômica, já que a oferta de ouro nas minas estava em declínio.²³

²⁰ LOBO, Olívia Dulce. *Laura Congo e a família escrava do barão de Tinguá: reflexões sobre a família no Vale do Paraíba fluminense (1830-1888)*. 2017. 142 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.p.50.

²¹ MILLIET DE SAINT-ADOLPHE, J.C.R. *Diccionario geographico e descriptivo do Imperio do Brazil*. Pariz, J. P. Aillaud, 1845. 2v. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/diccionario-geographico-historico-e-descriptivo-do-imperio-do-brazil-volume-ii.pdf>, p.758.

²² A distribuição de terras a essas famílias era uma forma de agradecimento pelos serviços prestados a sua Majestade.

²³ Mariana Muaze, “Novas considerações sobre o Vale do Paraíba e a dinâmica imperial”, in: Mariana Muaze & Ricardo Salles, *O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015. p. 68-73.

Dois meses após o decreto, em 15 de março de 1833, a nova vila foi instaurada e aconteceu a primeira sessão na Câmara de Vassouras. Assim, desde o início, a câmara foi presidida por um dos membros da família aqui analisada, Laureano Corrêa e Castro. A sessão de abertura contava com a presença dos demais vereadores que cumpriam o mandato de 1833-1836, sendo eles: Francisco José Teixeira Leite, Cláudio Gomes Ribeiro de Avellar, Antônio Delphim da Silva, Francisco Ignácio Pacheco Mello, Joaquim Ribeiro de Avellar e José Inocêncio de Andrade Vasconcellos.²⁴ Nesse período, a vila ainda contava com um reduzido número de casas (4 ou 5 edificações), localizadas próximas à igreja de Nossa Senhora da Conceição, ainda em construção, e uma pequena expressão demográfica.²⁵

1.2 - A Família Corrêa e Castro: histórias e trajetórias

Membros da elite colonial mineira, a família Corrêa e Castro se estabeleceu na região do médio Vale do Paraíba Fluminense no final do século XVIII. Um ramo da família era proveniente da região de Mariana, em Minas Gerais, que desceu para Vassouras no contexto da crise da produção aurífera. O outro era descendente dos primeiros sesmeiros da região de Pati do Alferes. Assim, os Corrêa e Castro fizeram parte da segunda geração de povoadores da região. Seus pioneiros investiram principalmente na agricultura, escravos e terras, se tornando, com a expansão da cafeicultura na região, figuras de destaque na sociedade, ocupando cargos na legislatura municipal, órgãos de polícia e justiça e na Irmandade Nossa Senhora da Conceição, a qual pertenciam às terras da vila.

O núcleo principal foi formado a partir dos dois matrimônios de Mariana das Neves. Assim, a família Corrêa e Castro se estabeleceu, entre o final do século XVIII e início do século XIX, na freguesia de Sacra Família do Tinguá, na fazenda denominada Santo Antônio. A matriarca da família, Mariana das Neves Corrêa, nasceu em 1764 numa localidade denominada Pinheiro do Sumidouro, bispado de Mariana na província de Minas Gerais. Filha de João Corrêa Tavares e Ana Maria Pedrosa de Moraes, Mariana era neta do alferes de ordenança Francisco Tavares, um dos primeiros colonizadores e sesmeiro da região. Estabelecendo-se às margens do Caminho Novo, numa localidade conhecida como “Roça do Alferes”, Francisco

²⁴MARTINS, Antônio. Vereadores de Vassouras do Império à Nova República. Vassouras. Rio de Janeiro. Edição Particular. P.22.

²⁵ Relatório da Administração Municipal de 07 de janeiro de 1849. Livro ata da câmara municipal de Vassouras 1847- 1859. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

Tavares foi o responsável, em 1739, pela doação do terreno onde foi construída a primeira igreja matriz, fundando-se, assim, a Freguesia Nossa Senhora da Conceição do Alferes.²⁶

Mariana das Neves Corrêa se casou em primeiras núpcias, aos 14 anos, com José Pontes França, 30 anos mais velho. Desiludidos com o declínio da mineração na província de Minas Gerais, o casal se estabeleceu na região de Monserrat, Freguesia de Nossa Senhora da Conceição e dos Apóstolos São Pedro e São Paulo da Paraíba (atual município de Comendador Levy Gasparian), onde montou uma venda e um pouso, que atendiam muitos viajantes tropeiros e agentes do governo, que pegavam a balsa do rio Paraibuna para acessar o rio Paraíba do Sul. O casal teve três filhos: João de Pontes França, Luiza Elisa do Céu e Anna Esméria de Pontes. Em 1771, Mariana ficou viúva, vindo a se casar novamente 3 anos depois, em 1774, com Pedro Corrêa e Castro, jovem rico, de 28 anos, escrivão do Registro do Paraibuna e arrematador do registro da passagem pelo rio. Da união entre Mariana Neves Corrêa e Pedro Corrêa e Castro nasceram cinco filhos, que chegam à idade adulta: José Corrêa e Castro, Antônio Corrêa e Castro, d. Matiniana Quitéria do Santo Eliseu, Pedro Corrêa e Castro e Laureano Corrêa e Castro.²⁷

O segundo marido de Mariana Neves Corrêa, Pedro Corrêa e Castro, nasceu em Marianna, província de Minas Gerais, na década de 1740. Seus pais eram Domingos Corrêa Rabello e Páscoa da Ressurreição e Castro. Como escrivão do Registro de Paraibuna desde 1770, Pedro tinha a função de fiscalizar a passagem de produtos, pessoas e animais, além de cobrar os devidos impostos para a Coroa portuguesa. Localizado no caminho do ouro, na divisa entre as províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, o posto de Paraibuna, como os demais, foi criado com a intenção de combater o contrabando de ouro. Após o casamento, Pedro e Marianna se estabelecem na freguesia de Nossa Senhora da Conceição e dos Apóstolos São Pedro e São Paulo, onde nascem seus cinco filhos.²⁸ Com a prosperidade dos negócios, o casal adquiriu a fazenda Santo Antônio, próxima a Vassouras. À época, a filha mais velha de Mariana, Ana Esméria, e seu esposo o português Cristovão de Andrade adquiriram a fazenda do Paraibuna, ampliando as propriedades da família.

Com a morte de Pedro Corrêa e Castro, na primeira década de 1800, Marianna das Neves Corrêa passa a administrar fazenda e os negócios da família. Em 1813, a administração da fazenda passa a ser feita pelos filhos do segundo casamento, Pedro e Laureano Corrêa e

²⁶ LOBO, Olívia Dulce. Op. cit.p.25-27.

²⁷Ibidem, p.26-27.

²⁸Ibidem, p.28.

Castro. Ao falecer em 31 de agosto de 1837, Marianna deixou os herdeiros já bem colocados no mundo dos negócios, com terras e fazendas, tanto na região de Vassouras quanto em Paraíba do Sul.²⁹ Nesse período, Laureano Corrêa e Castro já era proprietário da Fazenda do Secretário e Pedro de uma chácara no espaço urbano da Vila de Vassouras.³⁰

Após a morte da matriarca Mariana das Neves Corrêa, a família deu entrada no processo de inventário que foi finalizado em 08 agosto de 1838, com a partilha de bens entre os herdeiros. O inventariante e testamenteiro do processo foi o filho, Pedro Corrêa e Castro. Constam como herdeiros no inventário, os filhos do primeiro matrimônio de Mariana: João de Pontes França e Dona Luísa Eloisa do Céu, e seis netos, filhos da falecida Anna Esméria de Pontes. Do segundo matrimônio são beneficiados os 5 filhos do segundo casamento da falecida: José, Pedro, Antônio, Laureano e Martiniana, representada pelo marido Francisco José de Maria de Assis. A partilha de bens ocorreu de forma amigável, seguindo principalmente o que foi estabelecido numa escritura pública celebrada entre os herdeiros, em 23 de abril de 1838. O patrimônio do casal Corrêa e Castro, descrito no inventário, foi avaliado em 128:958\$200 réis, sendo composto essencialmente por terras, imóveis, cafezais, escravos e animais.³¹ Vejamos:

Tabela 1. Patrimônio do casal Corrêa e Castro inventariado.

Tipo de Bem	Avaliação Total	%
Cafezais	27:960\$000.	21.68%
Culturas de subsistência	1:540\$000	1.19%
Escravos	45:567\$000	35.33%
Animais	1:004\$500	0.77%
Imóveis com todos os objetos em seu interior	21:120\$000	16.37%
Terras	26:400\$000	20.47%
Total de bens do Casal	128:958\$200	

Fonte: Dados retirados do inventário de D. Mariana das Neves Corrêa, 1837.

²⁹ Ibidem, p.29.

³⁰FERRARO, Marcelo Rosanova. A arquitetura da escravidão nas cidades do café, Vassouras, século XIX. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo (USP). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas São Paulo, 2017.p. 93.

³¹ Inventário de D. Mariana das Neves Corrêa. Inventariante Pedro Corrêa e Castro. Centro Documentação Histórica, IPHAN Vassouras. Código 101663572010, 1837. fls. 003f-011f.

Inventariada em 1838, por ocasião da morte da matriarca da família, a fazenda Santo Antônio possuía entre seus bens uma casa de vivenda (sobrado) com dezenove janelas, sendo 10 delas localizadas na frente do imóvel. Descrita apenas em suas dimensões, o inventário não traz maiores informações no que se refere a configuração interna, cômodos e estética da casa. São mencionados apenas a presença de fornos e um que serve de cozinha. No documento aparecem listados vários objetos e mobílias presentes no interior do imóvel, a saber: um oratório com seis imagens, 50 cadeiras de dois modelos distintos, 1 sofá, 7 aparadores, 1 mesa de sofá, 8 mesas de jantar, entre grandes e pequenas, 1 mesa de jacarandá, 11 marquesas, 1 armário ordinário de cedro e 12 camas completas com colchões de algodão. Os únicos elementos decorativos elencados foram alguns poucos vasos. Entre os trastes de casa que aparecem no inventário estão alguns cobertores de lã, colchas de chita, colchas de damasco, lençóis de algodão e chita, toalhas de algodão, toalhas finas, travesseiros e algumas toalhas de mão descritas como finas. Há também vários utensílios de cozinha e talheres, sendo eles: pratinhos com tesoura, salvas, 4 bacias, 4 bandejas pintadas, 1 aparelho de jantar na cor azul, 1 aparelho de porcelana dourado faltando algumas peças, 28 pratos brancos de pó de pedra, entre grandes e pequenos, 6 tachas de cobre, 2 caldeirões de cobre e um aparelho chinês para café na cor preta, também faltando algumas peças. Os objetos para iluminação listados foram: castiçais, 7 mangas de vidro, 1 candeeiro de latão e 10 candeias de ferro. A prataria da casa se limitava a um aparelho jantar completo com várias bandejas, ao todo 13. Avaliada de forma conjunta, a casa e todos os itens de seu interior receberam dos avaliadores o valor de 14:000\$000 réis.³²

Dessa forma, ao analisarmos relação de objetos e mobílias presente no interior da casa de vivenda e listados no inventário, podemos concluir que se tratava de uma residência equipada, mas sem objetos de luxo e ostentação, típica do período em que o café ainda não tinha despontado como principal produto agrícola brasileiro. Com um mobiliário e objetos simples, composto por peças de madeira rústica e poucos objetos em cobre e prata, destacavam-se apenas algumas peças como uma mesa de jantar de jacarandá, um aparelho de jantar completo em prata, um aparelho de jantar azul e um conjunto de café chinês. Os elementos decorativos e peças de luxo também eram poucos, se limitando a alguns poucos vasos, colchas de damasco e toalhas finas. Seguindo o padrão de simplicidade das primeiras fazendas da região na década de 1830, o interior da residência dos Corrêa e Castro demonstra que os investimentos da família estavam voltados para os bens econômicos como terras, escravos e construções produtivas.

³² Idem. Ibidem.f.047V-048V.

A fazenda Santo Antônio possuía também, de acordo com o inventário, um engenho para fabricação de açúcar com duas varandas, moendas, coche e um alambique. Todos "sem serventia", segundo o avaliador. Ao lado do engenho de açúcar, é mencionado um engenho de pilões com ventiladores para beneficiamento do café, este em "bom uso" segundo o avaliador. Todos os itens foram avaliados em 5:000\$000 de réis.³³ Para Mariana Muaze, a associação da região do Vale do Paraíba à produção e exportação de café é um evento que ocorre de forma gradual e acontece à medida que o café se expande pelo Vale. Para a autora, apesar da cultura cafeeira ser considerada a fase mais importante da história econômica e social da região, não foi a única cultura agrícola existente na localidade. Dessa forma, desde as primeiras décadas dos oitocentos, as fazendas do Vale do Paraíba já dividiam seus espaços entre o café, algumas culturas de subsistência como milho, arroz e feijão, e, principalmente, a cana-de-açúcar, que foi o primeiro artigo explorado pelos primeiros colonizadores e exploradores, ainda no século XIX. Principal produto de exportação brasileira até, pelo menos, a década de 1830, a cana-de-açúcar só aos poucos seria substituída pelo café na região.³⁴

A presença na fazenda de um engenho com ventiladores para beneficiamento de café, considerado uma inovação tecnológica para época, associada à descrição dos avaliadores de um engenho de açúcar, moenda e alambique "sem serventia", nos indica que a fazenda Santo Antônio estava passando por um processo de reestruturação e aprimoramento para produção do café. A mesma coexistência entre estruturas produtivas diferentes também pode ser encontrada em outras das propriedades mais antigas. Para compreender como se deu a passagem de uma economia açucareira para a cafeeira no Vale do Paraíba Fluminense, Mariana Muaze, se debruçou principalmente no caso da Fazenda Pau Grande. Localizada em Pati do Alferes, em uma das sesmarias mais antigas da região, a fazenda teve seu engenho de açúcar fundado pelo português João Rodrigues da Cruz na segunda metade do século XVIII, e em 1795 passa a ser administrada por Luís Gomes de Ribeiro. Ao analisar os livros de conta da fazenda Pau Grande entre 1797 e 1810 e os rendimentos anuais da propriedade, a pesquisadora destaca que, apesar da fazenda produzir café e cana-de-açúcar de forma concomitante, a maior parte dos lucros advinha do comércio de açúcar e aguardente. Destinados tanto ao mercado interno como para exportação, a cana-de-açúcar e aguardente eram, segundo ela, vendidos para localidades

³³ Idem. Ibidem.fl.048V.

³⁴MUAZE, Mariana. "O Vale do Paraíba Fluminense e a dinâmica imperial". In: Textos Autorais. Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense. Disponível em: http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wpcontent/uploads/2010/12/15_mariana_muaze.pdf> Acesso em 20/02/2024, p.297.

vizinhas e a capital, e a aguardente, quando exportada, era vendida principalmente para Benguela e Lisboa, onde era usada como moeda de troca no tráfico transatlântico de escravizados. Com os negócios já consolidados em razão da cana de açúcar, o interesse em produzir café de forma maciça só aconteceria na Fazenda Pau Grande por volta de 1830, quando o produto teve uma ascensão no mercado mundial e pode garantir os lucros com o novo produto.³⁵ Dessa forma, não fugindo ao exemplo da Fazenda Pau Grande e o padrão das demais fazendas do Vale do Paraíba, a fazenda Santo Antônio produziu de forma predominante a cana de açúcar até 1830 e, quando os lucros da cultura cafeeira superaram os da cana de açúcar, passou-se a investir na produção maciça do café. Em 1838, quando a fazenda Santo Antônio foi avaliada, o seu engenho de açúcar já se encontrava desativado, não sendo mencionado nenhuma produção de açúcar no inventário.

No que se refere ao cultivo de café, o inventário indica que havia na fazenda Santo Antônio a quantia de 120.000 pés, sendo esses distribuídos em cinco diferentes localidades e avaliados em 27:960\$000 réis.³⁶

Tabela 2. Cafezais da Fazenda Santo Antônio

Localidade	Valor do pé de café	Número de pés de café	Avaliação total
Morro do Jacaré	180\$000	18.000	3:240\$000
Paiol do Lago	200\$000	18.000	3:600\$000
Felisberto	80\$000	15.000	1:200\$000
Morro da Boa Vista	320\$000	60.000	19:200\$000
Morro da casa	80\$000	9.000	720\$000

Fonte: Dados retirados do inventário de D. Mariana das Neves Corrêa, 1837.

Além das roças de café, a fazenda Santo Antônio possuía outras culturas para subsistência como milho, arroz e feijão.³⁷ No inventário são mencionados os seguintes produtos:

³⁵MUAZE, Mariana. Op. cit.

³⁶Inventário de D. Mariana das Neves Corrêa. Inventariante Pedro Corrêa e Castro. Centro Documentação Histórica, IPHAN Vassouras. Código 101663572010, 1837. fl.048V-049F.

³⁷Inventário de D. Mariana das Neves Corrêa. Inventariante Pedro Corrêa e Castro. Centro Documentação Histórica, IPHAN Vassouras. Código 101663572010, 1837. fl.050F-050V.

Tabela 3. Culturas de subsistência da Fazenda Santo Antônio.

Produtos	Quantidade	Valor por unidade	Avaliação total
Feijão	300 alqueires	1\$200 por alqueire	360\$000
Milho	250 alqueires	\$800 por alqueire	200\$000
1 roça de milho	8 alqueires	75\$000 por alqueire	600\$000
1 roca de milho	7 alqueires	42\$857 por alqueire	300\$000
25 arroz	25 alqueires	\$800 por alqueire	20\$000
Milho (já velhos)	2 carros	30\$000 por carro	60\$000

Fonte: Dados retirados do inventário de D. Mariana das Neves Corrêa, 1837.

No inventário são listados também vários animais que eram criados na fazenda, sendo eles assim distribuídos: 23 bois de carro, 3 vacas, 5 novilhas e 207 suínos. O elevado número de suínos apresentado no inventário sugere que havia na fazenda a produção de carne suína para comercialização³⁸.

Segundo o relato do viajante Charles Ribeirrolles, a região de Sacra Família, localidade onde estava situada a fazenda Santo Antônio, era responsável até a década de 1820 pelo fornecimento de lombo e salsichas de porco para corte do Rio de Janeiro, sendo algumas consumidas pelo próprio D. João VI.³⁹ Outro autor que destacou essa atividade foi o militar francês J.C. R Milliet de Sanit-Adolphe. De acordo com o autor:

*Colhe-se neste distrito grande quantidade de café, além dos viveres necessários para o consumo dos habitantes, fazem-se grandes criações de porcos, que se levam a vender ao Rio de Janeiro; e alguns fazendeiros começam a fazer salchichas, chouriços e presuntos, o que será em breve um novo ramo de comércio assaz rendoso.*⁴⁰

³⁸ Inventário de D. Mariana das Neves Corrêa. Inventariante Pedro Corrêa e Castro. Centro Documentação Histórica, IPHAN Vassouras. Código 101663572010, 1837fl.049V.

³⁹ RIBEYROLLES, Charles. Brazil pittoresco. Tomo II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional. 1859.

⁴⁰ MILLIET DE SAINT-ADOLPHE, J.C.R. op cit. p.759.

Além da casa de vivenda e senzalas, a fazenda Santo Antônio possuía outras construções em sua área espacial, sendo elas: uma casa de paiol e casa de café com varanda de madeira lavrada, assoalhada e com um lance coberta de telha; uma casa velha de madeira lavrada, com varanda e um lance assoalhada; uma casa de madeira bruta ordinária, com cobertura de capim, com forno de torrar farinha e um monjolo; e um moinho de pedra descrito como velho.⁴¹ Destinadas tanto ao armazenamento como beneficiamento de café e outros produtos agrícolas, essas construções demonstram um maior investimento dos recursos da família em construções voltadas ao trabalho, buscando uma melhoria na qualidade dos produtos ali produzidos.

Tabela 4. Construções e unidade produtivas da Fazenda Santa Antônio.

Construções e unidades produtivas	Avaliação Total
Casa de sobrado e vivenda	14:000\$000
Engenho de açúcar e engenho de pilões	5:000\$000
Casa de paiol e casa de café	600\$000
Casa velha de madeira	200\$000
Senzalas	200\$000
Moinho de pedras	340\$000
Casa de madeira bruta	60\$000

Fonte: Dados retirados do inventário de D. Mariana das Neves Corrêa, 1837.

No inventário aparecem listados 140 escravizados na Fazenda Santo Antônio, informação que caracteriza Mariana das Neves Corrêa, segundo a classificação de proprietários da região realizada por Ricardo Salles, como megaproprietária.⁴² A partilha de bens do casal Corrêa e Castro ocorreu de forma consensual entre os herdeiros, seguindo principalmente o que foi estabelecido por Mariana das Neves Corrêa em testamento e na escritura pública celebrada

⁴¹ Inventário de D. Mariana das Neves Corrêa. Inventariante Pedro Corrêa e Castro. Centro Documentação Histórica, IPHAN Vassouras. Código 101663572010, 1837. fl.049F.

⁴² Salles, ao analisar os plantéis de escravos nos inventários post-mortem existente entre os anos 1821 e 1880, classificou os proprietários da região em cinco grandes grupos, sendo eles: os microproprietários, os que possuíam entre um e quatro cativos; os pequenos proprietários, donos de 5 a 19 escravos, os proprietários médios, os que detinham de 20 a 49 cativos; os grandes proprietários, donos de 50 a 99 escravos; e os megaproprietários, com 100 ou mais cativos. SALLES, Ricardo. Ver: E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.146.

entre os herdeiros, em 23 de abril de 1838. Deduzidas todas as dívidas, despesas com o funeral e pagamento do ordenado do inventariante, o montante líquido foi de 114:497\$735 réis. Pedro Corrêa e Castro recebeu como ordenado, pelos serviços prestados como administrador da fazenda Santo Antônio enquanto corria a partilha, a quantia de 8:004\$500 réis. O montante líquido, segundo informado no inventário, deveria ser dividido em duas partes, sendo uma meação destinadas aos filhos da mãe comum, Mariana das Neves Corrêa, e a outra parte aos herdeiros de Pedro Corrêa e Castro. No entanto, dois herdeiros do primeiro matrimônio de Mariana, Luiza do Céu e os filhos da falecida Anna Esméria de Pontes, decidem renunciar suas participações no inventário a fim de evitar a subdivisão de terras e escravos.⁴³

Repartida entre 6 herdeiros, a área da fazenda Santo Antônio foi dividida em 2 terrenos com medidas iguais e outros 4 com medidas distintas. Os beneficiados com esses terrenos foram José, Laureano, Antônio, Pedro, Francisco José Maria de Assis (cabeça de Martimiana Quitéria de S. Eliseu) e João Pontes França. Os herdeiros Pedro e Laureano por terem sido contemplados com terrenos com uma maior extensão territorial, acabaram transferindo parte de sua área para outros dois irmãos. Deste modo, Laureano cedeu 75.160 braças ao cunhado Francisco José Maria de Assis e Pedro transferiu 6.037 braças ao irmão Antônio. A medição judicial foi feita em 1838 pelo piloto Francisco Eliseu Ribeiro e o terreno da fazenda Santo Antônio foi descrito, no inventário, como “um polígono quadrilátero com 3:980.190 braças superficiais quadradas”.⁴⁴

Foi na fazenda Santo Antônio, primeira propriedade da família na região, que Pedro e seus irmãos Correia e Castro, acompanharam todo processo de implantação e desenvolvimento da cultura cafeeira na região, nos permitindo classificá-los como senhores da primeira geração de grandes proprietários de terras e escravizados ligada à exploração do café. Com o falecimento da mãe, Pedro Corrêa e Castro, inventariante e único administrador da fazenda Santo Antônio durante o processo de inventário, ficou com a quase totalidade dos bens deixados pelos pais. Tendo recebido a maioria dos bens de raiz, escravos e ferramentas da Fazenda Santo Antônio, ele por muito tempo fez o pagamento aos irmãos. A Laureano Corrêa e Castro coube como legítima materna e paterna a quantia de 22:632\$955 réis, tendo ele recebido com herança 6 escravos, uma sorte de terras e a quantia em dinheiro de 15:923\$443 réis, que deveria ser paga pelo irmão Pedro Corrêa e Castro.

⁴³ Inventário de D. Mariana das Neves Corrêa. Inventariante Pedro Corrêa e Castro. Centro Documentação Histórica, IPHAN Vassouras. Código 101663572010, 1837. fl.003f-011f.

⁴⁴Idem. Ibidem.

Após a morte do pai, na primeira década de 1800, a mãe, Mariana das Neves Corrêa, passa administrar a fazenda Santo Antônio até que, em 1º de maio de 1813, a administração da fazenda passa então a ser feita pelos filhos Pedro e Laureano Corrêa e Castro. Em 1824, Mariana, através de escritura pública, passa oficialmente a administração da fazenda aos dois filhos, já emancipados. O documento concedia também a eles o direito a uma remuneração anual de 200\$000 réis, bem como ao pagamento retroativo pelos anos já trabalhados.⁴⁵ Finalmente, em 1835, Pedro, Laureano e Antônio, em sociedade, adquirem a fazenda do “Secretário Grande” do Capitão João Alves de Souza Guimarães. Com a posterior transferência da parte de Pedro aos irmãos, a propriedade é então dividida em duas partes iguais, sendo a parte de Laureano denominada Fazenda do Secretário, e a parte de Antônio conhecida como Fazenda Cachoeira.⁴⁶

Pedro Corrêa e Castro, além de se tornar um importante fazendeiro, exerceu uma grande influência política e social na região. Foi juiz de paz e vereador, tendo ocupado o cargo por um mandato (1845-1848) e renunciado um segundo no quadriênio posterior (1849-1852).⁴⁷ Tenente-coronel do 1º batalhão de infantaria da Guarda Nacional de Valença⁴⁸, Pedro é reconhecido principalmente por ser o fundador e o provedor benemérito da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Vassouras, tendo atuado nesta instituição desde a sua fundação até sua morte. Diferentemente da maioria de seus irmãos, ele nunca se casou oficialmente. No entanto, manteve uma vida conjugal e familiar com sua escrava, Laura Congo, com quem teve seis filhos que foram reconhecidos legalmente em seu testamento e receberam todos os bens pertencentes ao Barão.⁴⁹

Ao analisar a trajetória da família escrava do Barão do Tinguá, a historiadora Olívia Lobo defende a existência de uma convivência doméstica íntima e duradoura entre Pedro Corrêa e Castro e Laura Congo e de um vínculo afetivo paterno para com as crianças geradas dessa relação. Iniciada na década de 1830, a relação dos dois perdurou até a morte de Pedro em 1869 e gerou seis filhos, sendo eles batizados de Catarina, Antônia, Marianna, Leocádia, Maria e Martinho. Tendo vivido integrado a esse círculo familiar composto por Laura, seus

⁴⁵ LOBO, Olívia Dulce. Op. cit. p. 29.

⁴⁶ Ibidem. p. 40.

⁴⁷ Livro de atas da câmara municipal de Vassouras. Ata das Sessões de 04/12/1838 a 10/10/1850. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

⁴⁸ CORREIO Oficial. Rio de Janeiro, RJ: Typ. de Thomaz B. Hunt, 1833-1841. il., brasão, 43x27. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=749443>. Acesso em: 3 Mar. 2024. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/correio-official/749443>. Acesso em: 3 Mar. 2024.

⁴⁹ Testamento do Barão de Tinguá. Centro de Documentação Histórica- CDH, IPHAN, Vassouras. 1865.

filhos e posteriormente seus genros durante boa parte de sua vida, o Barão os manteve sob seus cuidados e proteção. As cinco filhas, o Barão, garantiu casamentos oficiais com homens livres e com algum pecúlio. Sem ligações diretas com as nobres famílias de Vassouras, todos os genros do Barão tinham atividades econômicas e patrimônios próprios.

Africana de nascença, Laura fazia parte do plantel de escravizados da Fazenda Santo Antônio, primeira propriedade da família na região, e foi doada aos 27 anos a Pedro em testamento pela mãe, no final da década de 1830. Listada na relação de bens da fazenda no inventário de Marianna das Neves Corrêa em 1838, Laura foi avaliada na época no valor de 310\$000 réis. Na partilha de bens realizada meses depois entre os irmãos, concluída em 28 de julho de 1838, Laura aparece agora listada com o filho recém-nascido como de propriedade de Pedro Corrêa e Castro. Para a historiadora Olivia Lobo, esse recém-nascido trata-se possivelmente de uma das primeiras filhas do casal, ainda não alforriada em pia batismal. A alforria de Laura só seria concedida por Pedro, um ano após receber o título de Barão do Tinguá, em 18 de novembro de 1849. Garantido o tão desejado título nobiliárquico e sem possibilidades de perdê-lo devido a alguma atitude mal vista socialmente, o Barão, de acordo com Lobo, optou por alforriar a companheira e mãe de seus filhos.

Reconhecido por sua intensa vida pública, o Barão, no que se refere à sua vida privada e familiar, manteve total discrição. Tendo optado por configuração familiar não convencional para os parâmetros de família senhorial defendida na época, Pedro manteve Laura e os filhos longe dos holofotes e olhares da sociedade, evitando com isso julgamentos públicos e possíveis penalidades. Bem-sucedido em sua estratégia de manter sua família escrava no âmbito privado, Pedro Corrêa e Castro manteve assim seu prestígio social e construiu uma imagem pública de benemérito e homem ilustre do Império e classe senhorial. Sua família só seria revelada e oficialmente reconhecida após sua morte, com a abertura do seu testamento. No testamento, datado do ano de 1865, o Barão do Tinguá não só confessa a paternidade dos filhos da ex-escrava e liberta Laura Congo como os declara como legítimos herdeiros. Preocupado com o conforto e segurança de Laura após sua partida, o Barão fez a ela várias doações em testamento, deixando registrado no documento também a sua alforria, garantindo com isso que a mesma não fosse questionada após a sua morte. Homens de confiança do Barão do Tinguá, os genros Antônio Agrícola, José Borges Monteiro e Albino Nunes de Assis foram os escolhidos como testamentários, sendo Antônio também selecionado para ser o tutor do filho Martinho, menor de idade quando o Barão faleceu.

Ao contrário do destino da maioria dos herdeiros do baronato imperial, pouco sabemos o que aconteceu com Laura e seus filhos após a morte do Barão do Tinguá. Sabemos somente que o sobrado urbano herdado por eles foi posteriormente adquirido, em fins da década de 1880, pelo Barão do Amparo, demolido por este para construção de um palacete. Companheira por toda vida do Barão Tinguá, a história e memória de Laura Congo foi apagada dos annales da história da cidade.⁵⁰

Administrador da Fazenda Santo Antônio durante toda sua vida, Pedro era proprietário também de um grande sobrado no centro urbano de Vassouras. Localizado na entrada da vila e às margens da Estrada da Polícia, o sobrado foi construído em um terreno íngreme, à esquerda da igreja matriz e seguia possivelmente o padrão de construção das fazendas da região da época. Considerada uma das residências mais importantes de Vassouras nas duas primeiras décadas de fundação da vila, o sobrado foi também um dos primeiros do centro urbano.⁵¹ Foi nele que Pedro Corrêa e Castro hospedou o jovem Imperador D. Pedro II em sua visita a Vassouras, no ano de 1848. O sobrado urbano do Barão do Tinguá pode ser visto na litogravura da vila de Vassouras produzida por Ludwigg & Briggs em 1845.

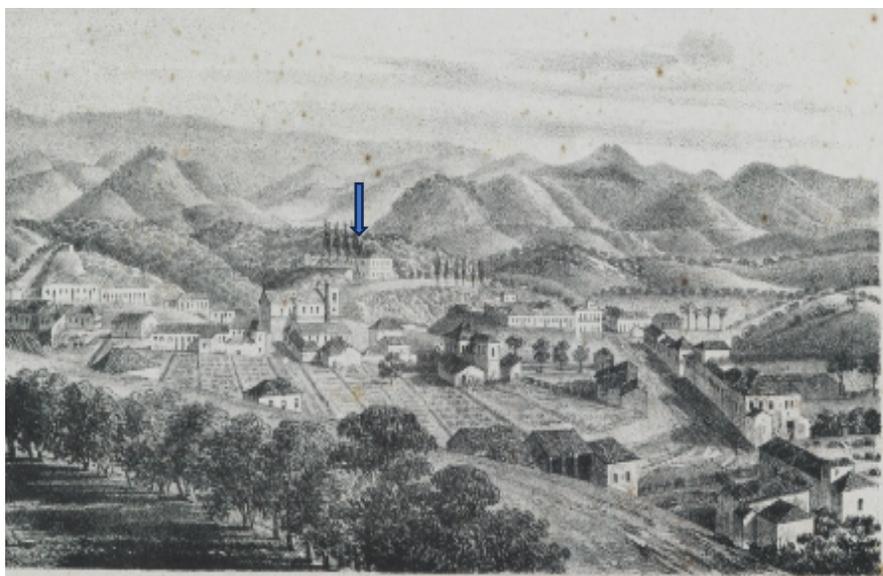


Figura 1: Praça da matriz na litogravura da Villa de Vassouras produzida por Ludwigg & Briggs. Rio de Janeiro, RJ: [s.n], [1845 -1846], 1 grav.: litogravura, p&b; 18,2 x 26,8 cm. Biblioteca Nacional.⁵² (A seta azul, colocada pela autora, indica o local do sobrado de Pedro Corrêa e Castro no centro da vila de Vassouras.

⁵⁰ Ver LOBO. Laura Congo e a família escrava do barão de Tinguá: reflexões sobre a família no Vale do Paraíba fluminense (1830-1888), 2017.

⁵¹FERRARO, Marcelo. Op. cit . p. 39-40.

⁵²

Laureano Corrêa e Castro nasceu no ano de 1790 e, assim como seu irmão Pedro, conquistou destaque político junto às classes privilegiadas de Vassouras. Coronel chefe da Guarda Nacional e eleito por duas vezes presidente da Câmara Municipal de Vassouras, Laureano foi também um importante fazendeiro, cafeicultor e proprietário de escravizados da região. Fundador da Fazenda do Secretário, uma das mais prósperas propriedades cafeeiras da região e de várias outras propriedades, Laureano era casado com Eufrásia Joaquina Corrêa. Agraciado em 2 de dezembro de 1856 com o título de Barão do Campo Bello pelo Imperador, devido a sua atuação junto às Revoltas Liberais de 1842, Laureano foi o segundo membro da família Corrêa e Castro a receber o baronato.⁵³

Eufrásia Joaquina Corrêa era neta de Mariana das Neves Corrêa, filha do português Cristóvão de Andrade e da meia-irmã de Laureano, D. Esméria de Pontes, e, portanto, sua sobrinha. Tendo suas núpcias arranjadas pela avó e matriarca da família, Mariana da Neves Corrêa, o casamento de Eufrásia e Laureano buscou tanto fortalecer a aliança familiar quanto manter o patrimônio da família livre de subdivisões entre os herdeiros. A cerimônia aconteceu quando a menina tinha 15 anos, na propriedade do pai de Eufrásia, a Fazenda Serraria, atual município de Levy Gasparian.⁵⁴ Laureano Corrêa e Castro faleceu em 9 de janeiro de 1861 aos 70 anos, mas seu patrimônio só foi inventariado em 1873, ocasião da morte da sua esposa, já intitulada baronesa do Campo Bello. Composto essencialmente por escravos, cafezais, plantações, terras e bens de raiz, a fortuna deste núcleo da família era majoritariamente agrícola e foi avaliada em 857:294\$054 réis.⁵⁵

Tabela 5. Patrimônio do casal Laureano Corrêa e Castro e Eufrásia Joaquina Corrêa.

Tipo de Bem	Avaliação Total	%
Cafezais	116:680\$000	13.61%
Culturas de subsistência	17:495\$000	2.04%
Escravos	308:640\$000	36%
Animais	9:771\$000	1.13%

⁵³FERRARO, Marcelo. Op. cit. p. 52

⁵⁴FALCI, Miridan Brito. Parente, riqueza e poder: três gerações de mulheres. Revista Gênero. Niterói, v.6, n.1. sem. 2005. p. 204-205. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31016>. Acesso em: 04/05/2023.

⁵⁵ Inventário da Baronesa Campo Bello. Inventariante: Christovão Corrêa e Castro. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras. Código: 102663733006, 1873. fls.03F-20V.

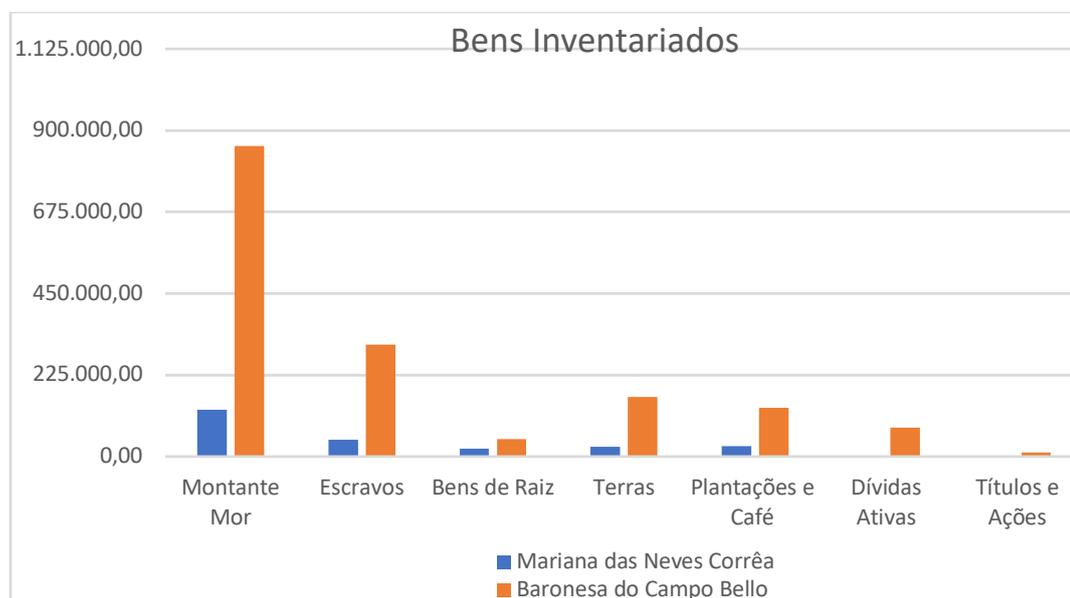
Bens de raiz	21:120\$000	2.46%
Títulos e ações	10:400\$000	1,21%
Dinheiro em caixa	5:228\$540	0.60%
Terras	164:550\$000	19,19%
Monte mor	857:294\$054	100%

Fonte: Dados retirados do inventário de Eufrásia Joaquina Corrêa, 1873.

Apesar de notarmos uma certa diversificação nos investimentos da família, com a aquisição de títulos e ações, bens culturais e simbólicos, ainda prevalecia um patrimônio predominantemente agrícola na década de 1870. Ao compararmos o patrimônio deixado em 1837 pela matriarca da família Corrêa e Castro, Mariana das Neves Corrêa, com o da nora, a Baronesa do Campo Bello, em 1873, percebe-se uma ampliação do patrimônio familiar.⁵⁶ Apesar da defasagem de preços e inflação entre 1830-1870, podemos afirmar esse crescimento, principalmente, porque os bens iniciais de Laureano e Eufrásia foram uma fração do inventário de Mariana das Neves Corrêa. Mas, certamente, muito da expansão da riqueza foi advinda da valorização do preço do café no mercado internacional que teria um forte aumento após 1840 e 1850. A análise pormenorizada do patrimônio de Pedro Corrêa e Castro não foi possível, pois seu inventário *post-mortem* não foi preservado.

⁵⁶ Inventário da Baronesa Campo Bello. Inventariante: Christovão Corrêa e Castro. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras. Código: 102663733006, 1873. fl.060V-065F.

Gráfico 1. Análise comparativa entre o patrimônio da Baronesa de Campo Bello e a matriarca da família Corrêa e Castro, Mariana das Neves Corrêa.



Fonte: Dados retirados do inventario de Eufrásia Joaquina Corrêa, 1873.

Eufrásia Joaquina Corrêa, a Baronesa do Campo Bello, faleceu no dia 13 de março de 1873 e o processo de seu inventário teve início no dia 28 de novembro do mesmo ano. O inventariante do processo foi o filho do casal, Christovão Corrêa e Castro. Sem deixar testamento, a partilha dos bens do casal ocorreu de forma amigável entre as partes. Assim, constam como herdeiros no processo os filhos Christovão, Antônio, Lúcio, Marianna, Maria da Conceição e duas netas, Francisca Bernardina e Eufrásia Teixeira Leite. Filhas do falecido casal Ana Esméria Teixeira Leite e Joaquim José Teixeira Leite, Francisca e Eufrásia possuíam na época, respectivamente, 24 e 23 anos de idade.⁵⁷

O casamento de Ana Esméria, filha mais velha do Barão do Campo Bello, com Joaquim José Teixeira Leite foi outro exemplo de acordo matrimonial, só que dessa vez acertado entre dois núcleos familiares da elite imperial com negócios em comum. Filho de Francisco José Teixeira e de Francisca Bernardina do Sacramento Leite Ribeiro, o Barão e Baronesa do Itambé, Joaquim foi comissário de café, capitalista e político em Vassouras.⁵⁸

⁵⁷Inventário da Baronesa Campo Bello. Inventariante: Christovão Corrêa e Castro. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras. Código: 102663733006, 1873. fl.002F.

⁵⁸FALCI, Miridan Brito. Parente, riqueza e poder: três gerações de mulheres. Revista Gênero. Niterói, v.6, n.1. sem. 2005. p. 206. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31016>. Acesso em: 03/06/2020

Prática recorrente durante o século XIX, o acordo matrimonial podia ocorrer em uma mesma família ou entre troncos familiares com negócios em comum, e tinha como objetivo manter a honra, fortuna e fortalecer as alianças entre as casas envolvidas.⁵⁹ Os casamentos endógenos, tanto sanguíneos como financeiros, foram uma realidade entre as várias famílias senhoriais de Vassouras. A união entre Ana Esméria e Joaquim José Teixeira Leite, para além de um acordo matrimonial estabelecido entre famílias proprietárias de terras na região que buscavam manter sua fortuna e posição social, deve ser compreendida também como uma estratégia política. Arquitetado por seus pais, o matrimônio serviu, assim, para fortalecer o poder político e de mando dessas duas famílias em Vassouras.

Principal propriedade e local de residência da família do Barão de Campo Bello, a Fazenda do Secretário foi inventariada em 1873 e possuía as seguintes construções e dependências: uma casa de vivenda “construída de pré-obra”, 51 lances de senzalas cobertas de telha e abalaustradas, 5 lances de casas que serviam de enfermaria, 1 armazém, 1 paiol de lances para milho, 10 lances de casa para empregados com armazém, 2 lances de casa que serviam de tenda, meia-água para guardar carros, 1 galinheiro, 1 estrebaria para bois e carneiros de 8 lances e cobertura de telha, estrebaria de 12 baias para animais, um chiqueiro de paredes de pedra, 1 casa de sapê que servia de olaria, 1 paiol coberto de telha e 10 lances de casa de sobrado que, conforme os avaliadores, era aonde ficavam as máquinas. A fazenda possuía também um jardim à inglesa e um pomar.⁶⁰

Com uma planta paladina em U e seguindo fielmente o referencial arquitetônico neoclássico, a casa de vivenda do Secretário foi construída por Laureano após receber o título de Barão do Campo Bello, em 1856. A antiga casa de morada da família, tratava-se de um casarão que seguia os mesmos padrões estéticos das primeiras casas de fazenda da região. Com dois pavimentos, ligados por uma imponente escadaria de madeira, e com 24 janelas, a então nova residência reproduzia em seu interior os princípios da arquitetura neoclássica, valorizando principalmente os cômodos sociais.⁶¹ No pavimento térreo havia uma sala de visitas, sala de jantar, capela, escritório, salões, áreas de serviços e quartos. No pavimento superior, uma sala de jantar, um grande salão de baile, sala de banho, quartos e varanda. Contratado por Laureano Corrêa e Castro, ainda na década de 1850, o artista catalão Villaronga foi o responsável por decorar dois cômodos da nova residência, adequando-os à nova realidade da família. Além de

⁵⁹MUAZE, Mariana. *As memórias da viscondessa: família e poder no Brasil Império*. RJ: Zahar, 2008. p. 18.

⁶⁰ Inventário da Baronesa Campo Bello. Inventariante: Christovão Corrêa e Castro. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras. Código: 102663733006, 1873. fl.06F-07F.

⁶¹FERRARO, Marcelo. Op. cit. p.111-115

decorar a sala de visitas inferior e a sala de jantar, Villaronga foi responsável por alterar a disposição da escadaria em frente à porta de entrada, destacando a sala de jantar e salão de baile da propriedade. Com grande prestígio no Vale do Paraíba, esse artista dispôs de seus serviços a muitas famílias senhoriais de Vassouras que buscavam bens culturais e simbólicos para suas residências. Para Marcelo Ferraro, o encontro de Villaronga com os Corrêa e Castro e outras famílias da região pode ser compreendido como parte de um fenômeno mais amplo, que ocorreu graças às mudanças dos padrões de comportamento e novos investimentos feitos por essas famílias enriquecidas.⁶²

*A estabilização do Segundo Reinado se valeu tanto da economia e do jogo político quanto de um amplo arsenal simbólico, exibidos nos ritos da monarquia e na apropriação de gostos e práticas disseminadas em cidades como Paris. Não apenas a família real, mas a elite da Corte aderiu a novos padrões de consumo e comportamento. Ao mesmo tempo em que os governos adotam medidas a fim de valorizar o passeio público, as famílias mais abastadas reformavam ou construíam residências cujas fachadas reproduziam signos do estilo neoclássico e cujos interiores se convertiam em espaços privados de sociabilidades, abrindo-se para jantares, bailes e saraus.*⁶³

No interior da casa de vivenda de Laureano Corrêa e Castro, o mobiliário não apenas se multiplica, mas se altera qualitativamente, por meio de peças em madeira nobre, porcelana, prata e bronze. Percebe-se uma maior valorização estética do interior da casa, tendo em vista a aquisição de objetos decorativos como espelhos com moldura dourada, quadros, relógios de parede e mobiliário refinado que incluem marquesas, aparadores, mesas de jantar e um piano. Nota-se ainda uma mudança dos padrões de consumo da família, que passa então a investir também em bens culturais e simbólicos. A presença de mesas de jogos sugere uma maior atenção às práticas sociais e de lazer. O piano, por sua vez, denota a intenção de criar uma atmosfera de estudo e ilustração. O cuidado estético observado no interior da residência do Barão do Campo Bello, também se estendia ao seu exterior, que possuía um pomar e um jardim à inglesa.⁶⁴

⁶²Idem. Ibidem. Fl. 116-121.

⁶³Idem. Ibidem. Fl. 121.

⁶⁴Inventário da Baronesa Campo Bello. Inventariante: Christovão Corrêa e Castro. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras. Código: 102663733006, 1873. fl.06F-012V.

Aparecem arrolados ao processo de inventário ainda várias joias e objetos em ouro e prata pertencentes ao casal Corrêa e Castro. A significativa quantidade desses objetos ilustra uma vida material abastada do Barão do Campo Bello, que contrasta em muito com a vida simples e modesta dos seus pais. No inventário de Mariana das Neves Corrêa são citados poucos objetos de prata e nenhuma joia. Nota-se, portanto, um enobrecimento e maior sofisticação da vida doméstica da família, bem como a preocupação em adquirir objetos que remetessem à civilidade e refinamento. Os diversos conjuntos de jantar e prataria de mesa e alimentação revelam também a tentativa de requintar gestos e atitudes à mesa, demarcando o lugar social diferenciado da família.⁶⁵

Agraciado com três condecorações pelo Imperador, a Comenda da Ordem da Rosa, a Cruz da Ordem de Cristo e a Condecoração da Rosa, Laureano Corrêa e Castro fazia parte de um grupo distinto da elite imperial.⁶⁶ Concedidas mediante algum serviço militar prestado ou outro auxílio à Coroa, as comendas buscavam criar laços de fidelidade e benevolência entre a Coroa e o condecorado.

Recurso amplamente utilizado pelo Estado Imperial, a nobilitação via ordens era uma estratégia da Coroa para angariar a fidelidade e o apoio das elites, além de assegurar seu poder. Para os condecorados, o recebimento dessa mercê significava tanto benefícios materiais como simbólicos. Bastante cobiçadas pelos membros da elite imperial, essas ordens honoríficas representavam a possibilidade de distinção e uma ascensão hierárquica. Durante o Segundo Reinado foram distribuídas mais de 30.000 comendas pelo imperador D. Pedro II.⁶⁷

Assim, as ordens constituíram-se em um instrumento tanto de construção de elites, quanto de apoio e suporte ao regime e aos monarcas, tornando-se um importante mecanismo de funcionamento do poder régio. Sua lógica atendia não somente à promoção da imagem real como benevolente, mas também aos desejos de distinção de todos, pois significava um “presente” real e uma demonstração de “estima” por parte do monarca, de maneira que o regime se sustentava no imaginário social que concebia a sociedade como uma pirâmide.⁶⁸

A casa de morada de Laureano Corrêa e Castro, na fazenda do Secretário, foi representada em duas litografias de Victor Frond.

⁶⁵ Idem. Ibidem.

⁶⁶ Idem. Ibidem.

⁶⁷ SILVA, Camila Borges. **As comendas honoríficas e a construção do Estado Imperial (1822-1831)**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011. p. 05.

⁶⁸ Idem. Ibidem. Fl.04.



Figura 2: Litografia de Victor Frond. JACOTTET, Louis-Julien. Fazenda do Secretário: Município de Vassouras (1). Paris [França]:Lemercier, Imprimeur-Lithografe, 1861. 1 grav, litografia, pb.⁶⁹



Figura 3: Litografia de Victor Frond. JACOTTET, Louis-Julien. Fazenda do Secretário: município de Vassouras (1). Paris [França]: Lemercier, Imprimeur-Lithografe, 1861. 1 grav, litografia, pb.⁷⁰

Para além da fazenda do Secretário, o Barão do Campo Belo possuía vários outros imóveis e propriedades. Localizados tanto na região de Vassouras, como na Corte e suas proximidades, essas propriedades possuíam várias edificações e dependências voltadas para o armazenamento e processamento de produtos agrícolas, demonstrando o investimento da família também na área produtiva. Outro ponto que chama atenção no inventário é o elevado número

⁶⁹ Disponível em:

<https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1113654/icon1113654.pdf>

⁷⁰

Disponível

<https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1113654/icon1113654.pdf>

em:

de senzalas presentes nas diferentes localidades, totalizando 106 lances. No inventário de Mariana das Neves Corrêa, para ilustrar, consta apenas um “correr de Senzalas”.⁷¹ Laureano, portanto, não só amplia o patrimônio da família como passa e investir seu capital em terrenos e casas urbanas, diferenciando-se dos pais que possuíam apenas uma propriedade rural, a Fazenda Santo Antônio. Destaca-se ainda, o investimento em terras em outra província, como a propriedade em Muriaé, em Minas Gerais.

Administradas por Christovão Corrêa e Castro desde a morte do Barão do Campo Bello, em 1861, as propriedades agrícolas da família, ao que tudo indicam, estavam em consonância com as necessidades da agricultura nacional do período e tecnologias agrícolas advindas da Europa e Estados Unidos. Com dificuldades para adquirir mão de obra escrava e temendo uma escassez de braços no futuro, Christovão Corrêa e Castro investe na compra de maquinário e engenhocas agrícolas importadas para beneficiamento de café e outros produtos agrícolas. Através de engenhos movidos por máquinas americanas a vapor, do sistema Lidgerwood, além de moinhos, serras, arados, semeadores, despulpadores e separadores de café; desenvolveu-se o trabalho agrícola nas fazendas, aumentando sua produtividade. Com uma força equivalente a 10 cavalos, o engenho movido a vapor despulpava 400 arrobas de café por dia. O semeador Smith, que podia ser puxado por cavalo ou dirigido por uma ou duas pessoas, conseguia realizar, em um dia, o volume de trabalho equivalente ao de 80 homens.⁷²

“Uma breve história da Fazenda do Secretário” foi publicada por Emílio Zaluar no jornal “A Reforma: Órgão democrático”, em 1873. Exaltada como modelo de propriedade agrária, a história da fazenda do Secretário, segundo o autor, se dividia em duas fases produtivas, sendo a primeira a do “sistema de cultura extensiva” e a segunda, do “sistema de cultura intensiva”. A exemplo do que vinha acontecendo em outras grandes propriedades agrárias espalhadas pelo país na década de 1870, a mudança no sistema de produção da Fazenda do Secretário era, de acordo com o autor, um reflexo das transformações da economia agrária nacional. Preocupados com possibilidade de uma escassez de mão de obra e temendo pagar salários a operários agrícolas no futuro, esses fazendeiros investiram na aquisição de máquinas e tecnologias agrícolas advindas da Europa.⁷³

A primeira fase produtiva da Fazenda do Secretário, segundo Zaluar, foi o período correspondente ao da gestão de Laureano Corrêa e Castro, o Barão do Campo Bello. Fundador

⁷¹ Inventário da Baronesa Campo Bello. Inventariante: Christovão Corrêa e Castro. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras. Código: 102663733006, 1873. fl.049F.

⁷² A Reforma, Órgão Democrático. Op. Cit. Edição 00019, Sábado 25 de janeiro de 1873, folha 1 verso.

⁷³ Idem. Ibidem. Fl.1V

e primeiro administrador da fazenda, Laureano foi, para o autor, o responsável por colocar em prática o sistema de produção extensivo. Utilizando-se de técnicas agrícolas tradicionais e aproveitando-se de todos os recursos naturais disponíveis em sua propriedade, tornou-se, deste modo e em poucos anos, um rico proprietário de terras.

Realizou o primeiro período de cultura florestal, pôs em prática o sistema extensivo, aproveitou a riqueza dos primeiros minerais, derrubou florestas virgens e com os detritos das queimadas fecundou o solo que devia produzir as primeiras e abundantes safras de café.⁷⁴

Escrito 12 anos após a morte de Laureano, o artigo do jornal fez questão de enaltecer sua memória, descrevendo-o como um grande empreendedor, como um “homem de ardente energia e vontade inquebrantável” e também como um importante benfeitor da cidade de Vassouras.

O Barão do Campo Bello não foi só um lavrador ativo, uma vontade privilegiada para o trabalho, um espírito inquieto na conquista então limitada das forças inertes do solo em favor da riqueza industrial, foi também uma influência benéfica para a localidade, uma alma generosa e nobre uma providência de que ainda hoje o povo de Vassouras lamenta a perda...⁷⁵

A segunda fase produtiva da fazenda, cujo sistema de cultura era intensivo, teve início com a administração de Christovão Corrêa e Castro e aconteceu logo após a morte do Barão. Administrando a propriedade em sociedade com a mãe, a Baronesa do Campo Bello, Christovão é, para Zaluar, o autor das mudanças do cenário agrícola da fazenda do Secretário. Durante sua administração temos, portanto, a passagem de um sistema de cultura extensiva, que se desenvolve pela ação do tempo, para a prática de um sistema de cultura intensiva, com o uso inteligente do solo. Advogado de formação e considerado por Zaluar como um homem de progresso, Christovão aperfeiçoa gradualmente a produção agrícola nas propriedades da família, conseguindo em 11 anos quitar todas as dívidas deixadas pelo pai.⁷⁶

⁷⁴Idem. Ibidem. Fl.2F

⁷⁵Idem. Ibidem.

⁷⁶Idem. Ibidem.

No inventário da baronesa do Campo Bello são listados vários animais que eram criados em suas propriedades, sendo eles assim distribuídos:⁷⁷

Tabela 6. Animais da Fazenda do Secretário e Retiro.

Tipo Animal	Quantidade	Uso	Observações	Avaliação Total
Bois	78	De carro		4:680\$000
Vacas	11	-	-	330\$000
Bezerros	14	-	-	(*)
Vitela	01	-	-	(*)
Novilhas	03	-	Valor total, soma dos itens acima (*)	128\$000
Touro	01	-	-	60\$000
Porcos de ceva	05	-	No Retiro	300\$000
Porcos	09	-	Menores	162\$000
Porcos	14	-	Fazenda do Secretário	560\$000
Porcos	22	-	-	(*)
Leitões	50	-	-	(*)
Barrões	02	-	-	(*)
Capadinhos	6	-	Valor total, soma dos itens acima (*)	480\$000
Carneiros	27	-	-	81\$000
Bestas	29	De tropa	Arreadas	2:320\$000
Bestas	11	De tropa	Arreadas	550\$000
Bestas	2	Liteira		100\$000
Besta	1	De sela	Velha	20\$000

Fonte: Dados retirados do inventario de Eufrásia Joaquina Corrêa, 1873.

⁷⁷Inventário da Baronesa Campo Bello. Inventariante: Christovão Corrêa e Castro. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras. Código: 102663733006, 1873. fl.13V-014F.

Ao analisarmos a relação de animais criados nas propriedades de Laureano Corrêa e Castro em 1873, percebe-se uma maior diversificação de espécies animais e a ampliação de alguns rebanhos. Se na Fazenda Santo Antônio tínhamos o investimento concentrado na criação de bovinos e, principalmente, de suínos para comercialização, nas propriedades de Laureano nota-se uma diversificação, com a criação de outros animais como bestas e carneiros. Observamos também um maior investimento no rebanho de bovinos, com sua ampliação. O número de suínos nas propriedades de Laureano, apesar de ser menor do que o apresentado na Fazenda Santo Antônio, ainda representa um número significativo, sugerindo que a criação ia além da subsistência. Destaca-se também o considerável número de bestas de tropa presente em suas propriedades, que totalizavam 40 cabeças. Utilizados no transporte do café das roças até as casas comissárias no Rio de Janeiro, onde seria vendido e embarcado para Europa e Estados Unidos, os animais de tropa requeriam um alto investimento por parte de seus proprietários, principalmente no que se refere à alimentação e cuidado. Segundo Mariana Muaze, somente os fazendeiros mais ricos do vale tinham condições de possuir tropas, uma vez que só eles podiam dispor de um elevado número de cativos e animais para a tarefa. Dessa forma, somente os grandes proprietários de escravos contavam com um número suficiente de braços para a lida, sem que isso prejudicasse as atividades cotidianas da fazenda. Outros determinantes, que segundo a autora restringiam a propriedade de tropas para escoamento das safras, eram o alto preço para manutenção física dos animais e a necessidade de contratação de um arrieiro, profissional responsável pela condução e segurança dos animais durante o trajeto. O arrieiro era quem evitava os saques, assaltos, fugas de escravos e perdas de animais e mercadorias durante a viagem. A posse de uma grande quantidade de animais de carga era, portanto, um elemento hierarquizador entre os proprietários de terra.⁷⁸

Nas propriedades de Laureano Corrêa e Castro aparecem listados 626 mil pés de café distribuídos na Fazenda do Secretário, Anil, Santa Rita, S. Paschoal, Retiro e S. Gonçalo, totalizando o valor de 116:680\$000 réis.⁷⁹

⁷⁸MUAZE, Mariana. As memórias da viscondessa: família e poder no Brasil Império. RJ: Zahar, 2008. p. 88-89.

⁷⁹ Inventário da Baronesa Campo Bello. Inventariante: Christovão Corrêa e Castro. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras. Código: 102663733006, 1873. fl.019F.

Tabela 7. Cafezais da Fazenda do Secretário, Santa Rita, Retiro, Anil e S. Gonçalo.

Localidade	Valor do pé de café	Número de pés de café	Avaliação total
S. Paschoal	240 réis	30.000	7:200\$000
Santa Rita	240 réis	82.000	19:680\$000
Retiro	200 réis	80.000	16:000\$000
Retiro	260 réis	35.000	9:100\$000
Retiro	200 réis	80.000	16:000\$000
Retiro	140 réis	40.000	5:600\$000
	220 réis	40.000	8:800\$000
Rancho grande	200 réis	32.000	6:400\$000
Secretário	200 réis	32.000	6:400\$000
Anil	100 réis	75.000	7:500\$000
S. Gonçalo	140 réis	100.000	14:000\$000

Fonte: Dados retirados do inventario de Eufrásia Joaquina Corrêa, 1873.

Descrito como um “audaz empreendedor”, Laureano Corrêa e Castro conseguiu, em poucos anos, adquirir e desenvolver um conjunto considerável de propriedades, que segundo Zaluar, equivaliam a “muitas sesmarias”, sendo uma verdadeira “circunscrição regional”. Englobando desde fazendas até áreas menores, nelas, ele desenvolveu o cultivo maciço de café para exportação, utilizando-se da mão de obra dos escravizados. Para Zaluar, apesar do esforço e ímpeto empreendedor de Laureano, algumas circunstâncias colaboraram para que se tornasse um rico proprietário de terras e próspero cafeicultor, sendo elas: os “módicos” valores das propriedades rurais vendidas nas décadas de 1820 e 1830, e o baixo custo para adquirir instrumentos de trabalho e braços cativos também nesse período.⁸⁰ Assim, dispondo de todos os recursos necessários, como terras, ferramentas e braços cativos, o Barão do Campo Bello se tornou em pouco tempo um dos mais ricos e importantes cafeicultores da região, sendo reconhecida sua prosperidade não só na região como também na Corte.

⁸⁰A Reforma, Órgão Democrático. Op. Cit. Edição 00019, Sábado 25 de janeiro de 1873, folha 1 verso.

Além das roças de café, as propriedades de Laureano Corrêa e Castro possuíam outras culturas agrícolas para subsistência, como feijão, arroz e milho.⁸¹

Tabela 8. Culturas de subsistência.

Produtos	Quantidade	Valor por unidade	Avaliação total
Feijão	980 alqueires	2\$500 por alqueire	2:450\$000
Arroz	60 alqueires	2\$500 por alqueire	150\$000
Arroz	165 alqueires	3\$000 por alqueire	495\$000
Milho	400 carros	36\$000 por carro	14:400\$000

Fonte: Dados retirados do inventario de Eufrásia Joaquina Corrêa, 1873.

Mantendo a produção dos mesmos gêneros agrícolas que eram cultivados na propriedade dos pais, Laureano apenas expandiu a sua produção. A maior extensão de terras para cultivo e a necessidade de produzir maior quantidade de mantimentos para alimentar seu enorme plantel, com mais de 300 escravizados, e rebanho de animais foram fatores determinantes para o aumento da produção de arroz, feijão e milho. Após sua morte, sua esposa se tornou uma megaproprietária. O plantel de escravos da Baronesa do Campo Bello era composto por 335 escravizados e 16 ingênuos, que nasceram após promulgação da lei do Ventre Livre, em 28 de setembro de 1871.⁸²

Antônio Corrêa e Castro com a porção de terras que herdou dos pais na divisão da Fazenda Santo Antônio, fundou uma nova propriedade denominada Fazenda de Castro. Em 1841, ele cederia a sua porção de terras na Fazenda do Secretário a Laureano, comprando posteriormente a Fazenda Tapera de seu irmão José. A Fazenda Tapera foi fundada por José Corrêa e Castro com a parte que lhe coube na partilha dos bens dos pais em 1838.⁸³

Os irmãos Corrêa e Castro participaram, portanto, de todo processo de montagem do sistema cafeeiro do Vale, levando a região a se tornar a área econômica mais importante do Império. No entanto, eles não se limitaram unicamente ao cultivo e produção de café, atuando,

⁸¹ Inventário da Baronesa Campo Bello. Inventariante: Christovão Corrêa e Castro. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras. Código: 102663733006,1873. fl.020F.

⁸² Inventário da Baronesa Campo Bello. Inventariante: Christovão Corrêa e Castro. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras. Código: 102663733006,1873. Fl.04V.

⁸³ LOBO, Olívia Dulce. Op. cit. p. 46-47.

com outras famílias, também no campo político e social da região. Exercendo cargos políticos importantes, os irmãos Corrêa e Castro participaram de todo movimento que levou a fundação da cidade de Vassouras, desde a extinção da Vila de Pati do Alferes até a elevação do povoado de Vassouras à vila em 1833, bem como os todos esforços para a construção de seu centro urbano. *Locus* por excelência desses senhores rurais locais, a câmara municipal de Vassouras foi o espaço privilegiado para debates e manifestações políticas desses grupos. Foi por meio da câmara, que eles promoveram as transformações e o ordenamento dos espaços públicos da vila e garantiram seus poderes e privilégios. Alinhados aos preceitos de ordem e civilização, perpetrados pelo Estado Imperial, os membros de famílias ricas e poderosas como os Corrêa e Castro aqui estudados se tornavam vereadores e buscavam, através de sua atuação na câmara, desenvolver o projeto imperial em Vassouras através do controle das pessoas escravizadas e de um processo de urbanização que priorizasse o aformoseamento da paisagem urbana e adotasse um padrão estético e arquitetônico que remetesse à civilidade e refinamento.⁸⁴

Desta forma, estudaremos a câmara municipal de Vassouras e a atuação dos membros da família Correia e Castro nesta instituição de 1833 a 1857. O processo de embelezamento e crescimento urbano, bem como de enriquecimento da classe senhorial escravista, foi largamente discutido e diretamente facilitado pela câmara municipal, e serão analisados nos próximos capítulos, não sem antes nos debruçarmos rapidamente sobre a história e a importância das câmaras municipais no Império do Brasil.

⁸⁴ Fundada, portanto, a partir dos esforços de uma classe senhorial ligada ao café e à escravidão, Vassouras desenvolve seu rápido processo de urbanização priorizando principalmente um padrão estético e arquitetônico que remetesse à civilidade e refinamento. Assim, de acordo com Marcelo Ferraro, a partir de meados do século XIX, de acordo com Marcelo Ferraro, os edifícios públicos e as residências privadas do município se tornaram elementos condutores das estratégias das famílias da classe senhorial, servindo principalmente para a construção de uma identidade de classe, aproximando a cidade dos grandes centros europeus e do Império. FERRARO, Marcelo Rosanova. A arquitetura da escravidão nas cidades do café, Vassouras, século XIX. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo (USP). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas São Paulo, 2017. p. 93.

Capítulo 2 – A câmara, a família, a política e a cidade

2.1 – A câmara municipal e a política local

As câmaras municipais surgiram ainda nos tempos do Império Português, fazendo o poder régio chegar aos rincões do Brasil colônia. Com um vasto território para administrar na América, e sem funcionários régios suficientes para essa empreitada, a Coroa portuguesa delegou importantes funções do poder central às câmaras municipais fortalecendo a autoridade local, principalmente dos vereadores, e favorecendo o surgimento de fortes oligarquias locais.⁸⁵ As câmaras municipais eram constituídas pelos “homens bons”, a chamada “a nobreza da terra”, que exercia “todas as funções jurídicas, políticas, fiscais e administrativas no âmbito das municipalidades”.⁸⁶ Era nesta instância de poder que eram realizadas a aplicação das leis e determinações régias, o estabelecimento e cobrança de taxas e impostos, a fiscalização de funcionários da municipalidade, a administração de bens e dos fundos municipais, a edição de regulamentos municipais (posturas e editais), a eleição para vários postos da Ordenanças – principalmente os de comando das instituições militares – o controle do abastecimento de gêneros, fiscalização de obras municipais, a implementação de multas diversas, além da regulamentação do comércio local e da salubridade pública, a organização de festas e cerimônias religiosas e civis, julgamentos de crimes e mediação de disputas locais, entre muitas outras coisas.⁸⁷

Como se percebe, a câmara municipal era uma instituição vital para a administração do Império português. Em 1822, durante o processo de emancipação política do Brasil, as câmaras municipais também tiveram papel de protagonismo, ajudando a costurar a aliança entre o monarca e os grupos políticos locais. Diante da duplicidade de governo estabelecida entre o Regente e as Côrtes portuguesas, e do conflito institucional presente em algumas províncias, devido as disputas entre as juntas e os governadores das armas, foi estabelecido um sistema de correspondência direta entre as câmaras municipais e o Príncipe Regente, na qual as oligarquias locais expressavam suas opiniões políticas. Órgão de governança local, e espaço privilegiado para debates e manifestações políticas dessas lideranças locais, as câmaras serviram

⁸⁵ANDRADE, Pablo. A "legítima representante": câmaras municipais, oligarquias e a institucionalização do Império liberal brasileiro (Mariana, 1822-1836). Dissertação mestrado Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências e Sociais. Departamento de História, 2012, p. 29.

⁸⁶PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo: Colônia. 18 ed. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 319.

⁸⁷ANDRADE, Pablo. Op. cit., p.26.

especialmente para suas adesões à chamada “causa do Brasil”. Temendo uma recolonização do Brasil por parte das Côrtes portuguesas, os apoiadores dessa causa, defendiam a preservação do Reino do Brasil, com o príncipe D. Pedro à frente de seu governo.⁸⁸ Em se tratando da região estudada, em 20 de fevereiro de 1822, o Príncipe Regente enviou a Câmara de Pati do Alferes, através da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, um documento informando a câmara sobre a criação de um conselho de Estado, composto por procuradores de todas as províncias do Brasil, e pedindo providências. Ao criar o dito conselho, d. Pedro buscava legitimar, com apoio das províncias brasileiras, a sua regência, que se encontrava ilegítima frente às Cortes portuguesas desde o dia do Fico. Portanto, as câmaras serviram como lócus para as elites locais negociarem suas respectivas adesões ao projeto nacional, encabeçado pelos políticos sediados na Corte.

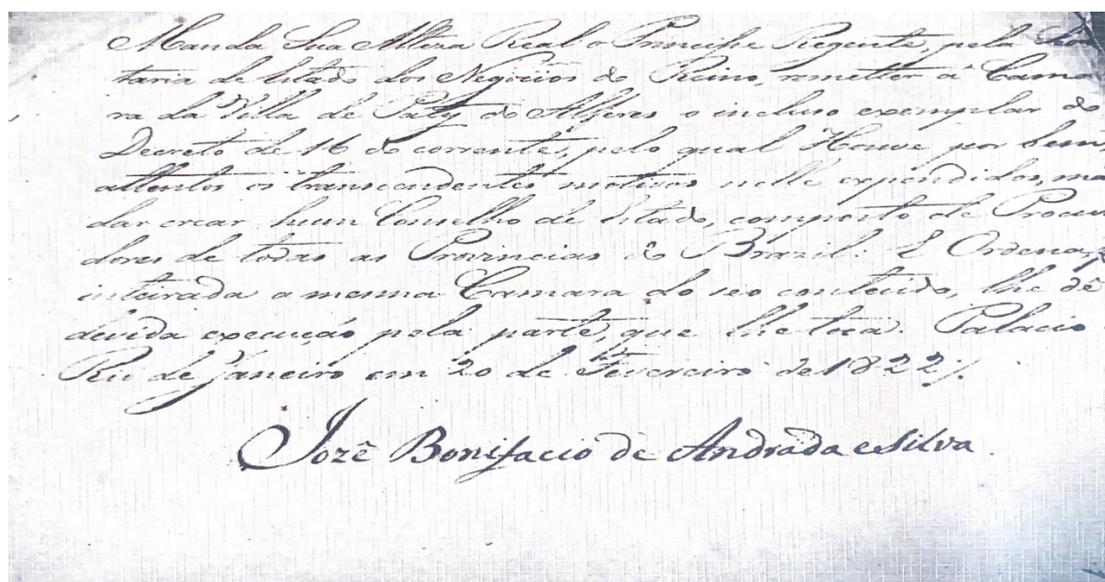


Figura 4: Correspondência enviada a câmara da Vila de Pati pela secretaria de Estado dos Negócios do Reino a pedido do Príncipe Regente. Documento disponível no Arquivo da Câmara Municipal de Vassouras.⁸⁹

Assim, as câmaras, instituições coloniais, pouco a pouco foram se tornando, no novo contexto político pós-independência, um espaço legítimo de discussões que ajudaram a edificar a soberania do novo monarca.⁹⁰ Declarada a emancipação política do Brasil, foi nas câmaras municipais de todo país, em 12 de outubro de 1822, que D. Pedro foi aclamado como o

⁸⁸ ANDRADE, Pablo. Op. cit., p.67

⁸⁹ Documento disponível no Arquivo da Câmara Municipal de Vassouras.

⁹⁰ SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo – 1780-1831. São Paulo: Editora da UNESP, 1999, p.119.

Imperador Constitucional do Brasil, demonstrando que o novo Estado procurou se alicerçar em instituições que se estruturaram durante a vigência do Antigo Regime.⁹¹ Como afirmou Caio Prado Júnior, as câmaras municipais foram instituições fortes, que foram decisivas nos processos de independência, constitucionalização e fundação do Império brasileiro, sendo “o único órgão da administração que, na derrocada geral das instituições coloniais, sobreviverá com todo seu poder, quiçá até engrandecido”.⁹²

Após a declaração de independência do Brasil, foi instaurada uma Assembleia Constituinte no país em 23 de maio de 1823, dando início uma série de propostas legislativas que buscavam implantar os ideais liberais na administração pública. Na ocasião, as câmaras municipais foram alvo de inúmeras críticas, devido a sua enorme concentração de poder. Contudo, sua relevância prevaleceu, com o apoio principalmente de deputados, que norteavam suas práticas ainda influenciados por visões e projetos de âmbito local. Provenientes desses grupos políticos locais, a chamada a "nobreza da terra", esses deputados agiam conforme os interesses e projetos desses grupos. Repetindo-se, que já havia acontecido em Portugal, esses deputados, nesse momento, optaram por promover uma política que favorecesse as câmaras municipais, em detrimento de uma política que construísse mecanismos provinciais de poder.⁹³

Com a extinção das juntas de governo provisório pela Assembleia Constituinte de 1823, criou-se momentaneamente, em seu lugar, o cargo de Presidente de Província, nomeado pelo Imperador, além de um conselho eleito, com fins meramente consultivos. Foi, portanto, nesta circunstância que as câmaras municipais permaneceram como o principal órgão de representação dos grupos locais. No entanto, após a dissolução da Assembleia Constituinte por D. Pedro I, em novembro de 1823, o país ficou sem instituições representativas nacionais. Restaram somente as Câmaras municipais atuando nas instâncias legislativas e representativas locais, fortalecendo-as. Concluído o projeto da nova Constituição em 1824, foram, as câmaras, as escolhidas para representarem os "povos" da nação e legitimar a nova Carta Constitucional Imperial.

Apesar de a Assembleia ser entendida como a instância de representação liberal por excelência, na sua ausência, a maior parte dos grupos políticos

⁹¹ANDRADE, Pablo. Op. cit., p.67.

⁹²PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo: Colônia. 18 ed. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 317.

⁹³ANDRADE, Pablo. Op. cit., p.69.

*existentes no Brasil, fossem locais ou nacionais, não teve problema em aprovar a Constituição do Império por meio das câmaras.*⁹⁴

Fundamentada a partir dos preceitos liberais, a Carta Constitucional Imperial de 1824 reconhecia as Câmaras municipais e o Conselho Geral da Província como órgãos legítimos de representação e participação dos cidadãos.⁹⁵ O texto Constitucional, no entanto, ao mesmo tempo que garantia aos conselheiros eleitos pela província o direito de deliberar sobre a administração, também limitava sua ação, uma vez que não tinham a atribuição de aprovar as medidas. Seguindo o princípio liberal de centralização política, a aprovação de propostas e projetos locais era reservado à Assembleia Geral.

*Assim, ao mesmo tempo que facultava as oligarquias locais a capacidade de intervirem na administração das províncias, a Carta fixava mecanismos que evitavam que elas se tornassem totalmente autônomas do governo central buscando construir, dessa maneira, a unidade nacional e centralização política.*⁹⁶

Assim, o texto constitucional determinava que negócios originados na câmara municipal deveriam ser discutidos e aprovados nos conselhos gerais, e estariam relacionados ao governo econômico e municipal das vilas e cidades, a exemplo da: “formação das suas posturas policiais, aplicação de rendas, e todas as suas particulares, e úteis atribuições” (artigo 169). A Carta Constitucional, portanto, delineava a ligação das três esferas de poder criando a ideia de uma suposta unidade nacional.

*Além de permitir ao centro, onde deveria residir o poder político na lógica liberal, a capacidade de controlar as outras instâncias de poder, podendo distribuir a elas importantes funções administrativas sem correr o risco de elas se tornarem autônomas dele. E, sem dúvida, este arranjo também procurava evitar atritos entre as instâncias hierarquicamente estabelecidas no mesmo nível administrativo. Pois, ao determinar que o governo provincial aprovasse as proposições das câmaras municipais entendia-se que ele teria um melhor conhecimento das necessidades e peculiaridades de cada municipalidade evitando que a decisão de uma afetasse o interesse de outra ou de todo o conjunto provincial.*⁹⁷

⁹⁴Ibidem, p.71.

⁹⁵Ibidem, p.72-73

⁹⁶Ibidem, p.73.

⁹⁷Ibidem, p.73

Durante o Primeiro Reinado, em meio aos conflitos políticos que questionavam o autoritarismo do Imperador e percebendo as câmaras como importantes aliadas do mesmo, deputados e senadores liberais buscaram enfraquecê-las. Para eles, a solução que não colocava em risco a unidade nacional, era atrelá-las à esfera provincial de poder. Uma outra solução encontrada pelos liberais para esvaziar o poder político das câmaras foi ampliar as atribuições destinadas ao juiz de paz, através de uma nova lei de 15 de outubro de 1827. Eleitos localmente, os juizes de paz passaram a colaborar para a boa administração das câmaras, realizar corpo de delito, interrogatórios, prisões, atuar contra criminosos, vadios, mendigos, bêbados, meretrizes e perturbadores da ordem em geral, impor a observância das posturas municipais, além de agilizar o julgamento e a resolução de pequenos crimes. Antes imputadas às câmaras, essas atribuições judiciárias passam a ser realizadas por um juiz de paz eleito localmente, evidenciando uma clara intenção de diminuir o poder político das câmaras sem, no entanto, perder o apoio das lideranças locais.⁹⁸

Em 01 de outubro de 1828, foi aprovada a Lei de Organização Municipal pela Assembleia Legislativa que, segundo Andrade, reafirmava o objetivo de tornar as câmaras municipais “corporações meramente administrativas”. Com a lei, coube à câmara somente a administração das cidades e vilas⁹⁹ e aos vereadores apenas tratar do governo econômico e policial das municipalidades, sendo que, qualquer proposta a respeito das posturas municipais, deveriam ser aprovadas pelo conselho geral da província. A lei também colocava um fim a independência financeira das câmaras.¹⁰⁰ Por fim, no que se refere às eleições, a lei de 1828 determinava que o processo eleitoral continuaria a cargo das câmaras municipais. Contudo, uma junta composta pelo juiz de paz, delegado de polícia e vigário seria a responsável por qualificar os indivíduos habilitados a votar nas eleições.

Em 1846, uma nova lei criou o Conselho Municipal de Recursos a que se deveria recorrer em caso de discordância em relação à qualificação feita por essa junta. Esse conselho era composto pelo juiz municipal, pelo presidente da câmara municipal da cidade e pelo eleitor mais votado na paróquia cabeça do município. No que compete às eleições, ficou estipulado

⁹⁸Ibidem

⁹⁹Ibidem, p.77.

¹⁰⁰Ibidem, p.78. Assim, os vereadores não poderiam aforar, vender ou trocar bens da municipalidade sem autorização do conselho geral da província. As obras de grande porte realizadas por empreiteiras também necessitavam de aprovação. As dívidas da municipalidade seriam pagas somente após autorização do conselho, sob pena de anulação e pagamento em dobro. As despesas ordinárias ou proposta para aumentar a renda da municipalidade igualmente precisavam de aprovação do conselho. A câmara tinha ainda que apresentar anualmente o balancete com suas rendas e despesas ao conselho geral para aprovação.

que, no dia da votação, uma mesa eleitoral formada pelo juiz de paz e quatro eleitores conduziria o pleito em cada seção. Era essa mesa que identificava e determinava quem podia votar.¹⁰¹ Ao se escolher o juiz municipal e o delegado de polícia, únicos funcionários nomeados pelo governo central ou provincial, para conduzir o processo eleitoral localmente, os parlamentares liberais pressupunham o não envolvimento deles na política local. Contudo, essa estratégia não se mostrou eficaz para salvaguardar o pleito das disputas políticas locais, uma vez que só existiam, nesse período, juízes e delegados eleitos pela província a partir de uma lista tríplice feita pelos vereadores. Desta forma, a lei de 1846 determinava que a câmara voltaria a ter maioria dos votos nos órgãos colegiados, ficando com as decisões finais do processo eleitoral. Assim, por mais que a câmara não tivesse envolvida diretamente no processo eleitoral, os políticos locais continuaram com uma enorme influência em todo seu andamento.

Com a câmara municipal de Vassouras, objeto de nossa pesquisa, não foi diferente. Entre os anos de 1833 e 1850, houve a prevalência de algumas famílias e indivíduos na vereança e na presidência da instituição. Da mesma forma, cargos públicos locais de importância também foram preenchidos por estes grupos familiares ou seus representantes, a exemplo da família Werneck que, durante a revolta de Manoel Congo, em 1838, monopolizava vários cargos com José Pinheiro de Souza Werneck no cargo de juiz de paz, Ignácio Pinheiro de Souza Werneck no de juiz de direito interino, e Francisco Peixoto de Lacerda Werneck chefiando a da 13ª legião da Guarda Nacional em Valença.¹⁰²

Pouco a pouco, a fórmula tecida pelos membros do Partido Conservador de manutenção da ordem escravista e expansão da civilização, explicitada anteriormente, foi acomodando o papel das câmaras municipais na grande política Imperial. Incapaz de estender a burocracia do Estado Imperial para todo o território nacional, o poder central passou a negociar apoio com os grupos político-econômicos locais, estabelecendo com eles vários acordos e pactos para governar. Denominada por Fernando Uricoechea de estrutura burocrática-patrimonial, essa forma de governo passa a ser uma realidade no Brasil, especialmente após o período regencial.¹⁰³

¹⁰¹Ibidem, p.79-80.

¹⁰² VARGAS, Eliseu Júnio Leite de. Insurreição quilombola e ordem senhorial: quilombo em Vassouras, no Vale do Paraíba Fluminense, em 1838. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em História, 2012, p. 37.

¹⁰³URICOEHEA, Fernando. O minotauro imperial: a burocratização do estado patrimonial brasileiro no século XIX. Rio de Janeiro / São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1978, p. 36-37.

Para José Murilo Carvalho, a relação entre a burocracia imperial e os grandes proprietários rurais era marcada pelo que o historiador chamou de "dialética da ambiguidade". Assim, o Estado Imperial teria sido governado por uma elite política, cujas principais características eram a acentuada homogeneidade ideológica e a coesão interna. Forjadas a partir de uma formação intelectual semelhante (em especial, na faculdade de direito de Coimbra), percurso profissional (magistratura) e ocupação de certos cargos na burocracia do Estado, essa elite política conformou um projeto próprio de Estado nacional que se impôs sobre o restante da sociedade. Para José Murilo de Carvalho, a elite política imperial era autônoma em relação à classe dominante econômica, composta por grandes proprietários de terras e escravos, criando uma relação de conflito e aliança, que caracterizaria o que o autor denominou de "dialética da ambiguidade". Assim, ao mesmo tempo que tentava manter uma autonomia frente aos interesses dos proprietários rurais, tinha na agricultura escravista seu principal sustentáculo material.¹⁰⁴ Pendendo suas ações conforme as circunstâncias e suas conveniências, o governo central quando via vantagens procurava atender aos interesses desses proprietários rurais, principalmente os ligados ao café, através da construção de ferrovias ou a facilitação de créditos agrícolas. Já em outros momentos se posicionava contra os interesses dos grandes fazendeiros, ao não enviar verbas suficientes para investimento em justiça, educação, obras de infraestrutura e assistência pública dos municípios.

No caso de Vassouras, cidade do vale do Paraíba Fluminense, a escassez de recursos enviados pelo governo provincial e central, para financiar as obras de infraestrutura e embelezamento da cidade, era uma situação registrada com frequência nos livros atas da câmara. E a solução encontrada pelos vereadores nesse caso era sempre recorrer às subscrições públicas e ao apelo direto ao patrimônio particular dos grandes senhores para que realizassem doações. Na cidade, as principais obras públicas foram financiadas (total ou parcialmente) a partir de recursos privados, como é o caso do hospital da Santa Casa de Misericórdia de Vassouras, igreja matriz, cemitério municipal, chafariz e o edifício da casa de câmara e cadeia. A construção do hospital foi iniciada após a doação de dez contos de réis feita por Pedro Corrêa e Castro. O Donativo foi uma retribuição ao título de Barão do Tinguá recebido por Pedro, após o custeio da estadia do Imperador em fevereiro de 1848.¹⁰⁵ Como fica demonstrado pelo farto custeio das obras públicas por senhores locais, a política de distribuição de recursos feito pelo

¹⁰⁴ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da Ordem e O teatro de sombras*, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.

¹⁰⁵ Livro de atas da câmara municipal de Vassouras. Ata das Sessões de 04/12/1838 a 10/10/1850. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

Estado Imperial, segundo Mariana Muaze, não era ambígua e desfavorável aos grandes proprietários como explicou José Murilo de Carvalho. Ao não cobrir todas as necessidades locais, o Estado beneficiava os grandes senhores e cafeicultores em dois aspectos. Primeiro, ao não ocupar certos espaço a nível local, a Coroa deixava um vazio de poder que era preenchido por esses senhores de terras e de escravizados que, assim, avolumavam laços de dependência, prestígio social, títulos de nobreza e privilégios políticos, aparecendo como grandes beneméritos e filantropos da cidade.¹⁰⁶ Segundo, ao conceder créditos agrícolas e financiar a construção de ferrovias, obra de grande monta que necessitaria efetivamente da ação do Estado, a Coroa fortalecia tanto a produção cafeeira, da qual ficava com parte dos lucros, quanto os grupos locais. Nosso trabalho se alinha a essa última concepção, defendida por Muaze, de que o Estado Imperial deixava um vazio de poder não porque estivesse descolado dos interesses dos grandes proprietários escravistas, mas, pelo contrário, para manter sua política de mando local, numa espécie de pacto de poder.

Assim, ao organizar o aparato burocrático do Estado imperial, o poder central buscou:

romper com a concentração de poderes nas câmaras municipais, porém continuou necessitando do apoio dos notáveis locais e de suas clientelas políticas para fazer valer suas determinações e manter um governo ativo do centro à periferia, postulado fundamental do credo liberal. Este apoio se dava através de políticas patrimonialistas como a implantação da Guarda Nacional e dos juizes de paz eletivos. Instituições que serviam para os notáveis locais acomodarem seus interesses políticos nas localidades, ao mesmo tempo que ajudavam o centro a difundir sua autoridade política através do exercício gratuito de funções administrativas por parte destes notáveis e de suas clientelas – um dos pressupostos básicos da estrutura patrimonial.¹⁰⁷

Desta maneira, se para o poder central esses acordos representavam um reforço de sua autoridade e maior capacidade de intervenção nas periferias, para os grupos políticos locais eles serviram para reforçar seu prestígio social e fortalecer os laços de dependência local. As lacunas deixadas facilitavam, portanto, a ação dessas elites político-econômicas em suas vilas, cidades e municípios, fortalecendo seu poder de mando e a construção de suas redes clientelares.

Assim, apesar de todo aparato legal e administrativo liberal implantado pelo Império, as câmaras municipais e demais poderes locais acabaram por se moldar ao novo enquadramento e

¹⁰⁶ MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. As Memórias da Viscondessa, família e poder no Brasil Império. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

¹⁰⁷ ANDRADE, Pablo. Op. cit., p.81

aproveitavam as brechas deixadas pelo Estado. Para Dolhnikoff, a unidade do território brasileiro somente foi possível graças a aplicação de um arranjo institucional que permitia tanto que essas elites locais tivessem uma autonomia significativa para administrar suas províncias, como pudessem participar do governo central através do envio de representação política na Câmara dos Deputados.¹⁰⁸ Neste arranjo, apesar do aparato político-institucional ter procurado reduzir o poder centrado nas câmaras, atrelando-as ao governo provincial, estas ainda exerciam funções importantes, pois o Império do Brasil não contava com uma estrutura burocrática completa que o permitisse atuar nas áreas mais distantes do país. Para além da insuficiência de funcionários, outra grande preocupação era com a quebra da unidade nacional.

O governo imperial dependia muito das câmaras, especialmente do oficialato camarário e dos grupos locais que nelas se faziam representar, em relação ao conhecimento do território e à imposição da sua autoridade nos recantos mais recônditos do Império. Esta questão era um dos pontos-chave do enquadramento das municipalidades no aparato institucional do Estado. Nem o governo central nem os governos provinciais tinham pessoal burocrático e recursos materiais e financeiros suficientes para fazerem valer suas autoridades em todos os lugares. Neste sentido era urgente enquadrá-las nos ritos do Estado moderno, as câmaras precisavam deixar de funcionar como no Antigo Regime se adequando ao Estado constitucional e aos princípios de organização estatal propostos pelo liberalismo político.¹⁰⁹

2.2 - Os Corrêa e Castro na câmara municipal de Vassouras.

Membros destacados da classe senhorial vassourense, os irmãos Corrêa e Castro atuaram, como vereadores, na câmara de Vassouras por doze anos, sendo Laureano, nos dois mandatos que exerceu, o presidente da instituição. Nos dezoito anos analisados nessa pesquisa, três importantes famílias senhoriais tiveram assento na câmara, dentre as quais: Corrêa e Castro, Teixeira Leite e os Ribeiro de Avellar (Gomes de Avellar e Ribeiro de Avellar). Tão logo a família Corrêa e Castro deixou a presidência da câmara, os Teixeira Leite a ocuparam, ficando nela por 12 anos consecutivos, de 1841 a 1852. Se pensarmos que estes núcleos familiares tiveram indivíduos que se casaram, é possível também interpretá-los como uma grande parentela e família extensa¹¹⁰.

¹⁰⁸ DOLHNIKOFF, Miriam. O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Editora Globo, 2005, p.14.

¹⁰⁹ ANDRADE, Pablo. Op. cit., p.76.

¹¹⁰ MUAZE, Mariana. As memórias da viscondessa: família e poder no Brasil Império. RJ: Zahar, 2008.

Tabela 9: Vereadores da vila de Vassouras (1833-1850).¹¹¹

Nome	Vereador / ano	Ramo de atuação	Presidência	Observações
1. Laureano Corrêa e Castro – Barão do Campo Bello.	1833-1836; 1837-1840	Fazendeiro, cafeicultor e proprietário de fábrica de açúcar e aguardente.	1833-1836; 1837-1840	Cavaleiro da Ordem de Cristo e Comendador da Ordem da Rosa
2. Francisco José Teixeira Leite – Barão de Vassouras	1833-1836; 1837-1840; 1841-1844	Fazendeiro, cafeicultor e capitalista.	1841-1844	Cavaleiro da Ordem de N. S. Jesus Cristo e Comendador Imperial da Ordem da Rosa.
3. Cláudio Gomes Ribeiro de Avellar – Barão de Guaribu.	1833-1836; 1845-1848	Fazendeiro, cafeicultor e proprietário de fábrica de açúcar e aguardente		Oficial Imperial Ordem da Rosa
4. Anônio Delphim da Silva	1833-1836; 1837-1840			
5. Joaquim Ribeiro de Avellar - Capivary	1833-1836; 1841-1844	- Fazendeiro e cafeicultor.		Comendador Imperial Ordem da Rosa
Francisco Ignácio Pacheco Mello	1833-1836			
7. José Inocêncio de Andrade Vasconcellos	1833-1836			
8. Antônio Luiz Santos	1837-1840			
9. Antônio Simplicio Siqueira	1837-1840; 1841-1844; 1845-1848; 1849-1852	Fazendeiro e cafeicultor.		Cavaleiro Ordem de Cristo.

¹¹¹ MARTINS, Antônio. Vereadores de Vassouras do Império à Nova República. Vassouras. Rio de Janeiro. Edição Particular. Livros de atas da câmara municipal de Vassouras. Atas da Sessões de 04/12/1838 e 10/10/1850. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras. Almanack Laemmert, Edições de 1844 a 1890. Disponível em <http://ddsnxt.crl.edu/titles/88#?c=0&m=3&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1069%2C-314%2C4003%2C2824>.

10. João Luiz Lima	1837-1840			
11. José Maria Guadalupe	1837-1840	Fazendeiro e cafeicultor.		
12. Joaquim José Furtado	1837-1840			
13. Alexandre Joaquim de Siqueira	1837-1840; 1841-1844	Advogado		Cavaleiro Ordem de Cristo.
14. Ezequiel de Araújo Padilha	1837-1840; 1849-1852	Fazendeiro e cafeicultor.		
15. Marcelino José de Avellar	1837-1840; 1841-1844	Fazendeiro e cafeicultor.		
16. Joaquim José Teixeira Leite	1845-1848;	Advogado e capitalista	1845-1848	Oficial Imperial Ordem da Rosa
17. Paulo Gomes Ribeiro de Avellar – Barão de São Luís.	1837-1840; 1841-1844; 1845-1848	Fazendeiro e cafeicultor.		Comendador Ordem N. S. Jesus Cristo
18. João Rodrigues Valle	1841-1844; 1845-1848	Negociante		Cavaleiro Imperial Ordem da Rosa
19. Joaquim Cabral de Mello	1841-1844; 1845-1848	Fazendeiro e cafeicultor.		
20. Antônio Torquato Leite Brandão	1841-1844; 1845-1848; 1849-1852;	Proprietário e capitalista.		Cavaleiro Ordem de Cristo.
21. Manoel Gomes Ribeiro de Avellar	1845-1848;	Fazendeiro e cafeicultor		Cavaleiro Ordem de Cristo.
22. Pedro Corrêa e Castro – Barão do Tinguá	1845-1848	Fazendeiro e cafeicultor.		Cavaleiro Ordem de Cristo.

23. Felício Augusto Lacerda	1845-1848; 1849-1852	Fazendeiro e cafeicultor.		Cavaleiro Imperial da Ordem da Rosa.
24. Francisco de Assis e Almeida	1845-1848; 1849-1852	Advogado		Irmão de Caetano Furquim de Almeida.
25. Antônio Francisco de Aguiar Cunha	1845-1848;	Fazendeiro e cafeicultor.		
26. Domínico Antônio de Souza Monteiro	1845-1848; 1849-1852	Proprietário e negociante.		
27. João Evangelista Teixeira Leite	1849-1852	Proprietário e capitalista.	1849-1852	
28. Joaquim Alexandre de Siqueira	1849-1852	Médico Vacinador, proprietário e capitalista.		
29. Caetano Furquim de Almeida	1849-1852	Advogado e negociante		Genro Barão de Vassouras
30. Manoel Gomes de Souza	1849-1852	Fazendeiro e cafeicultor.		
31. Firmo Alves Pereira	1849-1852	Proprietário. Negociante		

Fonte: Dados retirados dos livros atas da câmara municipal de Vassouras (1838 -1850), do livro “Vereadores de Vassouras do Império à Nova República” e do Almanack Laemmert, Edições de 1844 a 1890. Grifos meus nos membros da família Corrêa e Castro.

Após o levantamento dos vereadores, período de atuação e cargos na composição da câmara de Vassouras entre 1833 e 1850, notamos que a maioria dos vereadores tinha como principal ramo de atuação a cafeicultura. Dos 31 vereadores listados no período, 15 são citados no Almanak Laemmert como fazendeiros e agricultores de café, demonstrando a relevância e o poder político desses cafeicultores na localidade. Os demais vereadores exerciam atividades como comerciante/negociante (4), capitalistas (3), advogados (2) e médico (1). Dois vereadores possuíam mais de um ramo de negócio no período como é o caso de Joaquim Alexandre de Siqueira, que era médico vacinador da vila e capitalista, e Francisco José Teixeira Leite que

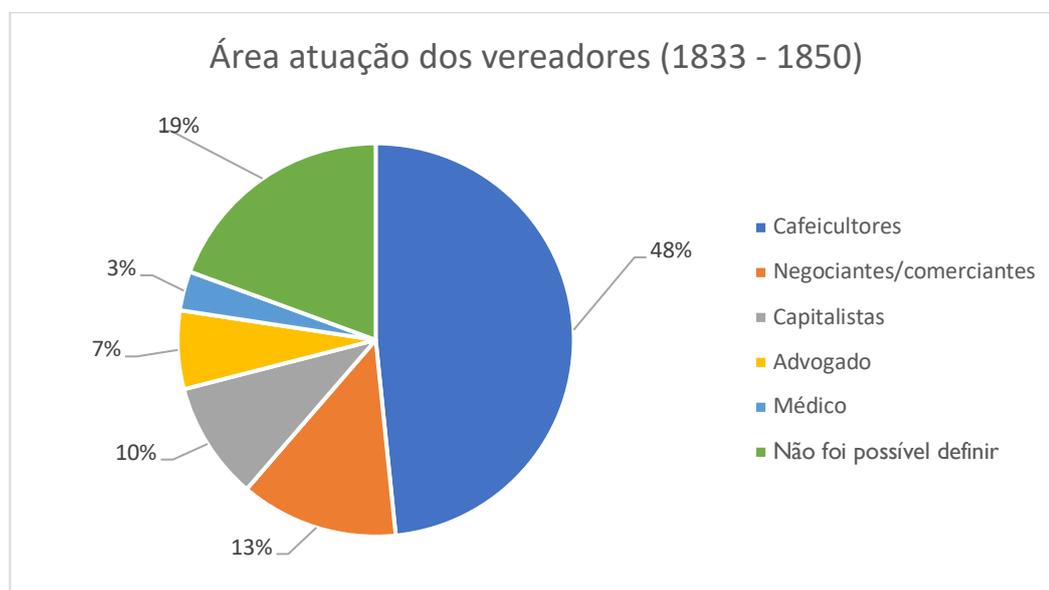
além de cafeicultor era capitalista. O vereador Caetano Furquim de Almeida, apesar da formação jurídica, atuava mesmo como negociante de café através de uma importante casa comissária. Genro de Francisco José Teixeira Leite, o futuro Barão de Vassouras, sua casa de negócios na Corte ficava na rua dos Benedictinos 12, onde negociava café, fumo e outros gêneros de raiz. Podemos dizer o mesmo de José Joaquim Teixeira Leite que, apesar de advogado de formação atuava como capitalista. Laureano Corrêa e Castro e Cláudio Gomes Ribeiro de Avellar apesar do investimento maciço na cafeicultura tinham, nesse período, em suas propriedades fábricas de açúcar e aguardente. Devemos destacar também que durante a pesquisa não foi possível identificar o ramo de atuação de seis (6) vereadores. Com mandatos anteriores a fundação do Almanak Laemmert (1844), esses vereadores não foram mencionados no periódico.

Apesar do Almanak Laemmert citar somente Francisco José Teixeira Leite como fazendeiro/capitalista, não devemos desconsiderar o fato que era comum no Vale do Paraíba do século XIX, que os grandes fazendeiros emprestassem dinheiro a juros a outros fazendeiros, como demonstram seus inventários. A atividade usurária auxiliava esses grandes senhores a aumentar seu patrimônio, uma vez que os que pediam o empréstimo, na maior parte das vezes, hipotecavam suas propriedades e escravos na negociação. Lucrava-se, portanto, nas duas situações. Se o pagamento fosse feito em dia, esses grandes fazendeiros recebiam os juros, e em caso de inadimplência recebiam as propriedades e bens móveis do devedor, a depender do contrato.¹¹² Mariana Muaze, por exemplo, ao analisar a trajetória de enriquecimento de Joaquim Ribeiro de Avellar, o Barão do Capivary, que além de grande fazendeiro foi vereador da vila, encontrou vestígios de atividade usurária em sua fortuna. Tendo exercido a atividade fazendeiro-capitalista por quase vinte anos, do início da década de 1840 até sua morte em 1863, os primeiros empréstimos concedidos pelo barão teriam sido feitos a própria família, estendendo-se posteriormente a terceiros. Ao emprestar dinheiro por hipoteca ou arrematar hipoteca de terceiros, ele ampliou consideravelmente sua fortuna.¹¹³

¹¹² FRAGOSO, João Luís; FLORENTINO, Manolo. Arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil numa economia colonial tardia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

¹¹³ MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. O império do retrato: família, riqueza e representação social no Brasil oitocentista (1840-1889). 2006. 403 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006. p. 189-195.

Gráfico 2. Composição da câmara de Vassouras entre 1833 a 1850.



Fonte: Almanack Laemmert, Edições de 1844 a 1890.¹¹⁴

Centro da produção cafeeira do vale do Paraíba Fluminense durante o século XIX, Vassouras era uma vila de grande relevância para o Império, que nesse período dependia das riquezas e das receitas geradas pelas exportações de café. Por volta de 1850, a economia cafeeira representava aproximadamente metade das exportações brasileiras, sendo o vale do Paraíba o maior produtor mundial de café.¹¹⁵ Nomeada na época como a “Princesa do Café”, Vassouras era reconhecida também por abrigar um importante parcela da chamada “boa sociedade imperial”. Enriquecidos graças ao cultivo de café, esses senhores escravistas ocupavam também a maioria dos assentos da câmara da vila entre 1833 e 1850, mantendo com a Coroa uma relação de grande proximidade como podemos observar abaixo, na descrição da visita do Imperador a vila em 1848.

Em fevereiro de 1848, o imperador D. Pedro II visitou a vila de Vassouras. As tratativas para sua recepção haviam começado em dezembro do ano anterior, quando a Câmara promoveu uma subscrição pública para financiar os custeios de sua visita e arrecadou 6:175\$000 réis¹¹⁶.

¹¹⁴ Almanack Laemmert, Edições de 1844 a 1890.¹¹⁴ Disponível em <http://ddsnext.crl.edu/titles/88#?c=0&m=3&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1069%2C-314%2C4003%2C2824>.

¹¹⁵ VIDAL LUNA, Francisco; KLEIN, Herbert. Dinâmica da atividade agrícola até meados do século XIX. *Revista USP*, São Paulo, Brasil, n. 132, p. 17–36, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/211802>.. Acesso em: 13 jul. 2024.

¹¹⁶ O valor arrecadado foi de seis contos, cento e setenta e cinco mil réis. Os maiores doadores foram: conselheiro José Clemente Pereira, Laureano Correia e Castro, Antônio Correia e Castro, Cláudio Gomes Ribeiro de Avellar,

Pedro Corrêa e Castro, proprietário da Fazenda Santo Antônio e de um grande sobrado urbano na vila, ofereceu-se para hospedar o imperador, às suas custas. Então, no dia 16 de fevereiro uma comissão da câmara, composta pelo presidente e pelos vereadores Pedro Corrêa e Castro e Antônio Simplicio de Siqueira, compareceu a fazenda da Marquesa de Baependy para cumprimentar o Imperador em nome da câmara, e receber as ordens acerca de sua recepção em Vassouras, que aconteceria no dia seguinte. Tendo pernoitado na Fazenda Santa Mônica em Valença, o Imperador partiu ainda de madrugada com sua comitiva e a Guarda Nacional em direção a Vassouras. Ao chegar à ponte do Paraíba, divisa das vilas de Valença e Vassouras, o Imperador foi saudado com vivas e uma dezenas de fogos de artifício pelos membros da câmara e outros 80 cidadãos do município.¹¹⁷

O Imperador fez sua entrada na vila de Vassouras às 8 horas da manhã sendo novamente saudado, na porta do sobrado onde ficaria hospedado, por um grande número de cidadãos “decentemente vestidos” e 230 homens da Guarda Nacional com “vivas ao som do repique dos sinos e das salvas de duas fortalezas que haviam sido construídas para sua recepção”. O almoço foi realizado na chácara de Pedro Corrêa e Castro, rumando o Imperador depois para um te-déum na igreja matriz e, em seguida, para a câmara onde os vereadores lhe dirigiram um discurso. À noite, a igreja foi iluminada num rico arco triunfal, seguida do chafariz, e de todas as casas da vila e de dois castelos construídos para o evento. Para encerrar o dia, houve um espetáculo oferecido por uma companhia equestre.¹¹⁸

No dia 18 de fevereiro, D. Pedro II percorreu a vila e à noite, participou de um baile oferecido pela Câmara, que aconteceu no sobrado de Pedro Corrêa e Castro, ao qual compareceram mais de 60 senhoras “ricamente trajadas”. As despesas do baile foram pagas pelo anfitrião da festa. O último dia foi dedicado à visita da casa da câmara, obras do cemitério e de uma fonte de água denominada biquinha. Na sede do governo local, o Imperador examinou os livros, o cofre e fez vários questionamentos a respeito da administração da câmara. A visita do Imperador foi encerrada com um baile, uma missa e um beija-mão de despedida. Durante o beija-mão de despedida, os representantes da câmara fizeram um discurso de agradecimento ao Imperador, o cumprimentando pela bondade que se dignara a tratar os

Francisco José Teixeira Leite, João Evangelista Teixeira Leite, Carlos Teixeira Leite, Joaquim José Teixeira Leite, Caetano Souza Vieira. Ver: Atas da Câmara Municipal de Vassouras. Fls.10 do livro 4^o. 3^a. sessão de 23 de fevereiro de 1848.

¹¹⁷ Livro de atas da câmara municipal de Vassouras. Ata da Sessão Ordinária de 20/03/1848. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

¹¹⁸ Idem. Ibidem.

habitantes de Vassouras e pelo donativo de 2:000 réis para o novo chafariz da vila.¹¹⁹ Pouco tempo depois, aqueles que obsequiaram o Imperador em sua viagem foram agraciados com títulos honoríficos e/ou títulos de nobreza, a exemplo, de Pedro Corrêa e Castro, que recebeu o título de barão com grandeza do Tinguá, por ter custeado a estada de sua majestade. Mas, os benefícios não foram somente destinados às pessoas, o Imperador também mandou construir um chafariz monumental na praça, que foi inaugurado pelo então presidente da Câmara, Joaquim José Teixeira Leite.

Esta breve narrativa dos acontecimentos ocorridos em Vassouras no verão de 1848 aponta a importância das câmaras municipais das cidades cafeeiras, bem como de seus representantes e dos membros da classe senhorial na dinâmica da política imperial. Da mesma forma, corrobora o que falamos anteriormente sobre os espaços de poder que eram deixados para que os senhores e membros da classe senhorial de Vassouras ocupassem. No exemplo narrado, isso fica claro através do custeio de toda a visita e recepção do Imperador. Também é importante ressaltar que, no ano de 1848, Vassouras já havia consolidado sua importância como produtora de café, principal riqueza nacional, e a vila conquistado contornos de cidade, como desejavam os principais fazendeiros escravistas. Mas, o caminho nem sempre foi seguro e mereceu uma atuação constante daqueles que estruturavam a política local, como veremos nos próximos capítulos.

Sendo assim, vamos explicitar alguns pressupostos teóricos fundamentais desta pesquisa. Tratada por Ilmar Mattos como acontecimento de âmbito nacional, a formação da classe senhorial no Brasil não foi um processo espontâneo, mas sim uma construção histórica. A transformação de senhores de escravos de base regional em uma “classe dominante nacional” foi, segundo Ricardo Salles, um processo complexo que se deve a uma série de condições econômicas, sociais e culturais objetivas que demandou a ação concreta e específica de uma camada de intelectuais.¹²⁰ Assim, concordamos com Ricardo Salles, para quem a classe senhorial estava concentrada geograficamente em torno da área cafeeira do Vale do Paraíba Fluminense e de algumas regiões das províncias de Minas Gerais, São Paulo e da Corte. Apesar de não ocupar todo o território nacional ou se configurar de forma homogênea nele, conseguiu estender a sua dominação nacionalmente. O amálgama necessário para criar uma identidade de

¹¹⁹ Idem. *Ibidem*.

¹²⁰ SALLES, Ricardo Henrique. O Império do Brasil no contexto do século XIX. *Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado*. Almanack [online]. 2012, n.4, p.06.

grupo entre os membros da classe senhorial foi a “afirmação de uma ordem social e econômica em que a escravidão foi o denominador comum”.¹²¹

Para Ilmar Rohloff de Mattos, surgimento da classe senhorial acontece de forma paralela à própria construção do Estado imperial brasileiro. Para o autor, a íntima relação entre o Estado imperial e a classe senhorial sublinha a diferença qualitativa entre lavrador escravista e a classe senhorial.

Diferentemente dos plantadores escravistas, que restringiam sua atuação quase que exclusivamente ao exercício de dominação nos limites de suas propriedades, a classe senhorial serve-se do Estado imperial para construir a sua unidade e levar a efeito uma expansão. De um lado, a Coroa une aos interesses agrários, mercantis e burocráticos que se expandiam com a lavoura cafeeira os detentores de monopólio que, de modo e graus diversos, haviam-se constituído nas demais regiões e mesmo na região de agricultura mercantil-escravista, fazendo-os superar, muitas vezes, as atitudes de desconfiança que nutriam em relação ao aparelho do Estado desde o tempo da luta contra a metrópole.¹²²

Essa íntima relação, segundo Mattos, fez com que a Coroa assumisse o papel de um “partido” que atuou tanto na expansão horizontal dessa classe, em relação aos demais plantadores escravistas de outras regiões do Império, como na sua expansão vertical, na qual pessoas livres que só eram proprietárias de si mesmas foram atraídos para órbita dos interesses dessa classe. Para Mattos, essa dupla expansão não era necessariamente para obter uma submissão, mas sim uma incorporação, que seguindo os termos da proposta iluminista, buscava a difusão de uma *civilização*, entendida como um modo de comportamento pautado na educação, etiqueta, instrução, enfim costumes próximos do europeu.

Com uma interpretação distinta de autores como Raymundo Faoro¹²³ – que considera os grupos dirigentes imperiais como um simples prolongamento ou transposição dos grupos dirigentes da antiga metrópole (o “estamento burocrático”) – e de José Murilo de Carvalho¹²⁴ que defende uma homogeneidade ideológica e coesão dentro dessa elite política imperial devido principalmente à formação e treinamento comum desses indivíduos, Ilmar Mattos defende que

¹²¹Ibidem, p.06

¹²²MATTOS, Ilmar Rohloff. O Tempo Saquarema: A formação do Estado Imperial. São Paulo: Hucitec, 2017, p. 104.

¹²³FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 3 ed. rev. São Paulo: Editora Globo, 2001.

¹²⁴CARVALHO, José Murilo de. A construção da Ordem e O teatro de sombras, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.

a classe senhorial deve ser entendida como resultado de experiências comuns vividas por esses indivíduos no contexto brasileiro. Experiências essas que possibilitaram criar uma identificação e unidade de grupo. Contrariando a ideia de uma elite homogênea e coesa, Ilmar Mattos vê na classe senhorial um grupo diverso e heterogêneo tendo a Coroa, como partido, devendo:

*(...) lidar com as fissuras e divergências no interior da classe, com os afastamentos dos que se constituem em aliados, com os movimentos dos contingentes que se opõe, dando-lhes o tratamento de divisão entre governados, dirigentes e dirigidos; e, ao assim proceder, propicia a unificação e homogeneização dos representantes políticos da classe senhorial, habilitando-os para o exercício de uma direção e de uma dominação.*¹²⁵

Desta forma, por classe senhorial podemos entender um conjunto que engloba tanto a alta burocracia imperial (senadores, magistrados, ministros, conselheiros de Estado e bispos), quanto proprietários rurais, das mais diversas regiões do Império, que orientavam suas ações segundo padrões que defendiam a ordem escravocrata e a expansão dos costumes ditos civilizados, estabelecidos pelos dirigentes imperiais. Médicos, professores, jornalistas, literatos e demais agentes “não públicos” também faziam parte desse grupo. De origem diversificada, a unificação do conjunto se dava tanto pela “adesão aos princípios de ordem e civilização quanto pela ação visando sua difusão.”¹²⁶

Portanto, esta pesquisa entende que, a construção do Estado imperial e da classe senhorial ocorreram de forma paralela, só sendo possíveis pela intervenção consciente e deliberada de uma força social, que se forjou a si própria como dirigente no movimento dessa construção, os Saquaremas¹²⁷. Os dirigentes saquaremas ao ocuparem lugares específicos da política estatal exerceram uma direção moral e intelectual do Estado, fazendo valer seus projetos privados e de seus apoiadores como se fossem nacionais. Sendo assim, ter a câmara

¹²⁵MATTOS, op. Cit., p.105.

¹²⁶Ibidem, p.15-16.

¹²⁷ O termo Saquarema era utilizado para designar os elementos ligados ao partido conservador em todo Império, mas “sempre e antes de tudo para se referir aos conservadores fluminenses” que se apresentavam como organizados e dirigidos pela “trindade saquarema”: Rodrigues Torres (futuro visconde de Itaboraí), Paulino José Soares de Sousa (futuro visconde do Uruguai) e Eusébio de Queirós. Estes, denominados por Mattos como Trindade Saquarema, foram vistos por Salles como “intelectuais” que, tendo origens sociais diversas, geralmente, associados aos setores dominantes da sociedade, desenharam a política imperial. Provenientes de diferentes regiões do país e não apenas da Bacia do Paraíba, eles se aglutinaram em torno do serviço ao Estado e fizeram da administração pública seu instrumento de poder. Gravitando em torno dos proprietários rurais escravistas da Bacia do Paraíba, a sua atuação política sempre se pautou pelos anseios da região e na defesa dos interesses da classe senhorial. Para Salles, o grupo de estadistas imperiais, particularmente do partido conservador, “constitui-se em uma camada de intelectuais, isto é de dirigentes políticos, morais e intelectuais, da classe senhorial”. SALLE, Ricardo. E o vale era o escravo. Vassouras, século XIX: senhores e escravos no Coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 06-07.

municipal de Vassouras como objeto de nossa pesquisa é pensar uma instância destas relações políticas mais amplas no Vale do Paraíba fluminense, mas também perceber como surgiam as demandas numa localidade central na política escravista e do café. Vamos, portanto, pensar a câmara de Vassouras como um lócus privilegiado onde os debates, disputas e articulações dos membros da classe senhorial vassourense ocorriam.

Definido por Ilmar Mattos como principais políticos e intelectuais do projeto político conservador, os componentes da "trindade saquarema", Rodrigues Torres e Paulino Jose Soares de Souza, tinham na região do Vale do Paraíba fluminense como sua principal base social e política. Paulino Jose Soares de Souza, por exemplo, era casado com uma das filhas de João Álvares de Azevedo, um importante proprietário rural da região. Paulino se formou em direito em São Paulo, em 1831, ocupou o cargo de juiz em São Paulo até ser transferido definitivamente para o Rio de Janeiro, onde se aproximou decisivamente do centro do poder. Com o casamento com Ana Macedo Álvares de Azevedo, em 1833, ele completou sua ascensão social e política.¹²⁸ Rodrigues Torres, ministro da Marinha, ele próprio descendia de uma família de proprietários rurais em Itaboraí, e aprofundou esse vínculo ao contrair matrimônio com Maria Álvares Azevedo Macedo, filha de João Álvares de Azevedo, grande proprietário da Baixada.¹²⁹ Já o terceiro integrante da "Trindade Saquarema", Eusébio de Queiróz, também tinha uma íntima relação com a região, pois sua esposa (Maria Custodia Ribeiro de Oliveira) havia herdado fazendas de café em Vassouras. Com laços importantes com os grandes proprietários, a "Trindade Saquarema" juntamente com outras lideranças como Bernardo Pereira de Vasconcelos, José Clemente Pereira e Honório Hermeto Carneiro Leão foram os principais articuladores do Regresso conservador e os responsáveis pela reabertura do tráfico de escravizados, proibido por lei em 1831, de 1836/7 até 1850, quando veio a segunda lei de proibição do tráfico Atlântico.¹³⁰ Como se vê, a classe senhorial da região do centro-sul cafeeiro estava intimamente conectada com a "Trindade Saquarema" e a intelectualidade do projeto conservador em termos familiares, mas também de valores, interesses e costumes. Portanto,

¹²⁸SALLES, Op.Cit.,2012, p. 8-9

¹²⁹O casamento de Rodrigues Torres fazia parte de um movimento de sua família que, principalmente através de seu irmão Cândido José Rodrigues Torres, futuro barão Itambi, estendia seus laços de parentesco e alianças junto a capitalistas e fazendeiros da província. Reiterando este movimento, a filha de Cândido, Maria Carolina Soares Torres casou-se com José Antônio Soares Ribeiro, grande proprietário rural na zona de Maricá e futuro barão de Inoã. O outro filho de Cândido, Cândido José Rodrigues Torres, mais tarde visconde de Torres, por sua vez, estendeu o movimento em direção a Serra-Acima. Casou-se com Ana Bernardina Teixeira Leite, neta do barão de Itambé, cuja família era uma das principais de Vassouras. Consolidando estes laços, a irmã de Ana Bernardina, Francisca Bernardina Teixeira Leite, por sua vez, casou-se com Francisco Belisário Soares de Sousa, filho de Bernardo Belisário Soares de Sousa, tio de Paulino Soares de Sousa. *Ibidem*, p. 09.

¹³⁰*Ibidem*, p. 09.

pensar como os membros desta classe senhorial local se articularam na câmara municipal de Vassouras, nos ajuda a pensar como se dava a relação entre política central/nacional e municipalidades.

2.3 – A câmara municipal e a construção da política no cotidiano da cidade

Como vimos, a relação entre importantes nomes da política Imperial e alguns representantes da câmara municipal de Vassouras era de grande proximidade. Por se tratar de uma instituição vital para o sucesso da política imperial, o Imperador manteve com a câmara de Vassouras e seus vereadores um contato permanente, como podemos observar nos livros atas da câmara. Por meio de portarias e circulares (avisos), o Governo Imperial procurou manter a câmara informada tanto sobre assuntos relacionados ao Imperador e sua família, quanto dos acontecimentos que se desdobravam no governo do Brasil no período. A câmara de Vassouras pôde, assim, se manter atualizada sobre os principais acontecimentos ligados ao Imperador e sua família, como casamentos, nascimentos, óbitos, viagens realizadas pelo Imperador, seu estado de saúde e sobre os eventos e celebrações da qual participava. Nos eventos de grande relevância para o Império e a política nacional, como foi o caso da coroação do Imperador, da câmara de Vassouras foi exigido a indicação de três indivíduos para representá-la e assim felicitar pessoalmente o Imperador. A cópia dos discursos proferidos pelo Imperador durante a abertura e encerramento da sessão da Assembleia Geral Legislativa do Império também eram constantemente remetidas a câmara da vila de Vassouras, sendo lidas pelos vereadores nas sessões.¹³¹

No que se refere aos assuntos relativos ao governo do Brasil, o Império procurou manter a câmara de Vassouras inteirada sobretudo das eleições, demonstrando a sua grande relevância para o governo central. As portarias davam instruções sobre o processo eleitoral e informavam as datas designadas pelo Imperador para serem realizadas a eleição de eleitores da província, deputados, senadores, vereadores e juizes de paz. Qualquer mudança feita pelo Imperador no governo da província ou na câmara dos deputados (dissolução e convocação), no período, também era informada. As nomeações e desonerações feitas pelo Imperador, bem como as

¹³¹ Livros de atas da câmara municipal de Vassouras. Atas da Sessões de 04/12/1838 a 10/10/1850. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

licenças concedidas por ele eram igualmente notificadas a câmara.¹³² Os eventos de maior relevância e inquietação para o Império, ocorridos em outras províncias, também foram temas dessas portarias e circulares enviadas a câmara, como podemos destacar na portaria da Secretaria de Estado do Negócios do Estrangeiro de 11 de maio de 1840, que comunica a câmara que o rei francês tinha retirado suas forças militares da margem do rio Oiapoque.¹³³ A pacificação da província do Rio Grande de São Pedro do sul em 1845, também foi tema de uma portaria, sendo a proclamação feita pelo Imperador aos riograndenses do sul ao assumir o trono, em que anistiava os revoltosos, igualmente enviado a câmara.¹³⁴

Assim, como o governo Imperial, a câmara de Vassouras não poupou esforços para manter próximo e forte seus elos com as outras instâncias de poder, principalmente com o governo central e a família imperial, como podemos observar nas atas da câmara. Nas datas e eventos significativos para a família Imperial e governo central eram geralmente celebrados e festejados pela câmara e os habitantes da vila de Vassouras. Como podemos observar no aniversário do Imperador de 1839, em que a câmara organizou um Te Deum de ação de graças na vila, sendo a casa da câmara iluminada especialmente para ocasião.¹³⁵

Outro evento largamente celebrado pela vila, foi a elevação do Imperador ao trono. Tão logo foram avisados (portaria 25/06/1840) que a Assembleia Geral Legislativa do Império tinha declarado a maioria do Imperador, os vereadores trataram de se organizar e preparar a vila para solenidade de sua coroação.¹³⁶ O vereador Gomes de Avellar foi o encarregado de redigir um ofício de felicitação ao Imperador e Laureano Corrêa e Castro, presidente da câmara no período, propôs que um Te Deum em ação de graças fosse celebrado às custas dos membros da câmara, sendo as autoridades civis, militares e eclesiásticas da vila convidadas para solenização. A câmara determinou ainda que um edital fosse fixado, convidando todos os habitantes de dentro da vila a iluminarem a frente de suas casas nas noites dos dias 17 e 18 de julho. A casa da câmara também foi iluminada e a Guarda Nacional ficou de se apresentar na vila no dia da coroação. Para representar a câmara de Vassouras no ato solene de coroação do Imperador,

¹³² Livros de atas da câmara municipal de Vassouras. Atas da Sessões de 04/12/1838 a 10/10/1850. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

¹³³ Livro de atas da câmara municipal de Vassouras. Ata da Sessão Ordinária de 04/07/1840. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

¹³⁴ Livro de atas da câmara municipal de Vassouras. Ata da Sessão Ordinária de 20/08/1840. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

¹³⁵ Livro de atas da câmara municipal de Vassouras. Ata da Sessão Ordinária de 26/11/1839. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

¹³⁶ Livro de atas da câmara municipal de Vassouras. Ata da Sessão Ordinária de 30/07/1840. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

realizado na corte no dia 18 de julho de 1841, foram nomeados os senhores Joaquim Ribeiro de Avellar, João Manoel Pereira da Silva e o Visconde de Baependy.¹³⁷ Encarregados de cumprimentarem o monarca em nome da câmara, o Visconde de Baependy também recitou um discurso em homenagem ao Imperador no dia. Agradecido com as demonstrações de carinho e estima feitos pela câmara durante a cerimônia de coroação, o Imperador enviaria um comunicado a câmara, através de uma portaria do governo provincial (16/08), na qual informava que “acolhera benignamente os sentimentos de amor e respeito que a deputação que por parte desta câmara a representou no ato de coroação e sagração.”¹³⁸ O Visconde de Baependy, alguns meses depois de recitar o discurso em homenagem ao Imperador na solenidade de coroação, seria agraciado com o cargo de vice-presidente da província do Rio de Janeiro.

Promovidos pela câmara de Vassouras durante todo período analisado, esses eventos cívicos e cerimônias religiosas buscavam tanto estreitar os laços da vila com a Coroa conectando-se à política nacional, como difundir entre seus habitantes os ideários de nação e civilização concebidos pelo Império. Viabilizados por essas elites locais, esses eventos e cerimônias serviam, assim, para afirmar seus valores (econômicos, políticos, sociais e culturais) entre os habitantes de Vassouras.

Mesmo quando não festejados com algum evento local, a câmara nunca deixou de saudar esses acontecimentos e datas comemorativas, seja por meio de um ofício de congratulação, ou do envio de uma comissão a corte para cumprimentar o Imperador, como aconteceu nas circunstâncias do casamento do monarca em 1843, e nos nascimentos dos príncipes imperiais D. Afonso (1845) e D. Pedro Afonso (1848).¹³⁹

Em questões de grande relevância para o governo Imperial, como foi o caso da pacificação da província do Rio Grande do Sul, uma comissão foi enviada a corte pela câmara para felicitar o Imperador “por tão fausto motivo”.¹⁴⁰ Alinhada ao “dogma político” que defendia que “a mais valiosa propriedade do Império” era seu território, a câmara de Vassouras

¹³⁷ Livro de atas da câmara municipal de Vassouras. Atas das Sessões Ordinárias de 30//07/1840 a 03/05/1841. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

¹³⁸ Livro de atas da câmara municipal de Vassouras. Ata da Sessão Ordinária de 13//09/1841. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

¹³⁹ Livro de atas da câmara municipal de Vassouras. Atas das Sessões Ordinárias de 23//08/1843, 18/03/1845 e 29/07/1848. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

¹⁴⁰ Livro de atas da câmara municipal de Vassouras. Ata da Sessão Ordinária de 08//04/1845. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

defendia a sua integralidade e indivisibilidade.¹⁴¹ Dessa forma, toda e qualquer ameaça separatista (interna e externa) ou movimento revolucionário foi condenada pela instituição no período.

Durante a Revolução Liberal de 1842, ocorridas nas províncias de São Paulo e Minas Gerais, uma representação foi enviada ao governo pela câmara, condenando a “sedição da província de São Paulo”. Redigida pelo vereador Alexandre de Siqueira, essa representação deixava claro que a câmara de Vassouras não compactuava com as ideias dos revoltosos paulistas.¹⁴² Condenada pelos vereadores da vila, a notícia de uma possível pacificação em São Paulo foi amplamente comemorada por autoridades e habitantes de Vassouras, como podemos observar numa carta particular publicada no Correio Oficial da Província do Rio de Janeiro em 06 de julho de 1842.

*A notícia de estar quase pacificada a Província de São Paulo, pela tomada de Sorocaba, causou aqui, como era natural, extraordinário prazer. Á noite houve iluminação e bandas de música percorreram a vila acompanhadas de numeroso concurso de povo dando entusiásticos vivas S. M. O Imperador e ao Governo que soube tão prontamente sufocar a rebelião.*¹⁴³

A carta publicada informa ainda sobre a necessidade de se obter oficiais para disciplinar e comandar a força da Guarda Nacional presente em Rio Preto.

*São indispensáveis oficiais para disciplinar a força de Guarda Nacional existente no Rio Preto e comandá-la, para que possa prestar os serviços que dela se esperam. Essa força, que há de andar por 700 homens, vai se aumentada com 180, vindos de Iguacu. Se for bem dirigida, pode prestar importantíssimo serviços.*¹⁴⁴

A mesma postura foi adotada pela câmara quando eclodiu a revolta na província de Minas Gerais. Aflitos com o desenrolar dos acontecimentos nesta província, os vereadores recorreram às outras câmaras da comarca informando sobre as medidas que haviam sido tomadas em Vassouras e pedindo “as suas valiosas cooperações a fim de debelar o monstro da anarquia”. Alarmados com a possibilidade de o correio da vila ser interceptado, como havia

¹⁴¹ MATTOS, op. Cit., p.96-97.

¹⁴² Livro de atas da câmara municipal de Vassouras. Ata da Sessão Ordinária de 26//05/1842. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

¹⁴³ Idem. Ibidem.

¹⁴⁴ Carta particular de 27 de junho de 1842, publicada no jornal Correio Oficial da Província do Rio de Janeiro em 06 de julho de 1842. Edição 0093(2). Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=774243&pesq=vassouras&pasta=ano%20184&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=370>.

acontecido com o correio de Minas, os vereadores criaram um correio extraordinário, que saía da vila diretamente para a Corte, e cobraram do presidente da província providências.¹⁴⁵

A revolução que acontecia na província de Minas Gerais criou, não só em Vassouras, mas em toda a região um clima de tensão e uma intensa mobilização de autoridades e tropas. Em mais um esforço para conter esta revolução, o presidente da província do Rio de Janeiro, Honório Hermeto Carneiro Leão, visitou a vila de Valença, em 03 de julho de 1842. Trazia em sua companhia o brigadeiro Ignácio Gabriel Monteiro de Barros, que depois de ter ajudado a organizar a força do mar da Hespanha, se juntava naquele momento à vila de Paraíba. Tendo se hospedado na residência do Visconde do Baependy, o presidente Honório foi recebido na ocasião pelos membros da câmara municipal de Valença, “pessoas gradas do lugar” e pelas demais autoridades locais. Preparada para a recepção do presidente da província, a vila de Valença foi toda iluminada e seus habitantes comparecem aos muitos, na frente da casa do seu anfitrião, para saudá-lo com música, vivas e fogos de artifício.¹⁴⁶ No dia 06 de julho, às duas horas da tarde, o presidente Honorio chegaria a Rio Preto, na província de Minas Gerais, acompanhado pelo Visconde de Baependy, Brigadeiro Ignácio, vereadores da câmara municipal de Valença e pessoas gradas da vila de Vassouras. Recebido ainda na província do Rio de Janeiro pelo vigário, diversos oficiais e pelo juiz de direito nomeado para a comarca, Dr. Firmino, o presidente Honorio seria escoltado por um piquete de cavalaria até Rio Preto. Aguardavam a sua chegada nesta localidade “debaixo de forma” a Guarda Nacional, com mil praças provenientes de diferentes freguesias, algumas da província de Minas Gerais, como São José e São Francisco de Paulo, e outras do Rio de Janeiro, como as de Valença, Vassouras e Iguaçu. À frente da tropa da Guarda Nacional estava o Comandante Superior Francisco Peixoto de Lacerda Werneck.¹⁴⁷

Na manhã do dia 07, após reunir a tropa da Guarda Nacional, o presidente da província a organizou em dois batalhões provisórios e um esquadrão de cavalaria, colocando-os sob o comando do brigadeiro Ignácio Gabriel. Tendo observado que muito do temor das tropas se

¹⁴⁵ Livro de atas da câmara municipal de Vassouras. Ata da Sessão Ordinária de 18//06/1842. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

¹⁴⁶ Carta particular de 04 de julho de 1842, publicada no jornal Correio Oficial da Província do Rio de Janeiro em 11 de julho de 1842. Edição 0095(1). Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=774243&Pesq=vassouras&pagfis=379>

¹⁴⁷ Carta particular de 07 de julho de 1842, publicada no jornal Correio Oficial da Província do Rio de Janeiro em 13 de julho de 1842. Edição 0096(2). Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=774243&Pesq=vassouras&pagfis=383>

dava principalmente devido falta de informações sobre o armamento utilizado pelos rebeldes e sua posição no campo de batalha, o presidente fez um discurso na qual defendeu a superioridade do armamento utilizado pela Guarda Nacional. Segundo ele, “as armas dos inimigos não cursão mais longe que as nossas”. Partindo a cavalo com a tropa para reconhecimento da posição dos rebeldes mineiros, o presidente Honório, segundo a carta particular publicada no Correio Oficial do Rio de Janeiro, percorreu duas léguas pela Estrada de Polícia, sentido São João Del-Rei, e não encontrou a presença dos rebeldes.¹⁴⁸

Para além das autoridades, a revolta na província mineira causou grande mobilização entre os habitantes da região. Entre os mais abastados houve um esforço para levantar fundos para financiar o Exército Imperial através de doações e subscrições públicas. O mesmo pode se dizer dos habitantes menos favorecidos que tanto se voluntariavam para o exército para lutar contra os rebeldes, como doavam mantimentos para as tropas.¹⁴⁹

O Imperador se fazia simbolicamente presente também na sede da câmara de Vassouras. Buscando fortalecer ainda mais seus laços com o Governo Imperial, os vereadores mantinham na casa, em que eram realizadas as sessões da câmara, um retrato do Imperador. Doado pelo Coronel Ambrósio de Souza Coutinho, o retrato foi inaugurado na sessão do dia 03 de agosto de 1840.¹⁵⁰ A personificação do Imperador na sede do governo local, por meio do retrato, servia tanto para expressar afeto e reconhecimento ao soberano, como para o promover uma aproximação entre ele e os funcionários camarários de Vassouras, cumprindo, assim, um objetivo político.

Ao analisarmos os livros de atas com os registros das sessões da câmara de Vassouras¹⁵¹, podemos notar que o funcionamento da instituição e o ritmo do trabalho dos vereadores se alterou ao longo dos anos. De 1839 a 1841, observamos um número maior de sessões, que provavelmente podem ser explicados pela grande demanda de trabalho relativo aos anos iniciais da fundação da vila. A partir de 1842, o número de reuniões da câmara sofre uma queda significativa, demonstrando talvez uma maior organização e experiência administrativa dos

¹⁴⁸ Idem. Ibidem.

¹⁴⁹ Idem. Ibidem.

¹⁵⁰ Livro de atas da câmara municipal de Vassouras. Atas das Sessões Ordinárias de 02//03/1840 e 07/07/1840. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

¹⁵¹ Para realizar esse trabalho foram analisadas 170 sessões que compreendem o período de 04/12/1838 a 10/10/1850.

vereadores, uma vez que a vila estava em processo de construção de seu espaço urbano e ainda demandava muitos esforços.

Sem um dia da semana determinado para acontecer e variando em número conforme os meses, as reuniões e as sessões ordinárias da câmara, ao que tudo indica, eram agendadas de acordo com as demandas e necessidades, burocráticas e administrativas, da vila. Assim, em meses com maior demanda, como ocorreu em janeiro de 1840, o número de sessões podia ser alto chegando a sete. Mas, em outros meses do ano, não houve agendamento de sessões de acordo com o que foi documentado no livro de atas. As atividades da câmara de Vassouras geralmente se iniciavam em janeiro e eram finalizadas em dezembro.

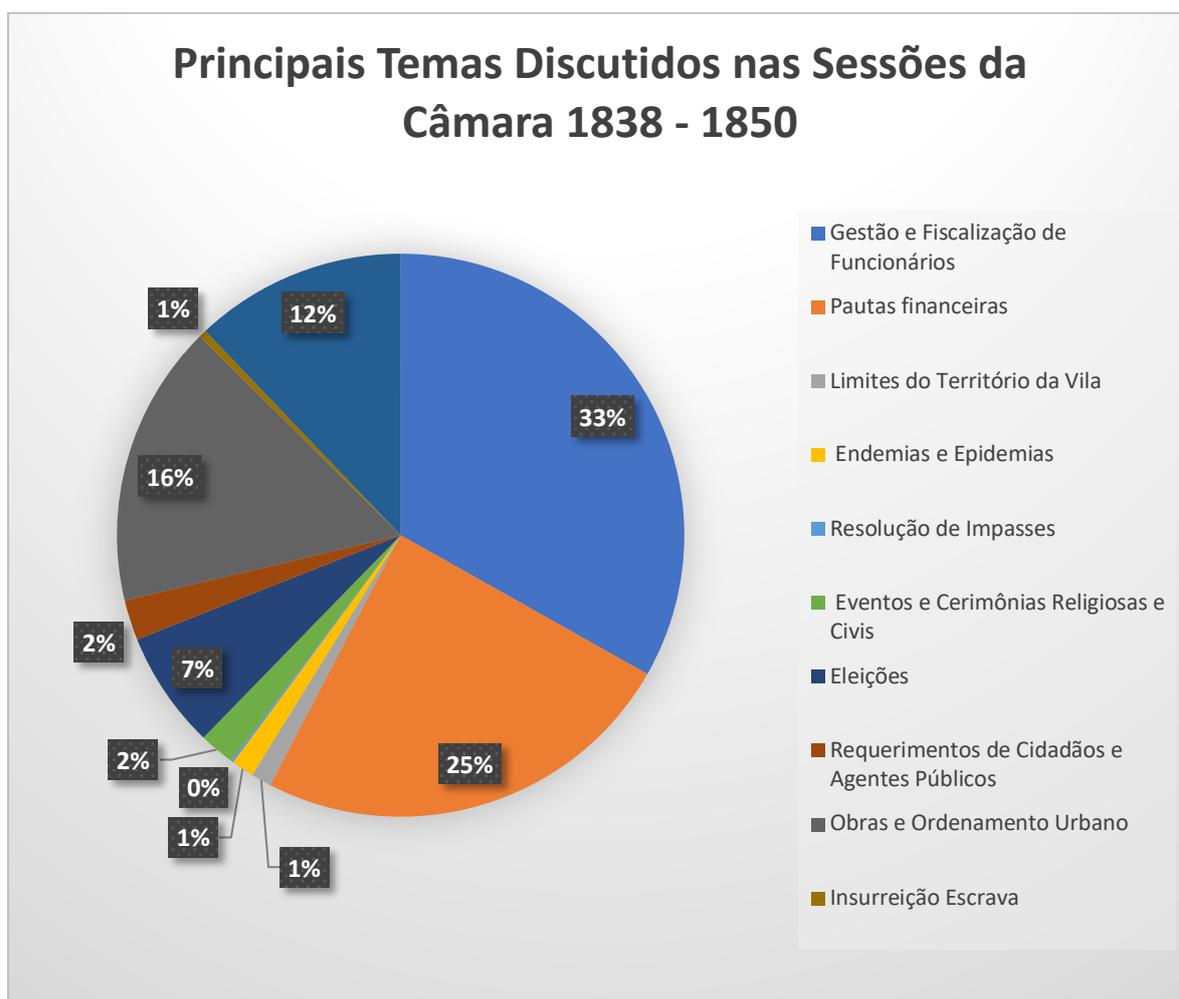
Para essa dissertação, analisei todas as sessões ordinárias e extraordinárias da câmara entre dezembro de 1838 e setembro de 1850, totalizando 170 sessões. Durante a leitura, foram identificados os principais assuntos abordados pelos vereadores em cada sessão e, ao final, foram criados 11 grupos com grandes temas. Também procuramos identificar os atores políticos que apresentaram projetos e propostas nas sessões. Outro evento que chamou atenção nas atas da câmara é a ausência frequente de dois vereadores nas sessões. Com faltas justificadas ou não, Joaquim Ribeiro de Avellar não compareceu a mais da metade (57%) das sessões realizadas durante seu mandato. Parecido aconteceu com Paulo Gomes Ribeiro de Avellar, que no seu primeiro mandato como vereador faltou 30% das sessões e no segundo 49%. A ausência dos vereadores nas sessões provavelmente pode ser explicada pela distância que moravam do centro da vila. Joaquim Ribeiro de Avellar residia na freguesia de Pati do Alferes e Paulo Gomes Ribeiro de Avellar na fazenda São Luiz, localizada a 25 km do centro da vila. Os dois vereadores, ao que se saiba, não possuíam residências urbanas na vila de Vassouras. Além disso, através das atas, não foi possível identificar grandes desavenças ou disputas mais tensas entre os vereadores nas sessões e entre eles e outras autoridades da vila, o que não quer dizer que não houvesse, mas sim que não eram registradas.¹⁵² O caso mais singular encontrado aconteceu em janeiro de 1840 e envolve o vereador Antônio Delphim da Silva que durante a sessão questiona os colegas da câmara sobre a compatibilidade de cargos, já que José Pinheiro de Souza Werneck ocupava ao mesmo tempo o cargo de juiz de paz e tenente coronel comandante da infantaria.

¹⁵² Livros de atas da câmara municipal de Vassouras. Atas das Sessões de 04/12/1838 a 10/10/1850. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

Colocado em plenário o questionamento feito por Delphim, a decisão da questão foi adiada pela câmara. Discutida ou não posteriormente, a decisão não foi registrada na ata.¹⁵³

A seguir, neste segundo capítulo, apresentaremos pontualmente os principais temas identificados na pesquisa com os livros de ata de 1838 a 1850, iniciando pelos mais recorrentes.

Gráfico 3. Temas discutidos nas sessões da câmara de Vassouras entre 1838 e 1850.¹⁵⁴



Fonte: Dados retirados dos livros atas da câmara municipal de Vassouras 1838-1850.

¹⁵³ Livro de atas da câmara municipal de Vassouras. Ata da Sessão Ordinária de 10//01/1840. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

¹⁵⁴ Livros de atas da câmara municipal de Vassouras. Atas da Sessões de 04/12/1838 a 10/10/1850. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

Responsável por gerir e fiscalizar os cargos do funcionalismo municipal, como demonstra o gráfico, a câmara de Vassouras pautou e deliberou questões ligados a esse tema. Era essa instituição local que elegia, nomeava e demitia os funcionários da municipalidade, deferia juramentos, dava posse, registrava seus diplomas, concedia licenças, fiscalizava e atestava a probidade desses funcionários públicos. Desta forma, dotados da prerrogativa de fazerem nomeações para certos cargos públicos, alguns vereadores de Vassouras aproveitaram dessa atribuição para indicarem conhecidos leais e familiares, como podemos notar nas atas. Em julho de 1840, o vereador Paulo Gomes Ribeiro de Avellar propôs para o cargo de ajudante de porteiro da câmara, o cidadão Fábio Antônio Jacinto. A indicação foi aprovada pelos demais vereadores e o novo ajudante de porteiro das freguesias de Vassouras e Sacra Família do Tinguá tomou posse na sessão do dia 28 de agosto de 1840. Dois meses depois, com a dispensa de José Gregório, Jacinto ascenderia na carreira pública, assumindo o cargo de porteiro da câmara.¹⁵⁵ Assim, para que se preservasse a ideia de uma administração isonômica, a aprovação do candidato indicado passava pelo crivo dos vereadores sem laço de parentesco com indicado, sendo excluído da decisão, pelo presidente da câmara, o vereador aparentado. Em 1839, após a proposta do vereador Antônio Delphim da Silva para que se procedesse a nomeação de um fiscal para freguesia de Pati do Alferes, foi indicado para o cargo o seu genro, Manoel Joaquim das Chagas. Eleito com três votos, o vereador Delphim foi impedido de votar pelo presidente da câmara no período, Laureano Corrêa e Castro, por ter laço de parentesco com o indicado. O fim do mandato de Delphim como vereador não impediu que seu genro fosse novamente nomeado para outro cargo da administração pública em 1847. Ao ser solicitado pelo Diretor Geral dos Correios que a câmara indicasse “pessoa idônea” para ocupar o cargo de ajudante de correio, os vereadores novamente nomeariam Chagas.¹⁵⁶ Como se vê, embora a Constituição outorgada em 1824, em seu art. 179, XIV, reconhecesse que “todo o cidadão pode ser admitido aos Cargos Públicos Civis, Políticos, ou Militares, sem outra diferença, que não seja dos seus talentos, e virtudes”, o que prevalecia na prática na administração pública local eram as nomeações baseadas em relações de parentesco e compadrio.¹⁵⁷

¹⁵⁵ Livro de atas da câmara municipal de Vassouras. Atas das Sessões Ordinárias de 30//07/1840, 28/08/1840 e 29/10/1840. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

¹⁵⁶ Livro de atas da câmara municipal de Vassouras. Atas das Sessões Ordinárias de 18//08/1839, 14/10/1839, 25/11/1839 e 25/10/1839. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras

¹⁵⁷ BRASIL. Constituição Império do Brasil 1824. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm.

Outro tema que recebeu grande atenção na pauta das sessões da câmara no período foi o das finanças. Incumbida pela Constituição de 1824 de fazer o “governo econômico” da vila, a câmara de Vassouras, através de seus membros, tratava de: discutir e aprovar seu orçamento anual e balanços (receitas e despesas); prestar contas ao governo provincial; acompanhar e fiscalizar as contas do procurador, do fiscal e do carcereiro; cobrar dívidas de outros municípios; analisar a folha de pagamento de funcionários e definir seus ordenados; cobrar recursos da tesouraria provincial; administrar rendas doadas; pagar prestadores de serviços; aprovar compras e fiscalizar a arrecadação dos impostos e das multas municipais.¹⁵⁸

Apesar de se tratar de uma vila com uma produção crescente de café, cujo preço até o ano de 1843 era bastante elevado, o que observamos na análise das atas da câmara é uma penúria do tesouro municipal. Joaquim José Teixeira Leite, presidente da câmara durante o quadriênio 1845/1848, atribui a pequenez da receita municipal ao diminuto comércio da vila, uma vez que os grandes fazendeiros, consumidores com maior poder de compra, compravam muito pouco nos estabelecimentos locais, preferindo manter relações comerciais com as cidades de Iguazu e a corte do Rio de Janeiro no que compete à compra e encomenda de produtos e mercadorias.¹⁵⁹

Os fazendeiros mantinham mais laços sociais do que econômicos com a cidade, para onde enviavam suas famílias a fim de passar parte do ano em casas da cidade, para festividades da igreja e da vida social da pequena nobreza comercial e proprietária de terras. Sua produção de café, por outro lado, vinha diretamente do município para Iguazu e para o Rio.¹⁶⁰

Desprovido das rendas advindas das fazendas de café, o comércio de Vassouras era movimentado principalmente pelo tráfego na Estrada da Polícia e pela venda a pequenos proprietários e camadas mais pobres da vila e região circunvizinhas. Parte da receita local provinha, portanto, da cobrança de impostos comerciais (licenças e multas) e não de impostos agrícolas. Eram as casas comerciais da vila, tabernas, vendas, mascates, hotéis, barbearias, marcenarias, alfaiatarias, sapatarias, açougues e pontos de vendas de bilhetes de loteria que alimentavam boa parte das receitas públicas de Vassouras. Com uma estreitíssima lista de

¹⁵⁸ Livros de atas da câmara municipal de Vassouras. Atas da Sessões de 04/12/1838 a 10/1/1850. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

¹⁵⁹ Livro de atas da câmara municipal de Vassouras. Ata da Sessão Ordinária de 07//01/1849. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

¹⁶⁰ STEIN, Stanley. Vassouras. Um município brasileiro do café, 1850-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.p. 127.

tributos que podiam ser cobrados pelas câmaras, a de Vassouras incluía a cobrança de foros, concessão de venda de aguardente e o imposto sobre os engenhos de aguardente.¹⁶¹

Sem uma classificação e repartição equitativa das rendas (gerais, provinciais e municipais), a situação das províncias não eram muito distantes dos municípios e vilas nesse período. Apertada pelo fisco da Nação, sobravam poucas e modestas fontes de receitas para as províncias e cidades interioranas levando-as a viverem também em uma situação de penúria financeira.¹⁶² Na tríplice esfera tributária, era o Tesouro Geral que monopolizava todas as principais fontes de receita, tais como o imposto de importação, exportação, transmissão de propriedade, indústrias e profissões e o predial. Impedidas pelo Conselho de Estado, de lançar mão de novos tributos e aumentar suas receitas, as províncias acabaram estreitando a faixa de tributos que poderiam ser cobrados pelos municípios arrastando-os para um estado de quase indigência.¹⁶³

Encarregado de estudar a reorganização administrativa das províncias e municípios na época, o Visconde de Ouro Preto descreveu a situação financeira das províncias da seguinte maneira:

Embora melhorasse relativamente ao que era há alguns anos passados, nada tem de lisonjeira a situação das províncias, e, revogados que sejam os impostos inconstitucionais, de que quase todas foram obrigadas a lançar mão, muito mais precárias serão suas circunstâncias, vendo-se talvez o Estado na necessidade de auxiliá-las para suas despesas particulares, como aconteceu no período de 1836 a 1848. Se às províncias falham recursos, muito mais encarecem os apuros das municipalidades, constituindo sua penúria uma das causas do desprestígio em que caiu tão útil e patriótica instituição.¹⁶⁴

A vila de Vassouras padecia dos mesmos problemas enfrentados por outros municípios do país. Durante o período analisado, também sofria com a carência de recursos financeiros. Sem receitas suficientes que permitissem cobrir todas as despesas, como manutenção de serviços, folha de pagamento de funcionários e principalmente obras públicas, a câmara recorreu frequentemente ao auxílio do governo da província, aliados políticos, habitantes e sobretudo aos fazendeiros da vila. Foram muitas as estratégias adotadas pela câmara de

¹⁶¹ STEIN, Stanley. Op. Cit. p. 127.

¹⁶² LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 7. ed., 2012. p. 146.

¹⁶³ Idem. Ibidem. p. 144-147.

¹⁶⁴ Depoimento Visconde de Ouro Preto *Apud* LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto, p. 147.

Vassouras para aumentar sua receita e levar a cabo o projeto de cidade pensado pelos vereadores e apoiado por boa parte dos cafeicultores e proprietários escravistas que ali estavam representados ou atuando diretamente na vereança.¹⁶⁵

Para o governo da província, a câmara enviou inúmeras representações solicitando financiamento ou realização de obras públicas e cobrando pagamento de valores devidos pela tesouraria provincial. Em algumas ocasiões, esses pedidos foram atendidos, como aconteceu em outubro de 1839, quando a província autorizou o reparo da Estrada da Polícia após reclamações e súplicas da câmara.¹⁶⁶ Em outros momentos, esses pedidos foram negados pelo governo provincial, como em fevereiro de 1839, quando por meio de uma portaria, o presidente da província informou a câmara que o governo estava desonerado e que o arremate da ponte do Desengano deveria ser feito com recursos próprios.¹⁶⁷ Com meios limitados para auxiliar todas as demandas da vila, os casos de maior necessidade ou gravidade acabaram sendo encaminhados, pelo governo da província, a Assembleia Legislativa Provincial para solução. Caso parecido aconteceu em dezembro de 1839, quando o presidente da província remeteu à Assembleia Legislativa Provincial o ofício da câmara de Vassouras, que pedia providências a respeito da cadeia que estava em ruínas e “propícia a cair”. Sem uma resolução da questão junto à Assembleia Provincial, os vereadores de Vassouras não esmoreceram e continuaram pressionando o presidente da província, até que fosse autorizado o aluguel de uma casa para sede da cadeia.¹⁶⁸

O valor gasto com o sustento dos presos pobres da vila era outro problema enfrentado pela câmara no período, pois necessitava ser constantemente cobrado a tesouraria provincial. Para receber a quantia de 240#000 réis gasto com a alimentação dos presos pobres da vila, durante o ano financeiro 1837/1838, a câmara nomeou Domingos Alves da Silva Porto como procurador.¹⁶⁹ Homem de confiança dos fazendeiros de Vassouras e conhecedor dos meandros da Política imperial, Porto trabalhou por muitos anos na fazenda de Joaquim Ribeiro de Avellar, como capelão, e mais tarde se tornou comissário, na praça do Rio de Janeiro, negociando a

¹⁶⁵ Livros de atas da câmara municipal de Vassouras. Atas da Sessões de 04/12/1838 a 10/10/1850. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

¹⁶⁶ Livros de atas da câmara municipal de Vassouras. Ata da Sessão de 14/10/1839. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

¹⁶⁷ Livros de atas da câmara municipal de Vassouras. Ata da Sessão de 11/02/1839. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

¹⁶⁸ Livros de atas da câmara municipal de Vassouras. Ata da Sessão de 25/11/1839. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

¹⁶⁹ Livros de atas da câmara municipal de Vassouras. Ata da Sessão de 27/03/1839. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

compra e a venda de café da fazenda Pau Grande e de outras fazendas do Vale do Paraíba.¹⁷⁰ A confiança conquistada com seu trabalho de comissário transcendia, portanto, o espaço das fazendas de café para câmara de Vassouras.

A outra estratégia adotada pela câmara de Vassouras para garantir seu direito e receber os recursos devidos pelo governo provincial foi recorrer à ajuda de importantes figuras políticas do Império. Nos ofícios enviados a Paulino José Soares de Souza, Joaquim José Rodrigues Torres, José Clemente Pereira, Manoel Jacinto Nogueira Gama (Visconde de Baependy) e Eusébio de Queiroz Coutinho Matoso Câmara, os vereadores de Vassouras pediram auxílio a fim destes indicarem uma forma da câmara valer seu direito e receber 2:680#000 réis da tesouraria provincial.¹⁷¹ Ao que tudo indica, a questão foi levada por eles à Assembleia Provincial, como sugere um ofício enviado a câmara por José Rodrigues Torres. Dirigido ao presidente da câmara, esse ofício informava “que na Assembleia Provincial não teve lugar para o pagamento da quantia”. Cientes da dificuldade de receber os valores devidos naquele momento, a câmara responderia que “ficaria à espera de uma ocasião oportuna para que o pagamento fosse atendido”.¹⁷² Deputados gerais pelo Rio de Janeiro à época (1841), os membros do partido conservador, Rodrigues Torres, futuro visconde de Itaboraí, e Paulino José Soares de Souza, futuro visconde do Uruguai, juntamente com Eusébio de Queirós ficariam conhecidos posteriormente como a “trindade saquarema”. Líderes do partido que desenharam os rumos da política imperial a partir dos últimos anos do Período Regencial, a trindade saquarema tinha fortes laços com os proprietários escravistas do Vale do Paraíba Fluminense e sempre pautou sua atuação política para atender seus interesses.¹⁷³

A falta de auxílio do governo central foi compensada pelos aliados políticos que auxiliaram a câmara de Vassouras com donativos para as obras da vila, como observamos nos livros atas. Em julho de 1840, o então deputado provincial e rico cafeicultor, João Pereira Darrigue Faro, cedeu metade de seu subsídio em benefício da câmara de Vassouras. O valor de 268#800 réis concedidos a câmara deveriam, segundo o próprio deputado, ser utilizado para fatura do chafariz da praça matriz.¹⁷⁴ Com uma orientação política e trajetória de vida comum

¹⁷⁰ MUAZE, Mariana. *As memórias da viscondessa: família e poder no Brasil Império*. RJ: Zahar, 2008. p.33.

¹⁷¹ Livros de atas da câmara municipal de Vassouras. Ata da Sessão de 02/03/1841. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

¹⁷² Livros de atas da câmara municipal de Vassouras. Ata da Sessão de 21/06/1841. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

¹⁷³ MATTOS, op. Cit., p.120.

¹⁷⁴ Livros de atas da câmara municipal de Vassouras. Ata da Sessão de 06/07/1840. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

a alguns membros da câmara de Vassouras, Faro era negociante e fazendeiro em Santo Antônio do Rio Bonito, no município de Valença. Seu pai, Joaquim José Pereira de Faro, teve uma relação privilegiada com o Estado Joanino devido a um contrato de arrecadação de dízimos na localidade Fluminense de São João Marcos e freguesias anexas. Antigo traficante de escravos, Joaquim se dedicaria, após aquisição de terras, à atividade agrícola e à cafeicultura. Futuro Visconde do Rio Bonito, João Faro também seria presidente do Banco do Brasil (1855), além de vice-presidente e depois presidente da província do Rio de Janeiro, durante predomínio conservador, iniciado em 1848.¹⁷⁵

No que se refere à matéria tributária, havia poucas opções, já que o Ato Adicional, em seu art.10, conferia às assembleias provinciais o poder de legislar tanto sobre a fixação das despesas municipais quanto dos impostos necessários aos municípios. Entretanto, a câmara de Vassouras sobe utilizar dos poucos recursos que lhe cabia e apresentou, em março de 1841, à Assembleia Provincial, um pedido de concessão de duas ou três loterias para construção da casa da câmara e cadeia e do chafariz da vila.¹⁷⁶ Tendo atuado como interlocutor no processo, o deputado João Manoel Pereira da Silva conquistou para vila o direito de receber por duas loterias. Autorizada, em 1845, a receber o valor de 11:100#000 réis da tesouraria das loterias da província, a câmara de Vassouras novamente nomearia o comissário Domingos Alves da Silva Porto como procurador. O valor recebido por Porto chegaria à câmara pelas mãos do vereador Paulo Gomes Ribeiro de Avellar. Ademais, o deputado João Manoel Pereira da Silva auxiliaria a câmara de Vassouras novamente em 1845, quando os vereadores dirigiram à Assembleia Legislativa provincial um pedido de consignação na lei do orçamento provincial, a fim de ser edificada a casa da câmara e cadeia na vila.¹⁷⁷ Comissário de café estabelecido na travessa do Paço, no centro do Rio de Janeiro, Domingos Alves da Silva Porto tinha entre seus clientes algumas das famílias mais importantes da cafeicultura e da política vassourense como os Ribeiro de Avellar, Corrêa e Castro e Werneck. Na família analisada, o membro que mais negociou com comissário foi Antônio Corrêa e Castro, irmão de Pedro e Laureano. Amigo de longa data e homem de confiança de Joaquim Ribeiro de Avellar, Domingos Porto administrava também seus negócios na Corte, sendo seu principal financista. Reconhecido por suas boas

¹⁷⁵ MOREIRA, Gustavo Alves Cardoso. *Autoridade provincial e poderes locais nos caminhos do café fluminense (1835-1840)*. ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História. Fortaleza, 2009. p.07.

¹⁷⁶ Livros de atas da câmara municipal de Vassouras. Ata da Sessão de 30/03/1841. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

¹⁷⁷ Livros de atas da câmara municipal de Vassouras. Atas da Sessões de 03/05/1841, 27/09/1843, 20/02/1845 e 27/07/1845. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

relações na Corte e por seu traquejo nos meandros da política imperial, Domingos Porto foi o responsável por agenciar a compra do título de Barão de Capivary para Joaquim Ribeiro de Avellar e por fazer os arranjos de casamento de seu filho, Joaquim Ribeiro de Avellar Jr, com Mariana da Silva Velho. Filha primogênita do casal Leonarda Velho da Silva e José Maria Velho da Silva, Mariana fazia parte de uma família de prestígio na Corte com cargos de confiança e proximidade com a família real. O pai de Mariana era Porteiro da Imperial Câmara, Guarda-Joias e Mordomo da Casa Imperial e a mãe Dama da Imperatriz Teresa Cristina.¹⁷⁸

Outro recurso adotado pelas câmaras da região no período foram as reivindicações feitas de forma coletiva. A escassez de rendas e as necessidades em comum aproximaram, por vezes, as vilas e as cidades, fazendo com que elas se associassem para cobrarem do governo da província a realização de algum serviço ou obra pública. Em março de 1841, as câmaras de Vassouras e da vila do Iguazu se uniram para juntas reivindicarem ao governo da província pela continuidade das obras na Estrada da Polícia, importante via para as duas municipalidades.¹⁷⁹

Mas, nem sempre a solução previa a ajuda provincial ou imperial. Inaugurada em 1845, a iluminação pública de Vassouras só foi possível graças ao compromisso assumido por alguns moradores de ratear as despesas junto à câmara dos vereadores. Composto inicialmente por onze lampiões alimentados por azeite de peixe, o sistema de iluminação seria expandido para 22 lampiões em 1848, levando o presidente da câmara no período a se queixar do enorme custo da iluminação que, segundo ele, era incompatível com a pequena renda da municipalidade, só podendo o serviço ser mantido se os moradores contribuíssem com, pelo menos, a metade dos custos. Mas, do contrário, a iluminação iria cessar.¹⁸⁰ Assim, as finanças municipais eram um tema explorado e que fazia parte do dia a dia das sessões da câmara. Descrita em detalhes pelos vereadores na sessão do dia 07 de janeiro de 1849, as receitas e despesas durante os anos 1845 e 1848 foram as seguintes:

¹⁷⁸ MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. O império do retrato: família, riqueza e representação social no Brasil oitocentista (1840-1889). 2006. 403 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

¹⁷⁹ Livros de atas da câmara municipal de Vassouras. Ata da Sessão de 31/03/1841. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

¹⁸⁰ Livros de atas da câmara municipal de Vassouras. Atas das Sessões de 20/02/1845 e 07/01/1849. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

Tabela 10: Resumo das receitas e despesas da câmara municipal de Vassouras durante quadriênio (1845/1848).¹⁸¹

Receitas Públicas		Despesas	
Descrição	Valor (réis)	Descrição	Valor (réis)
Recebido tesouro das loterias – produto uma loteria.	11:100#000	Ordenado funcionários e porcentagem do procurador	7:061#200
Prêmio que produziu o dinheiro da câmara	1:298#906	Expediente da câmara, júri, aluguéis da casa de cadeia, luminárias e outras despesas.	3:627#600
Valor recebido da administração anterior	6:424#665	Iluminação pública 02/12/1848 a 07/01/1849	139#480
Subscrição para desaterro	4:780#000	Despesa feita com a visita do Imperador	6:413#230
Subscrição para festejos visita do Imperador	6:245#000	Despesa construção chafarizes	18:346#543
Renda Ordinária da câmara	1:937#810	Despesa construção do chafariz Pedro II	2:224#910
Rendas arrecadadas pelo procurador	22:450#450	Despesa feita com solenidades 02/12/1848	114#200
Donativo do Barão do Tinguá	10:000#000	Despesa com início das obras Casa de Caridade	481#090
Donativo de José Corrêa e Castro	2:000#000	Despesas com calçadas, desaterros, pontes e casa da câmara	17:407#658
Total	66:236#831	Total	56:052#161

Fonte: Dados retirados dos livros ata da câmara Municipal de Vassouras, 1849.

No que se refere às receitas da câmara, podemos notar que boa parte das rendas recebidas no período eram produto de doações e subscrições públicas. Dos 66:236#831 réis arrecadados pela câmara entre 1845 e 1848, 35% dos valores (23:025#000 réis) equivaliam às

¹⁸¹ Livros de atas da câmara municipal de Vassouras. Ata da Sessão de 07/01/1849. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

doações e subscrições públicas. Já o valor gasto com obras públicas, totalizava 38:460#201 réis, representando 58% de todas as receitas recebidas pela câmara no período. Destaca-se ainda, no resumo das receitas apresentadas pelos vereadores, o valor de 11:100#000 réis, produto da loteria que foi recebido pela câmara em 1845 e que, posteriormente, ficou em poder do presidente da Câmara, Joaquim José Teixeira Leite, sob a condição de ser devolvido com um prêmio de 10% ao ano. Capitalista de profissão e membro de uma família cujo principal ramo de atividade era a usurária, o presidente da câmara aplicou o recurso público em seu próprio banco. O valor aplicado rendeu 1:298#906 réis, conforme relatório contido nas atas da câmara.

Ante ao exposto, percebemos que uma das estratégias encontradas pelos vereadores para driblar a falta de recursos e realizar as obras e eventos na vila foi recorrer às subscrições públicas e às doações de patrimônio particular dos grandes senhores, muitos, inclusive, membros da vereança. Durante o período analisado, a câmara organizou inúmeras subscrições que financiaram (total ou parcialmente) diversas obras da vila como: chafariz, cemitério, calçamento de ruas, desaterro do adro da igreja matriz, casa de caridade, “aformoseamento da praça” e o edifício da câmara e cadeia, entre outras.¹⁸²

Importante dispositivo para engrossar as receitas locais, a câmara buscou, durante a presidência de Joaquim José Teixeira Leite, incentivar essas doações criando uma homenagem aos cidadãos que contribuíssem com uma quantia expressiva para vila. Os doadores de quantias “importantes” eram, assim, agraciados com um retrato pintado a óleo que seria colocado na sala de sessões da instituição, o mesmo incentivo também era usado pela Santa Casa da Misericórdia ao homenagear seus beneméritos, demarcando seu prestígio social. O prêmio aos doadores incluía ainda ter suas “importantes ações” representadas ao governo da província pelos vereadores.¹⁸³ O primeiro cidadão a ser retratado pela câmara para este fim foi o Capitão José Corrêa e Castro.¹⁸⁴ Grande colaborador das receitas da câmara e da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, José Corrêa e Castro é reconhecido pela doação de dois contos de réis feita a câmara para desaterro do adro da igreja, pela transferência de um terreno na estrada do Rio Bonito e pelo donativo de 40 contos de réis feito à Irmandade de Nossa Senhora da

¹⁸² Livros de atas da câmara municipal de Vassouras. Atas da Sessões de 04/12/1838 a 10/10/1850. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

¹⁸³ Livros de atas da câmara municipal de Vassouras. Ata da Sessão de 24/10/1846. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

¹⁸⁴ Livros de atas da câmara municipal de Vassouras. Ata da Sessão de 09/11/1846. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

Conceição.¹⁸⁵ Como reconhecimento de suas ações, a Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, após o falecimento de José Corrêa e Castro, solicitou à câmara de Vassouras licença para edificar dentro da igreja matriz uma sepultura para seu “irmão grande benfeitor”. Autorizada pela câmara, sua lápide se encontra ainda hoje localizada num corredor lateral da igreja, próxima a uma das saídas e da sacristia.¹⁸⁶ Atos como esse eram uma forma de legitimar e perpetuar o poder dos membros da classe senhorial em vida, mas também de criar uma memória de grande benemérito da cidade que perpetua até nossos dias.



Figura 5: Placa da sepultura de José Corrêa e Castro, localizada na igreja matriz de Nossa Senhora de Conceição de Vassouras. Arquivo pessoal.

O seu irmão Pedro, o Barão do Tinguá, como já mencionado, foi o responsável tanto por custear a estadia do Imperador durante sua visita a vila em 1848, quanto pela construção do hospital da Santa Casa de Misericórdia de Vassouras. No total foram doados pelo Barão do Tinguá à câmara para construção do hospital, a quantia de 15:200#000 réis. Em reconhecimento pelos seus feitos, Pedro Corrêa e Castro, em 1850, também seria retratado a pedido da câmara.¹⁸⁷ O quadro, produzido por Júlio Chilvaquer, foi colocado na casa de caridade da vila,

¹⁸⁵ Livros de atas da câmara municipal de Vassouras. Atas das Sessões de 20/05/1845 e 07/01/1849. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

¹⁸⁶ Livros de atas da câmara municipal de Vassouras. Ata da Sessão de 09/11/1846. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

¹⁸⁷ Livros de atas da câmara municipal de Vassouras. Ata da Sessão de 28/09/1850. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

disposto no salão nobre do edifício, e apresentava o barão com igreja matriz ao fundo.¹⁸⁸ Seu irmão, Laureano Corrêa e Castro foi um dos que financiaram a construção dos 4 altares laterais da igreja matriz. Durante sua presidência na câmara doou 1 conto de réis para compra da casa, pertencente a José Eugênio Teixeira Leite, que seria destinada a cadeia da vila. A construção havia sido utilizada nos primeiros anos da vila para as sessões da câmara. Além disso, na subscrição realizada para custear a recepção do Imperador a Vila, doou 500\$000 réis à câmara.¹⁸⁹

Diante do exposto, observamos como o vácuo deixado pelo Estado nos municípios e vilas foi aos poucos sendo preenchido pelo patrimônio particular desses senhores locais, deixando muitas vezes nebulosa a fronteira entre o patrimônio público e o privado, mas, ao mesmo tempo, abrindo espaço para que os senhores de terras e grandes proprietários de escravizados fortalecessem seu poder, prestígio e influência política perante as populações de suas localidades.

*Essa mistura entre a coisa pública e os negócios privados fundamenta, sem dúvida, a extensão do controle pessoal a todo o patrimônio do Estado. A passagem é rápida: o homem que sustenta com recursos particulares as realizações próprias do governo está subjetivamente pronto para considerar como seu o conjunto de bens públicos confiados à sua guarda. Por que não o faria? Por que não satisfaria aos próprios objetivos com dinheiros do governo se, não raro, as dificuldades deste último eram resolvidas com haveres seus, pessoais? Acaba por constituir-se de fato, nessas condições em que ficam completamente fluidos os limites entre o que é patrimônio da Administração e o que é propriedade do administrador, um fundo de “bens comuns” cujos valores, indivisos entre os dois membros da associação formada, servem indistintamente, ora a um, ora a outro.*¹⁹⁰

Outro tema perene entre os vereadores eram os limites da vila. Em um contexto em que o território fluminense ainda estava em processo de configuração, os vereadores temiam que a vila de Vassouras perdesse parte de seu território para os municípios vizinhos e as vilas que surgiam em seu entorno. Essa preocupação fica evidente, por exemplo, na resposta dada à câmara pelo governo provincial, através de uma portaria, que negava a intenção de desmembrar

¹⁸⁸ FERRARO, Marcelo Rosanova. Op. Cit. p. 84.

¹⁸⁹ Livros de atas da câmara municipal de Vassouras. Atas das Sessões de 07/01/1849, 27/03/1839 e 20/03/1848. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

¹⁹⁰ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Homens livres na ordem escravocrata. 4ª ed. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997. p. 131.

o terreno da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras em favor do novo município de Piraí.¹⁹¹ A preocupação com os limites internos entre as freguesias de Vassouras também aparece. Sem contar com uma definição territorial clara, a câmara de Vassouras recorreu tanto ao Governo Provincial, como as autoridades eclesiásticas para resolução da questão. Para que fossem realizadas as eleições nas freguesias da vila era necessário, primeiramente, definir seus limites. Sendo assim, a eleição de juiz de paz em Sacra Família do Tinguá, em 1839, só ocorreu após a delimitação dessa freguesia e a de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras feita pelo Governo Provincial.¹⁹²

A delimitação do território da vila de Vassouras foi finalmente estabelecida, em 21 de julho de 1839, por uma lei provincial.¹⁹³ No entanto, as dúvidas quanto aos seus limites perduraram por anos, criando divergências com outras cidades e vilas as quais fazia divisa.¹⁹⁴ Diante dessas dificuldades, a câmara de Vassouras resolveu criar, em 1842, uma comissão responsável por analisar a questão, e apresentar um parecer acerca dos limites da vila e do “terreno que dentro dele se deve julgar compreendido”. Foram nomeados para essa comissão os vereadores Alexandre de Siqueira e Antônio Simplício Siqueira. Empenhada em resolver uma desavença com o recém-criado município de Piraí, a câmara de Vassouras enviaria também um ofício ao Presidente da província com o pedido para que o engenheiro chefe da sessão procedesse um “exame dos limites que devem dividir este município de Piraí, a fim de cessar por uma vez a contestação existente”.¹⁹⁵ Coincidência ou não, um engenheiro esteve na vila de Vassouras no início do ano de 1843, como confirma um ofício do juiz municipal e de órfãos, Laureano Corrêa e Castro. No documento, ele pede que a câmara “se dignasse a coadjuvar ao engenheiro no que fosse compatível a fim deste poder cumprir sua missão”.¹⁹⁶ Em 1847, o Tenente Marcolino Rodrigues da Costa do corpo de engenheiros, ligado à administração das obras públicas da província, também pediria ajuda à câmara a fim de fazer uma estatística. A câmara nomeou uma comissão especial para auxiliar o engenheiro, sendo os vereadores

¹⁹¹ Livros de atas da câmara municipal de Vassouras. Ata da Sessão de 29/12/1838. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

¹⁹² Livros de atas da câmara municipal de Vassouras. Atas das Sessões de 29/12/1838 e 14/01/1839. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

¹⁹³ Livros de atas da câmara municipal de Vassouras. Ata da Sessão de 14/10/1839. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

¹⁹⁴ Livros de atas da câmara municipal de Vassouras. Atas das Sessões de 25/11/1839 e 26/11/1839. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

¹⁹⁵ Livros de atas da câmara municipal de Vassouras. Ata da Sessão de 18/05/1842. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

¹⁹⁶ Livros de atas da câmara municipal de Vassouras. Ata da Sessão de 21/01/1843. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

Teixeira Leite e Assis Almeidas os escolhidos para compô-la.¹⁹⁷ Matemático de formação, Marcolino foi o responsável por produzir a planta da cidade de Valença e Vitória, ambas no ano de 1852.¹⁹⁸ No que compete aos limites das freguesias de Vassouras, a câmara buscou o auxílio dos párocos e vigários da Vila. Dos párocos, os vereadores pediram uma descrição detalhada dos limites das freguesias que estavam a seu cargo, e dos Vigários a legislação que designava esses limites.¹⁹⁹

A lei provincial que demarcou os limites entre Vassouras e o município de Iguaçu também foi alvo de contestação da Câmara. Tão logo tomou ciência da lei nº 518/1850, a câmara recorreria ao presidente da província, fazendo-o ver a “injustiça de tal deliberação” para vila de Vassouras. Enviado juntamente com um abaixo assinado, na qual diversos moradores de Iguaçu pediam para pertencer à Vassouras, o ofício solicitava que a presidência da província não delimitasse definitivamente os limites dos dois municípios até que a Assembleia Legislativa Provincial discutisse o tema.²⁰⁰ Temerosa de perder parte de seu território para o município de Iguaçu e com isso, conseqüentemente, diminuísse sua arrecadação fiscal e número de eleitores, a câmara apostava numa decisão favorável da Assembleia, já que possuía muitos representantes de seus interesses nesta. A demora e as dificuldades para se estabelecer a demarcação dos limites territoriais não foi um problema exclusivo das vilas e municípios, a própria província do Rio de Janeiro só teve seus limites com Minas Gerais definido, provisoriamente, pelo governo geral em 19 de maio de 1843, através do decreto nº207.²⁰¹

O controle e a prevenção de endemias e epidemias também foi pauta da câmara nas sessões analisadas. A pedido do governo provincial, que monitorava a difusão de doenças endêmicas e epidêmicas e vacinação nas vilas e cidades da província, a câmara produziu alguns mapas com as pessoas vacinadas do município, bem como forneceu informações sobre o número de óbitos e doentes decorrentes dessas enfermidades.²⁰² Era a câmara quem recebia as lâminas com o pus vacínico, enviadas pelo governo provincial, e remetia ao cirurgião vacinador

¹⁹⁷ Livros de atas da câmara municipal de Vassouras. Ata da Sessão de 23/01/1847. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

¹⁹⁸ Informações disponíveis em: <https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/autores/?id=17340>.

¹⁹⁹ Livros de atas da câmara municipal de Vassouras. Ata da Sessão de 22/08/1840. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

²⁰⁰ Livros de atas da câmara municipal de Vassouras. Ata da Sessão de 04/07/1850. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

²⁰¹ Livros de atas da câmara municipal de Vassouras. Ata da Sessão de 19/07/1843. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

²⁰² Livros de atas da câmara municipal de Vassouras. Atas das Sessões de 29/12/1838 e 08/01/1840. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

da vila para que pudessem ser aplicadas.²⁰³ Sem contar com um cirurgião vacinador na vila, em 26 de março de 1839, o pus vacínico acabou sendo distribuído e aplicado entre os vereadores. Na ocasião, Laureano Corrêa e Castro, o presidente da instituição no período, se sentiu mal e teve que deixar a sessão antes do seu término.²⁰⁴

Na sessão ordinária do dia 23 de janeiro de 1845, uma resolução enviada pelo Governo Provincial foi objeto de apreciação dos vereadores. Enviada juntamente com uma portaria (25/10), a resolução exigia da câmara a tomada de algumas medidas sobre o tema e informava sobre a criação de um instituto vacínico na província. Insatisfeitos com algumas questões da resolução, os vereadores optaram por enviar um ofício ao Presidente da província. Neste eles informavam que as providências exigidas na resolução já tinham sido providenciadas pelas posturas da câmara, e se queixavam que “há muitos anos não produzem efeito algum o pus vacínico vindo da Corte e que está câmara aguardava que a Sua Excelência consultasse com o instituto uma forma de poder remediar essa falta”.²⁰⁵ A insatisfação com os resultados da vacinação na vila fica evidente também no relatório feito pelo presidente da câmara em 1849. Conforme Joaquim José Teixeira Leite:

*A câmara durante a sua administração fez muitos esforços para vacinação dos habitantes do município, mas deve confessar que pouco conseguiu, já porque quase sempre se malograva a inoculação do pus em laminas, vindas do Rio de Janeiro o que fundada na opinião dos profissionais; a câmara atribui ao enfraquecimento da vacina talvez por falta de renovação – já porque é muito difícil lutar com a incúria de grande parte da população nesta matéria.*²⁰⁶

Contrariados com avanço da varíola nos subúrbios da vila, os vereadores pressionaram também o médico vacinador para que fossem adotadas medidas semelhantes àquelas de Valença, uma vez que este município tinha alcançado algum êxito no controle da doença.²⁰⁷

²⁰³ Livros de atas da câmara municipal de Vassouras. Atas das Sessões de 26/03/1839 e 13/07/1846. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

²⁰⁴ Livros de atas da câmara municipal de Vassouras. Ata da Sessão de 26/03/1839. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras

²⁰⁵ Livros de atas da câmara municipal de Vassouras. Ata da Sessão de 23/01/1845. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

²⁰⁶ Livros de atas da câmara municipal de Vassouras. Ata da Sessão de 07/01/1849. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

²⁰⁷ Livros de atas da câmara municipal de Vassouras. Ata da Sessão de 19/08/1847. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

Contudo, as dificuldades de Vassouras não abarcavam somente as epidemias e endemias e a câmara atuou também na mediação e resolução de conflitos na vila, principalmente quando envolviam fazendeiros. Ao ser confrontada pelo requerimento de Joaquim José Furtado²⁰⁸ na qual exigia a reposição de um “caminho ao seu antigo estado”, a câmara tratou logo de mediar a questão, já que no antigo caminho existia uma lavoura de café pertencente a Luís Pereira Baptista. Com o aval do fiscal para que o pedido fosse deferido, os vereadores buscaram uma maneira para que o caminho fosse repostado sem que prejudicasse o proprietário das roças de café. Preocupado com a situação, já que tinha “ano e dia que tal questão já tinha tornado judicial”, Laureano Corrêa e Castro, presidente da câmara no período, acatou a proposta apresentada pelo vereador Siqueira. Assim, uma comissão foi criada para analisar cuidadosamente a questão. Resolvida de “forma amigável” pela comissão da câmara, o processo de abertura do antigo caminho foi autorizado.²⁰⁹ A mudança de caminho, feita de forma unilateral por alguns proprietários de terra, parece ter sido um problema cotidiano nos anos iniciais da vila. Em outras ocasiões a câmara teve que atuar nesse sentido, como em 1841 quando diversos moradores da freguesia de Pati do Alferes pediram à câmara a reposição da estrada alterada por João José Manso. Ou quando José Ribeiro Leite Zamith cobrou à câmara providências uma vez que Marcelino José Coelho tinha mudado os rumos de uma outra estrada.²¹⁰ A câmara atuou também em vários outros momentos para defender os interesses dos fazendeiros da vila. Ao receber uma representação de diversos fazendeiros na qual pediam providências contra os taberneiros que negociavam fora do município, a vereança recorreu logo à Assembleia Legislativa Provincial.

As eleições foram parte importante da agenda dos vereadores de Vassouras no período. Como ocorriam frequentemente, para um ou outro cargo, a câmara se mantinha sempre vigilante para garantir a legitimidade e a ordem do processo eleitoral, evitando, com isso, distúrbios e contestações de resultados na vila. Encarregada de providenciar as medidas necessárias para realização do pleito nas diferentes freguesias da vila, a câmara manteve os juizes de paz e as mesas eleitorais atualizadas sobre as leis, avisos e instruções enviadas pelo governo geral e provincial, definiu os locais das eleições nas freguesias e garantiu os recursos

²⁰⁸ Joaquim José Furtado era proprietário da fazenda Triunfo e de parte da Fazenda das Palmas, em sociedade com Francisco José Teixeira Leite. Além de fazendeiro, foi advogado e primeiro promotor público de Vassouras.

²⁰⁹ Livros de atas da câmara municipal de Vassouras. Atas da Sessões de 27/03/1839 e 19/04/1839. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

²¹⁰ Livros de atas da câmara municipal de Vassouras. Atas da Sessões de 19/04/1841 e 04/06/1844. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

materiais indispensáveis ao pleito como cédulas, urna e saca forte. Tão logo terminavam as eleições, as atas dos colégios eleitorais da vila²¹¹ e os autos de multas, dos votantes faltosos, eram enviadas à câmara, sendo as cópias destas atas remetidas, posteriormente, a província. Apuração final da eleição na vila (vereadores e juízes de paz) eram geralmente realizadas nas sessões extraordinárias da câmara, sendo a declaração dos eleitos feita pela janela do edifício para a população. Para finalizar os ritos eleitorais, as cédulas eram queimadas pelos vereadores.²¹²

Evento de grande importância para o Império brasileiro, as eleições pretendiam colocar o país no rol das nações civilizadas e alinhado aos centros mundiais de poder político e econômico, como pretendiam as elites imperiais. Foi através das eleições censitárias, com eleitores do sexo masculino nascidos livres, que o sistema político monárquico brasileiro procurou estabelecer sua legitimidade. As eleições legitimavam as estruturas de poder existente e garantiam a perpetuação da ordem escravocrata no país. Ao analisar o processo eleitoral brasileiro durante o segundo reinado, Richard Graham afirma:

*A sobrevivência do sistema político dependia da manutenção de sua legitimidade, tanto perante os grupos permanentemente excluídos de uma efetiva participação quanto aos que pertenciam à elite política, mas que se encontravam temporariamente fora do poder. Tal meta exigia uma crença generalizada na proposição que o povo tinha liberdade individual e participava de eleições honestas e imparcialmente conduzidas. Esses mesmos líderes, não obstante, temiam que ao menor sinal de desordem abrissem caminho a distúrbios mais amplos. Ameaçando a própria sobrevivência da sociedade. As eleições tinham de se realizar em paz e não se podia permitir à oposição quebrar a tranquilidade. Finalmente, contudo, as eleições tinham que ser vencidas pelo governo. Do contrário, os princípios básicos da hierarquia podiam ser destruídos. Essas ambições contraditórias impunham desafios sérios e contínuos à liderança política do país.*²¹³

Partidário dessas mesmas concepções e interessada em manter as estruturas de poder já consolidadas na vila, a câmara de Vassouras não registrou nas atas qualquer evento que colocassem em xeque o colégio eleitoral das freguesias e a legitimidade das eleições realizadas na vila. Não foram, assim, mencionados pelos vereadores nas atas nenhum caso de fraude, episódio de violência, contestação de resultados ou outro evento relacionado na vila. As atas

²¹¹ As atas dos colégios eleitorais da vila não foram localizadas durante a pesquisa.

²¹² Livros de atas da câmara municipal de Vassouras. Atas da Sessões de 04/12/1838 a 10/10/1850. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

²¹³ GRAHAM, Richard. Clientelismo e política no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.p. 135-136.

dos colégios eleitorais das freguesias, que poderiam esclarecer a existência ou não desses eventos em Vassouras, não foram localizadas durante a pesquisa. Contudo, sabemos pela historiografia que as eleições no período imperial, nas vilas e cidades do interior, foram marcadas por vários episódios de fraudes, conflitos e violência.²¹⁴ Diante disso, podemos supor tanto que esses eventos ocorreram em Vassouras, mas não foram registrados pelos vereadores para não colocar a legitimidade do pleito a prova, quanto pensar que as eleições ocorreram na perfeita paz devido principalmente ao forte controle desses grupos dominantes locais que garantiam suas vitórias utilizando-se principalmente dos meios legais, gritantemente parciais, e dos cargos estratégicos que ocupavam na vila.²¹⁵

A interferência dos chefões locais nas eleições era uma sombra que pairava. Nomeados pelo governo nacional, vários senhores locais estavam à frente dos principais cargos que organizavam o processo eleitoral na vila. Como exemplo, podemos observar, em 1842, o triunvirato que organizava as mesas eleitorais das paróquias da vila era composto por um padre, pelo juiz de paz Paulo Gomes Ribeiro de Avellar e o subdelegado José Pinheiro de Souza Werneck. Fazia parte da mesa ainda Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, o futuro Barão do Pati do Alferes, que neste momento era comandante da Guarda Nacional. Presidindo as mesas e os colégios eleitorais, o juiz de paz era o único cargo eletivo da mesa. Realizada a votação de eleitores da vila no período, dos dez vitoriosos, oito carregavam sobrenomes conhecidos, sendo eles: Joaquim Ribeiro de Avellar, Claudio Gomes Ribeiro de Avellar, Manoel Gomes Ribeiro de Avellar, Paulo Gomes Ribeiro de Avellar, José Gomes Ribeiro de Avellar, José Pinheiro de Souza Werneck, Francisco das Chagas Werneck e Francisco Peixoto de Lacerda Werneck.²¹⁶

A prerrogativa de nomear funcionários públicos também foi um instrumento por meio do qual esses senhores locais asseguravam suas conquistas eleitorais. A indicação para cargos públicos servia tanto para controlar o processo de votação quanto para recompensar pelo apoio nas eleições. Nas atas da câmara de Vassouras é possível identificar vários ofícios em que os juizes de paz das freguesias de Vassouras propõem nomes para o cargo de inspetor de quartirão.²¹⁷ Responsáveis por reforçar a ordem pública nas vilas e cidades, principalmente

²¹⁴ Sobre fraudes, violência e contestações aos resultados das eleições durante período imperial ver: Idem. *Ibidem*. p. 165-194.

²¹⁵ Livros de atas da câmara municipal de Vassouras. Atas da Sessões de 04/12/1838 a 10/10/1850. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

²¹⁶ GRAHAM, Richard. Op. cit. p. 168.

²¹⁷ Livros de atas da câmara municipal de Vassouras. Atas da Sessões de 31/03/1841 e 21/06/1841. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

sobre escravos e pobres, esses inspetores trabalhavam muitas vezes para defender os interesses desses grupos políticos locais. Portanto, as eleições eram um evento muito importante, que definia os rumos da vila e da política local, regional e nacional. Os pleitos eleitorais nas cidades e vilas do Vale do Paraíba Fluminense, ao que tudo indica, eram marcados por uma atmosfera de festividade, disputas acirradas e demonstrações de força. O cotidiano das eleições nessa região foi descrito pelo memorista Eloy de Andrade²¹⁸ da seguinte maneira:

Nesse tempo, a grande massa eleitoral, formada de homens simples e ignorantes era dirigida pelos cabos eleitorais (...) Punham-se nas vésperas de eleição, a serviço dos chefes de partido, iam à casa do eleitor cabalar seu voto (...)

A esse eleitorado somavam-se os votantes independentes, os pais de família com filhos maiores e genros, o médico, o boticário, o vigário e seus grupos aderentes. Por último, os chefes, dois em cada freguesia, um liberal, outro conservador, homens abastados, fazendeiros, ou mesmo pobres, mas representantes de famílias antigas do município (...)

O voto era dado por amizade, gratidão ou interesse (...)

Todo eleitor tinha interesse em comparecer às urnas e votar. A uns aprazia dar a seu chefe, de quem eram amigos, o testemunho de sua fidelidade até seus últimos dias. E a melhor prova dessa amizade estava na constante lealdade, não hesitando em acompanhá-lo em todas as lutas eleitorais. Os tímidos, os humildes o faziam para merecer a proteção do chefe, sempre pessoa poderosa, se acontecesse ser ameaçado, perseguido ou envolvido em qualquer caso policial; os ambiciosos, por cobiçarem cargos policiais de inspetores e subdelegados, de juizes de paz ou patentes de guarda-nacional e os chefes por obterem comandas e títulos nobiliárquicos.

Havia, em vésperas de eleição, uma intensa movimentação pelos caminhos da freguesia. Às casas dos chefes chegavam e saíam cavaleiros a toda hora: eram os portadores, os cabos eleitorais que levavam e traziam recados. Consultavam as listas, discutiam sobre nomes (...) No dia da eleição, os grupos eleitores são vigiados, há receio de troca de cédulas. Prevalece a sugestão de esta só ser entregue na boca da urna. Os fiscais não descansam, os cabos eleitorais estão vigilantes. Surgem impugnações: o eleitor não é o próprio, e outras mais.²¹⁹

Como podemos observar, a narrativa de Andrade sobre as eleições em Vassouras e Valença oferece subsídios tanto para uma interpretação das eleições do século XIX - cujo pleito nas cidades e vilas do interior eram marcados pela obediência dos cidadãos pobres e livre às

²¹⁸ Filho de um médico que atendia em fazendas de Vassouras e Valença, Eloy de Andrade, no livro, descreve o processo eleitoral a partir de suas memórias de infância.

²¹⁹ ANDRADE, Eloy de. O Vale do Paraíba. Rio de Janeiro: Real Gráfica, 1988, p. 240-243.

vontades e desmandos dos grandes proprietários de terra e famílias tradicionais²²⁰ - quanto para perspectivas mais recentes, como a de José Murilo de Carvalho que consideram a margem de negociação e potencial de barganha entre esses votantes e os chefes políticos locais. Para Carvalho, os critérios censitários relativamente baixos das eleições no Brasil, em que a renda mínima exigida era baixa para época, associado a uma falta de fiscalização da Coroa no que diz respeito a qualificação de votantes, fez aumentar o número de eleitores no Brasil tornando o voto um importante instrumento de barganha dos homens pobres. Assim, durante as eleições, esses homens pobres negociavam favores com os chefes políticos locais que não podiam perder as eleições, pois a derrota significaria para eles um desprestígio e a possibilidade de perda de controle sobre cargos públicos.²²¹

Esse potencial de barganha dos votantes fica evidente também em outra passagem do memorista:

Se vinha à baila o resultado da última eleição, não faltavam críticas, elogios ou recriminações. O chefe que perdeu a eleição era inábil, não soubera trabalhar. Um eleitor que dispunha de quatro votos e que com cem ou duzentos mil réis teria debandado, nem foi procurado; outro, que precisava de um pequeno empréstimo uma mão na roda para ele e que dava boas garantias, não foi atendido. Chefes que não ajudavam os eleitores nas horas de apertos, quando chegava também a hora do corre-corre, ficavam sozinhos.
222

Apesar da passagem indicar uma relativa autonomia das camadas menos abastadas de Vassouras no período, ao fazer negociações e barganhas com os chefes políticos locais, não devemos desconsiderar os limites dessa atuação política, uma vez que esses eleitores pobres não podiam concorrer como candidatos nos pleitos devido às exigências de renda gradativa para

²²⁰ Maria Sylvania de Carvalho Franco ao analisar a situação dos homens livres na ordem escravocrata e sua relação com os grandes proprietários rurais, defende que a pouca oferta de terras no Brasil favorecia esses pequenos grupos de ricos proprietários, fazendo eles exercer todo seu poder, autoridade e controle político sobre um certo número de homens pobres. No entanto, para autora, a influência desses senhores não se limitava somente aos arrendatários e sitiantes, que se dedicavam a fazer a agricultura em suas terras, mas se estendia também a tropeiros, vendeiros, jornaleiros, pequenos comerciantes e trabalhadores com negócios e interesses na região. Chamados de “agregados” pela autora, esses homens pobres não tinham assim uma autonomia política frente a esses grandes fazendeiros, que impunham suas vontades. FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. Homens livres na ordem escravocrata. 4ª ed. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997.

²²¹ CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.p. 33.

²²² ANDRADE, Eloy de. Op. Cit. p.64-65.

votar e ser votado. Sua autonomia se limitava, portanto, à troca de apoio de um chefe político para outro.

Realizada por critérios censitários, as eleições até 1881 eram indiretas e feitas em dois turnos. No primeiro, eram escolhidos os eleitores de 1º grau, homens maiores de 25 anos, com domicílio próprio e renda maior que 200\$000 réis. Esses eleitores de 1º grau que escolheriam os eleitores de 2º grau, que elegiam deputados, senadores e membros dos Conselhos da Província. Para ser eleitor de 2º grau era necessário ter uma renda anual de 400\$000 réis. Não podiam participar do processo eleitoral criados de servir, religiosos que vivessem em comunidade claustral, administradores de fazendas rurais e fábricas e as pessoas sem a renda exigida.²²³

Tendo definido o grau de participação da população no processo político do país, a Constituição de 1824 diferenciou os “cidadãos ativos”²²⁴ entre votantes e eleitores. Na categoria de votantes estava, assim, os homens livres e libertos que atuavam no processo político através do voto nas eleições primárias (vereadores e juízes de paz). Vetada a participação de libertos na segunda categoria, somente os homens livres, que cumprissem os critérios de renda estabelecidos, podiam ser considerados eleitores e, dessa forma, votar nas eleições secundárias e eleger-se a cargos representativos.²²⁵

Apesar da ampla participação da população livre nas eleições no Brasil, com índices que superavam muitos países europeus, não devemos desconsiderar que a grande maioria não tinha uma cidadania plena, pois estavam excluídos de serem eleitores. O amplo sufrágio no Brasil, como Richard Graham destacou, não significava uma política democrática.²²⁶ Ao analisar as listas eleitorais de Vassouras do ano de 1872, Célia Muniz encontrou 628 eleitores, sendo 336 lavradores e 292 de outras profissões. Dos 336 lavradores listados, 291 foram

²²³ LINHARES, Maria Yedda Leite. As listas eleitorais do Rio de Janeiro no século XIX. Separata nº48, Belo Horizonte, 1979.

²²⁴ Excluídos do processo político no país, as mulheres, homens menores de 25 anos e com renda insuficiente não tinham direito ao voto sendo considerados, assim, cidadãos passivos.

²²⁵ CARVALHO, José Murilo. Op. Cit. p.39.

²²⁶ GRAHAM, Richard. Op. cit. p. 150.

qualificados como votantes e os 45 restantes como eleitores²²⁷, todos esses homens ricos da vila.²²⁸

Para Richard Graham, a força política desses senhores rurais vinha principalmente da posse de uma enorme extensão de terras e da propriedade de escravos. A riqueza e o sucesso alcançado por meio da agricultura, contribuía, assim, para construção de uma clientela e conquista de lealdades, que eram cruciais para indicação de cargos públicos importantes e vitória nas eleições.

Com apoio desse grande séquito, um chefe rural podia exercer bastante influência sobre juizes e agentes de polícia (ou assegurar tais indicações para si mesmo), a fim de oferecer proteção e garantia de favores a pessoas respeitáveis, aumentando, portanto o número de seus amigos, assegurando a lealdade de uma crescente clientela por gratidão, quando não pela força. Por esse motivo, cada homem buscava um patrão para protegê-lo, e cada um se esforçava para arrebatá-lo seu próprio grupo de seguidores.²²⁹

Privados da posse de terras esses trabalhadores rurais buscaram, assim, por auxílio e proteção desses senhores rurais. O sistema fundiário existente no Brasil, de acordo com Graham, era um poderoso estímulo a prática do clientelismo. Ademais, as famílias representavam outra importante fonte de capital político. Dedicadas à aumentar suas propriedades ao longo das gerações, elas acumularam recursos significativos que possibilitaram criar vínculos que as levariam a ocupar cargos oficiais e de domínio local. Por meio da política, elas lutavam para preservar esses recursos, disputando muitas vezes contra outras famílias.²³⁰

Os limites de uma família iam muito além do pai, mãe e dos filhos. A proteção em troca de lealdade, imposta pelos vínculos familiares, estendia-se a uma ampla gama de relacionamentos consanguíneos e, em seguida, a um número igualmente grande de ligações de casamento. Embora um pouco mais tênues, os laços de parentesco ritual também eram importantes. Ser padrinhos, afilhado, compadre ou comadre no Brasil, com em outras culturas ibéricas, envolvia obrigações religiosas e materiais importantes, e portanto de influência e até mesmo de autoridade. Todos esses laços familiares

²²⁷ Célia Muniz ao analisar a lista eleitoral de Vassouras de 1872, denominou de votantes os eleitores de 1º grau, ou seja, homens maiores de 25 anos, com domicílio próprio, e renda maior de 200\$000 réis e de eleitores, os de 2º grau, isto é, homens com renda maior de 400\$000 réis que poderiam eleger deputados, senadores e membros dos Conselhos da Província. MUNIZ, Célia Maria Loureiro. A riqueza fugaz: trajetórias e estratégias de famílias proprietárias de terras de Vassouras, 1820-1890. Tese de doutorado. RJ. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, 2005

²²⁸ Idem. Ibidem. p. 103.

²²⁹ GRAHAM, Richard. Op. cit. p. 40.

²³⁰ Idem. Ibidem. p. 35.

*implicavam obrigações mútuas de ajuda nas eleições ou na garantia de cargos do governo (...)*²³¹

Em Vassouras, objeto de nossa pesquisa, não foi diferente. Donas de grandes extensões de terras e proprietárias de muitos escravizados, essas famílias, enriquecidas com o cultivo de café, estavam a frente dos principais cargos oficiais e de domínio local, a exemplo da própria câmara que tinha entre seus membros três importantes famílias senhoriais. Ao ocupar cargos estratégicos, elas atuavam também para eleger candidatos alinhados às suas ideologias políticas, como podemos observar nas atas da câmara. Em junho de 1844, Joaquim Ribeiro de Avellar, futuro barão de Capivary, então deputado pela Assembleia Provincial, fez a doação de seus subsídios para câmara a fim desta destinar os valores para os que “virão como deputados a Assembleia Legislativa Provincial”.²³² Destarte, com grande capital político na vila e região, os irmãos Corrêa e Castro ocuparam diversos cargos públicos e participaram de várias eleições para vereadores, como podemos observar a tabela abaixo.

Tabela 11. Participação da Família Corrêa e Castro nas eleições de vereadores da vila de Vassouras.²³³

Família Corrêa e Castro – Eleições Vila de Vassouras			
Período (quadriênio)	Nomes	Número de votos	Colocação
1841-1844	Laureano Corrêa e Castro	580 votos	2º Lugar
1845-1848	Pedro Corrêa e Castro	1467 votos	4º Lugar
	Laureano Corrêa Castro	49 votos	17º Lugar
1849-1852	Pedro Corrêa e Castro	596 votos	7º Lugar
	Laureano Corrêa e Castro	26 votos	24º Lugar

Fonte: Dados retirados dos livros atas da Câmara municipal de Vassouras (1838-1850) e do livro Vereadores de Vassouras do Império à Nova República.

²³¹ GRAHAM, Richard. Op. cit. p.37.

²³² Livros de atas da câmara municipal de Vassouras. Ata da Sessão de 04/06/1844. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

²³³ MARTINS, Antônio. Vereadores de Vassouras do Império à Nova República. Vassouras. Rio de Janeiro. Edição Particular. Livros de atas da câmara municipal de Vassouras. Atas da Sessões de 04/12/1838 e 10/1/1850. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

Vereador mais votado durante as eleições de 1833-1836 e 1837-1840, Laureano ocuparia a cadeira da presidência da Câmara de Vassouras por duas vezes consecutivas. Eleito novamente no ano de 1841 na segunda colocação (580 votos), ele pediria dispensa do cargo em março de 1841. Em maio de 1842 tomaria posse como substituto do juiz municipal e órfãos e delegado de polícia do termo. Seu irmão, Pedro Corrêa e Castro, antes de se tornar vereador, foi juiz de paz na freguesia de Vassouras. Eleito vereador em 1845, em quarto lugar (1467 votos), ele seria reeleito em 1848, mas renunciaria ao cargo.

A fuga e a rebelião escrava também foram pautas da câmara de Vassouras, apesar de não ter sido um assunto recorrente nas sessões, como seria esperado numa vila que, em 1850, 67% da população era composta por pessoas escravizadas.²³⁴ Apesar de casos de fuga e processos criminais envolvendo rebeldia escrava serem cada vez mais frequentes, a câmara municipal, composta majoritariamente por fazendeiros escravistas, pouco mencionava o assunto em seu cotidiano. Assim, podemos pensar que só os casos mais graves, que colocassem em risco a ordem pública e que necessitassem de intervenção das instâncias superiores, eram levados ao plenário da câmara para apreciação dos vereadores. Com outros espaços disponíveis para discussão do tema, só foram tratados nas sessões os casos que mais excitaram as preocupações dos vereadores. Não ficou registrado nas atas, mas é possível supor que o controle sobre os escravizados e política da escravidão fossem assuntos corriqueiros, tratados em conversas cotidianas e não pontos de pauta da vereança, somente em casos excepcionais.

Portanto, encontramos nas atas apenas dois casos envolvendo fuga e revolta escrava no período. O primeiro diz respeito uma revolta escrava que aconteceu em 1838, na freguesia de Pati do Alferes, nas fazendas do Capitão-mor Manoel Francisco Xavier. Denominadas Freguesia e Maravilha, essas fazendas possuíam juntas em suas senzalas mais de 500 escravizados, sendo sua maioria homens jovens, nascidos na África.²³⁵ Segundo o depoimento de Manoel Congo, líder da revolta, o estopim para rebelião foi o assassinato do escravo Camilo Sapateiro pelo capataz da fazenda Freguesia. O capataz, Jacques Crioulo, também era um escravizado e assassinou Camilo após este ter deixado a fazenda sem a sua autorização. Ocorrido nos últimos meses do ano de 1838, o crime gerou indignação entre os companheiros

²³⁴ Censo Geral do Império: Relatório do Vice-Presidente da Província, 5 de maio de 1851. A população de Vassouras, segundo censo, era composta por 28.638 pessoas, sendo 9.428 de pessoas livres (32,9%) e 19.210 escravos (67,1%).

²³⁵ GOMES, Flávio dos Santos. Histórias de Quilombolas – Mocambos e Comunidades Escravas no Rio de Janeiro Século XIX. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, 1995. p. 181-202.

de cativo de Camilo, que se reuniram e partiram para a fazenda Maravilha a fim de comunicar o Capitão-mor sobre o acontecido, e cobrar a punição do capataz. Apesar da promessa de Xavier, o crime não foi comunicado as autoridades competentes e Camilo acabou sendo sepultado na fazenda, sem que houvesse punição alguma.²³⁶ Indignados diante da falta de providências e descaso do Senhor com o ocorrido, eles colocariam em prática um plano de fuga que teve início no dia 05 de novembro do mesmo ano. Neste dia ao anoitecer, cerca de 80 escravizados arrombaram as portas das senzalas da fazenda Freguesia e fugiram, embreando-se nas matas em seu entorno, com armas, ferramentas de trabalho e mantimentos. Na noite seguinte, o grupo invadiria a fazenda Maravilha onde atentaram contra a vida do feitor, que conseguiu fugir e sobreviveu, pegaram mais armas e mantimentos e libertaram os escravos das senzalas e da casa grande. De volta as matas, o grupo se juntariam aos insurgentes liderados pelo feitor do sítio dos Encantos, Epifânio Moçambique. Acredita-se que escravos de outras propriedades também participaram da revolta.²³⁷

Dando início as ofensivas para sufocar a insurreição, as tropas da Guarda Nacional se dirigiram no dia 10 para fazenda Maravilha onde pernoveram. Na manhã do dia 11, eles partiram então no encalço dos fugitivos, tendo o primeiro confronto acontecido no fim da tarde desse dia, em que culminou na morte de 2 pedestres e mais de vinte escravizados. Outros vinte e dois foram presos, entre os quais os líderes da rebelião, Manoel Congo e Mariana Crioula. Sem mantimentos para continuar a fuga e com seus líderes presos, o restante dos insurgentes acabou se entregando ou buscou um senhor que o apadrinhasse nos dias seguintes, pondo fim à revolta.²³⁸ De todos os insurgentes capturados e que prestaram depoimento, apenas dezessete foram enviados à vila de Vassouras, onde permaneceram presos para interrogatório. Com exceção de Epifânio Moçambique, que era de propriedade de Paulo Gomes Ribeiro de Avellar, todos os outros presos pertenciam ao Capitão-mor Manoel Francisco Xavier. Concluído o inquérito, apenas os escravos de Xavier foram indiciados. Apontado por testemunhas como um dos líderes da insurreição, Epifânio Moçambique não foi indiciado pelos crimes e Mariana Crioula, coroada rainha durante a insurreição, sequer foi interrogada. Ao fim do julgamento, oito réus foram absolvidos, e sete condenados a sofrerem 650 açoites e carregarem por três anos um gonzo de ferro no pescoço. Manoel Congo foi condenado por dois crimes distintos: pelo homicídio dos pedestres durante o confronto ocorrido na mata de Santa Catarina, e por

²³⁶ Idem. Ibidem. p. 181-202.

²³⁷ GOMES, Flávio dos Santos. Op. Cit. p.181-202.

²³⁸ Idem. Ibidem.

insurreição uma vez que foi apontado, pelos envolvidos, como a cabeça do levante. As duas condenações fizeram que fosse aplicada a pena capital, conforme o artigo 2º do código criminal de 1835.²³⁹

Episódio de grande impacto para a vila, o levante de Manoel Congo fez com que os fazendeiros escravistas se unissem e criassem uma Comissão Permanente para combater e prevenir possíveis insurreições escravas. Ativa desde a década de 1840, essa comissão em 1854, sob presidência de Laureano Corrêa e Castro, fez imprimir na capital da província uma carta circular intitulada, *Instruções para Comissão Permanente*, na qual elencava as principais medidas a serem tomadas pelos fazendeiros a fim de evitar uma insurreição geral de escravos e reduzir a incidência e reprimir insurreições parciais. Essa carta circular foi distribuída a todos os proprietários rurais de escravos da região.²⁴⁰

No que se refere a Câmara de Vassouras, infelizmente não conseguimos acompanhar o desenrolar da revolta desde seu início. O livro ata da câmara do período que poderia trazer maiores informações sobre como os vereadores conduziram a questão não foi preservado. No livro ata seguinte, podemos observar que durante o levante de Manoel Congo houve uma troca de correspondências entre os vereadores e vilas vizinhas²⁴¹ e com o governo da província. Na sessão de 04 de dezembro de 1838, os vereadores fizeram a leitura de uma portaria do Presidente da Província na qual solicitava que todas as medidas fossem tomadas pela câmara a fim “sufocar a sedição dos pretos do Capitão Mor”. A portaria era uma resposta a dois ofícios enviados pela câmara anteriormente.²⁴² Os ofícios enviados pela câmara não foram localizados durante a pesquisa, não sendo possível, assim, determinar a visão dos vereadores sobre o evento e medidas adotadas por eles. Contudo, podemos supor que o posicionamento da câmara de Vassouras quanto ao levante se aproximasse das versões apresentadas pelo juiz de paz e do chefe da Guarda Nacional no período. Ambas as autoridades culparam o capitão-mor e a “anarquia” existente em suas fazendas como principal causa da insurreição. No ofício enviado

²³⁹ Idem. Ibidem.

²⁴⁰ SALLES, Ricardo. Ver: E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.187-188.

²⁴¹ A câmara de Vassouras enviou dois ofícios a vila de Pirai (09 e 13/11/1838) tratando do levante. Na sessão de 29/12/1838, a câmara faz a leitura de um ofício enviado pela vila de Pirai. O ofício era uma resposta aos dois enviados pela câmara de Vassouras anteriormente.

²⁴² Livros de atas da câmara municipal de Vassouras. Ata da Sessão de 29/12/1838. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

ao presidente da província, o chefe da Guarda Nacional indica também como causa da insurreição, o modo como o capitão-mor lidava com sua escravatura.

Em outra ocasião têm sido feridos homens brancos e espancados mortalmente capatazes desta grande fazenda; fatos que o mesmo capitão-mor trata de capear e esconder, e só se sabe por seus fâmulos ou escravos (...). Tantos fatos sucedidos ultimamente, por espaço de quatro anos.²⁴³

Outro fato que chama atenção no evento é o silêncio das autoridades frente à participação de escravizados de outros proprietários no levante. Tanto a comunicação do juiz de paz quanto a do chefe da Guarda Nacional não fazem nenhuma menção aos escravizados liderados por Epifânio Moçambique, que eram de propriedade de Paulo Gomes Ribeiro de Avellar.²⁴⁴ Na câmara de Vassouras, o mesmo parece ter acontecido, já que a portaria do presidente da província, em resposta aos ofícios da câmara, só cita os “pretos do Capitão Mor”.²⁴⁵ No que se refere ao juiz de paz e chefe da Guarda Nacional, esse silêncio talvez possa ser explicado pela proximidade dos envolvidos, já que a família Werneck era uma ramificação da família Ribeiro de Avellar.²⁴⁶ Outro ponto que devemos considerar é a antiga rivalidade existente entre o Capitão-mor e algumas famílias da região, a exemplo dos próprios Werneck, inimizade essa que remete à fundação da vila de Pati do Alferes. No que diz respeito a câmara de Vassouras, essa omissão possivelmente pode ser justificada por ter Paulo Gomes Ribeiro de Avellar, um dos proprietários das fazendas tomadas na revolta, um assento de vereador na câmara de Vassouras nesse período.

Deve-se destacar ainda, o fato do vereador Alexandre Joaquim de Siqueira ter sido o escolhido para ser o curador de Manoel Congo no processo. Nomeado quando Manoel Congo já havia sido interrogado e condenado, a participação de Alexandre Siqueira no processo foi, de acordo com Eliseu Vargas, meramente para cumprir regras burocráticas. Condenado a pena capital, o curador não apresentou a “petição de graça

²⁴³ Trecho do comunicado do Chefe da Guarda Nacional, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck enviado ao presidente da província *apud* SOUZA, José Antônio Soares de. O efêmero quilombo de Pati do Alferes. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 1973. p. 43.

²⁴⁴ SOUZA, Alan de Carvalho. Sublevação escrava: reflexo da desordem senhorial. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011. p. 02.

²⁴⁵ Livros de atas da câmara municipal de Vassouras. Ata da Sessão de 29/12/1838. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

²⁴⁶ SOUZA, Alan de Carvalho. Op. Cit. p.02.

ao Poder moderador”²⁴⁷ no prazo estabelecido por lei, impedindo Manoel Congo de ter sua pena modificada pelo Imperador.

O segundo episódio mencionado nos livros atas da câmara, se refere a uma tentativa de insurreição escrava ocorrida na região no ano de 1848. Descoberta pelas autoridades policiais de Vassouras e de outros municípios da região, a conspiração escrava previa uma rebelião de grandes proporções nas fazendas circunvizinhas. Nas palavras do desembargador Alexandre Joaquim de Siqueira²⁴⁸, que acompanhou o interrogatório dos suspeitos, tratava-se de uma tentativa de “insurreição geral dos escravos do município”.²⁴⁹

Alarmada com a possibilidade de uma nova insurreição escrava na vila, a câmara tratou logo de discutir o tema na sessão do dia treze de abril de 1848. Acolhida a proposta apresentada pelo presidente, Joaquim José Teixeira Leite, a câmara enviou um ofício ao governo da província na qual exigia “diversas providências a respeito do receio da insurreição que possa haver”. Um ofício²⁵⁰ foi enviado também ao subdelegado e delegado de polícia de Pati do Alferes. Ao subdelegado, a câmara pediu que se examinasse com “circunspeção o que ocorre a respeito dos escravos da fazenda do guarda-roupa Cláudio Gomes Ribeiro de Avellar”. No ofício endereçado ao delegado de polícia, ela exigiu “providências enérgicas a respeito dos escravos, entre estas medidas a criação de esquadras de pedestres”.²⁵¹

Marcada para acontecer no dia de São João Batista (24 de junho), a insurreição previa de início o envenenamento dos senhores “pelas Mocambas do Anjo”, que eram os escravizados que de mais perto serviam os senhores. Em seguida, seria utilizada uma ferramenta de ferro para agredir os senhores que não tivessem sucumbido ao veneno.²⁵² De acordo com a narrativa do vereador Alexandre Joaquim de Siqueira que teria

²⁴⁷ VARGAS, Eliseu Júnio Leite de. Op. Cit. p. 55.

²⁴⁸ Alexandre Joaquim de Siqueira foi vereador da vila por dois mandatos (1837-1840 e 1841-1844).

²⁴⁹SIQUEIRA, Alexandre Joaquim de. “Memória histórica do município de Vassouras”. In jornal o Vassourense, publicação de 26 abril de 1896, n°17. p. 02.

²⁵⁰ Os ofícios redigidos durante a sessão (13/04/1848) e que foram enviados ao governo da província, delegado de polícia de Pati do Alferes e subdelegado de polícia não foram localizados durante a pesquisa.

²⁵¹ Livros de atas da câmara municipal de Vassouras. Ata da Sessão de 13/04/1848. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

²⁵² SLENES, Robert W. “A árvore de Nsanda transplantada: cultos kongo de aflição e identidade escrava no Sudeste brasileiro (século XIX)” in: Libby, Douglas C. & Furtado, Júnia Ferreira (org). Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2006, p.302.

testemunhado o evento e participado do interrogatório de um “grande número de escravos”, essa conspiração tinha como pano de fundo”

*(...) uma associação secreta dos escravos, dividida em círculos de diversas categorias, cada uma das quais era composta de cinco membros, cujo chefe recebia as ordens do da categoria imediatamente superior, e assim por diante até o chefe principal, pardo livre, ferreiro de profissão, de nome Estevão Pimenta.*²⁵³

Ainda de acordo com desembargador essa associação secreta de escravos.

*(...) era de natureza mística, porque com suas aspirações à liberdade devotava um culto supersticioso à imagem de Santo Antônio; ela era conhecida com o nome de “Élbanda”; os chefes inferiores com o de “Tate”, e os superiores com o de “Tates-corongos”.*²⁵⁴

Preocupado com as notícias de uma suposta conspiração escrava em curso e pressionado pelas autoridades locais, o presidente da província tratou logo de enviar os documentos relacionados ao tema à Assembleia Legislativa Provincial, para serem avaliados. Reunida em sessão secreta, em 5 de julho de 1848, a “comissão especial” encarregada de avaliar o assunto, concluiu que os ofícios e instrumentos oficiais enviados pelo presidente da província, Manoel Jesus de Valdeno, provavam a existência de um plano de levante escravo contra seus senhores.²⁵⁵

Apesar de confirmado por essa comissão, várias autoridades do período trataram esse plano de insurreição escrava como um boato ou temores infundados dos fazendeiros. Segundo relato do próprio desembargador Alexandre Joaquim de Siqueira, a oposição tratava a tentativa de insurreição como um “conto da carochinha inventado pelo governo para conquistar eleições”.²⁵⁶ De acordo com Robert Slenes, a descrição do complô nas fazendas, baseado no interrogatório de diversos negros em diferentes localidades, é suficientemente detalhada para se confirmar a intenção da rebelião.²⁵⁷ Para o historiador Ricardo Salles, que analisou a troca de correspondências de algumas

²⁵³ SIQUEIRA, Alexandre Joaquim de. “Memoria histórica do município de Vassouras”. In jornal o Vassourense, publicação de 26 abril de 1896, nº17. p. 02.

²⁵⁴ Idem. Ibidem.

²⁵⁵ SALLES, Ricardo. Ver: E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.190-191.

²⁵⁶ SIQUEIRA, Alexandre Joaquim de. “Memoria histórica do município de Vassouras”. In jornal o Vassourense, publicação de 26 abril de 1896, nº17. p. 02.

²⁵⁷ SLENES, Robert W. op. Cit. p. 302.

autoridades sobre o assunto, a confirmação dessa tentativa de insurreição ainda requer estudos mais aprofundados.²⁵⁸

Conseguimos, portanto, nesse segundo capítulo acompanhar um pouco do funcionamento da câmara de Vassouras no período, identificando os principais temas que nortearam o trabalho dos vereadores, suas deliberações, projetos e propostas. A seguir, iremos analisar mais verticalmente os temas principais tratados pelos vereadores no período estudado, conforme apontou o banco de dados construído.

²⁵⁸ SALLES, Ricardo. *op. Cit.* p 190.

Capítulo 3 – Ordem pública e a consolidação do espaço urbano

3.1 A câmara e as obras públicas da vila.

Dentre os temas tratados nas sessões da câmara analisadas, obras e ordenamento urbano englobaram 16% das menções dos vereadores, mesmo assim era um assunto bastante importante para consolidar o poder e a influência política dos vereadores e grandes proprietários membros da classe senhorial de Vassouras. Portanto, tinha grande repercussão na política local. Desta forma, decidimos tratá-las em um capítulo separado, analisando de forma entrelaçada as atas da câmara e o livro de posturas municipais de 1857. Destarte, não faltaram proposições de obras públicas para a organização e melhoria da vila. As atas da câmara registraram esses eventos com detalhes:

As 11 horas do dia 02 de dezembro reunido na igreja matriz de Vassouras a Câmara municipal e diversos cidadãos do termo de ali dirigiu-se o préstito ao lugar do chafariz – Pedro 2º aberta por ele presidente da câmara as torneiras do chafariz, deu as vivas a S. M. o Imperador e a família Imperial a música tocou o hino nacional e subirão ao ar dezenas, voltou o préstito a matriz onde se procedeu as cerimoniais religiosas da benção da pedra fundamental da casa de caridade finda a qual, foi conduzida a pedra pelos Exmos. Conselheiro José Clemente Pereira e Barão do Tinguá e pelo juiz de direito da comarca e o presidente da câmara municipal, precedida das irmandades e seguida do Reverendo pároco e diversos sacerdotes e mais cidadãos ao som da musica. Chegada a pedra ao lugar em que tem de edificar-se a casa de caridade cantado pelos sacerdotes o hino religiosos do estilo, foi pelo secretario da câmara lido a ata da sessão de 22 novembro na parte relativa a edificação da casa de caridade, bem como a resposta da Irmandade da Conceição, foi igualmente lido pelo mesmo secretario a memória seguinte – Sendo o Imperador constitucional e defensor perpetuo do Brasil assento alto e muito poderoso Senhor D. Pedro 2º. Fundou o hospital de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras, e lançou a pedra fundamental o Exmo. Senhor Barão do Tinguá no faustíssimo dia 02 de dezembro de 1848 cuja memória gravada em pergaminho com letras de osso foi fechada em uma caixa de chumbo, que foi introduzida com a pedra no competente alicerce e coberto de pelos Exmos. Conselheiro José Clemente e Barão do Tinguá, e concluído o cobrimento pelos pedreiros ali adrete para este fim, tendo este ato o Exmo. Barão do Tinguá na seu os vivas de estilo que foram correspondidos e distribuído pelos cidadãos memorias do mesmo teor da que acompanhou a pedra fundamental. Regressou o préstito a igreja, onde foi celebrado um solene Te-Deum em ação de graças pelo feliz aniversario natalino de Sua Majestade Imperial o Reverendo Conego João Joaquim Ferreira de Aguiar recitou uma oração análoga aos festejos (...)²⁵⁹

²⁵⁹ Livro de atas da câmara municipal de Vassouras. Ata da Sessão Ordinária de 16/12/1848. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

Narrada em detalhes no livro ata da câmara, sessão do dia 16 dezembro de 1848, a solenidade de inauguração do chafariz Pedro II e lançamento da pedra fundamental do hospital da irmandade Nossa Senhora de Conceição, como podemos observar, foi um dia de grande celebração na vila. Realizado no dia do aniversário do Imperador, o evento reuniu autoridades locais, imperiais e habitantes da vila para celebrar o primeiro correr de água do chafariz, que foi construído a partir dos donativos do Imperador. O lançamento da pedra marcava o início das obras do prédio da casa de caridade da vila. Organizado com grande entusiasmo pela câmara, que determinou que fossem convidadas as irmandades e todos os cidadãos da vila a fim de tornar os atos “mais pomposos”. O evento foi também uma homenagem ao Barão do Tinguá, Pedro Corrêa e Castro, pela doação feita a favor da construção do edifício. Com papel de destaque na cerimônia realizada pela câmara ao lado do Conselheiro José Clemente Pereira, o Barão do Tinguá custearia ainda um baile à noite para as “mais dignas e conhecidas famílias da vila”.²⁶⁰

José Clemente Pereira era membro do partido conservador, ministro e conselheiro do Império, com estreita ligação com a vila e os vereadores de Vassouras. Na ocasião da festa, ocupava ainda o cargo de provedor geral da Santa Casa de Misericórdia²⁶¹. Nascido em Portugal em 1787, emigrou para o Brasil em 1815, e, rapidamente ascendeu nos negócios e na carreira política, tendo participado das articulações que levaram à independência e se tornando muito influente na capital fluminense em razão de seus negócios no mercado de gêneros de abastecimento e de sua atuação como advogado de grandes comerciantes da corte. Foi juiz de fora, deputado geral, ministro da guerra e da marinha, senador, conselheiro de estado e presidente do primeiro Tribunal do Comércio do Brasil.²⁶² Em Vassouras, financiou as obras

²⁶⁰ Livro de atas da câmara municipal de Vassouras. Ata da Sessão Ordinária de 22/11/1848. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

²⁶¹ Como provedor Geral da Santa Casa de Misericórdia, atuou junto com governo imperial e Faculdade de Medicina para adequar os prédios das Santas Casas às novas noções de higiene e planejamento exigidas pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império. PERES, Maria Angélica de Almeida; BARREIRA, Ieda de Alencar. Desenvolvimento da assistência médica e de enfermagem aos doentes mentais no Brasil: os discursos fundadores do hospício. *Texto & Contexto Enfermagem*, vol. 18, núm. 4, outubro-diciembre, Universidade Federal de Santa Catarina Santa Catarina, 2009. p. 637.

²⁶² MACÁRIO, Mariana Pedron. José Clemente Pereira e o Debate Jurídico do Império 1830-1850. Dissertação de mestrado - Universidade de São Paulo (USP). Faculdade de Direito. São Paulo, 2011. p. 06.

do desaterro da praça matriz e festejos realizados durante a visita do Imperador a vila, tendo atuado ainda para garantir o recebimento de recursos da câmara junto ao governo provincial.²⁶³

A obra inaugurada na cidade tinha sido financiada pelo Barão do Tinguá, que dispendeu até seu fim 29:500\$000 réis, a obra do edifício destinado ao hospital e casa de caridade foi dirigida e administrada por João Evangelista Teixeira Leite. O edifício foi concluído em 1853 e criou-se uma irmandade para gerir a casa de caridade, sendo sua mesa administrativa composta pelo: Barão do Tinguá (provedor), Barão de Vassouras (tesoureiro), Francisco José Teixeira Leite e Souza (escrivão) e Rodrigo Domingos da Silva Araújo (procurador), os três primeiros ficariam no cargo até o fim da vida.²⁶⁴

Apesar da edificação ter ficado aos cuidados da câmara, a casa de caridade não foi administrada pela instituição, pois o presidente à época, Joaquim José Teixeira Leite, julgou essa função incompatível com as atribuições da câmara.²⁶⁵ Firmou-se, então, um acordo com a Irmandade de Nossa Senhora da Conceição que aceitou administrar o hospital, depois de concluída as obras e garantido os recursos iniciais para seu custeio.²⁶⁶ No termo de compromisso aprovado pelos vereadores na sessão do dia 22 de novembro de 1848, a câmara definiria os principais fins da casa de caridade: “tratamento dos enfermos pobres gratuitamente, dos escravos por módico preço e a criação de uma botica com as condições indicadas”. Para os vereadores, o estabelecimento seria de melhor proveito para o município se não se limitasse ao tratamento dos enfermos pobres do termo.²⁶⁷

Não tendo a Irmandade de Nossa senhora da Conceição aceito o encargo da manutenção da casa de caridade, foi criada a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Vassouras para esse fim. A casa de caridade deu início as suas atividades no dia 02 de dezembro de 1853, por meio de uma portaria do Presidente da Província, o Barão de Baependy. Para tanto, foram necessários recursos para a sua administração e funcionamento e os irmãos Corrêa e Castro novamente colaboram com recursos próprios, como demonstra o relatório do antigo provedor da Santa Casa de Misericórdia de Vassouras, Domingos Almeida.

²⁶³ Livro de atas da câmara municipal de Vassouras 1838-1850. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

²⁶⁴ PINTO, Jorge. op. cit. p. 24-25.

²⁶⁵ Livro de atas da câmara municipal de Vassouras. Ata da Sessão Ordinária de 22/11/1848. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

²⁶⁶ Livro de atas da câmara municipal de Vassouras. Ata da Sessão Ordinária de 16/12/1848. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

²⁶⁷ Livro de atas da câmara municipal de Vassouras. Ata da Sessão Ordinária de 22/11/1848. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

*(...) Provedor Barão de Tinguá remiu-se com quinhentos mil réis, e obrigou-se a dar, durante a sua vida, a pensão de igual quantia, anualmente. O mesmo encargo tomou o irmão Laureano Corrêa e Castro (Barão do Campo Belo) pela quantia de cem mil réis, O Tesoureiro (Barão de Vassouras) remiu-se com quantia de um conto de réis. O Escrivão Teixeira Leite e Souza procedeu-se da mesma forma com a quantia de duzentos mil réis. Os médicos Drs. Antônio Lazzarini, Joaquim Eduardo Leite Brandão, Antônio José Fernandes e José Ricardo Nunes ofereceram os seus serviços gratuitos, que foram aceitos, servindo cada um o seu mês (...)*²⁶⁸

O chafariz monumental da praça matriz foi outra obra que exigiu grande investimento e empenho da câmara para ser realizado. Os estudos para sua construção começaram ainda em março de 1841, quando os vereadores determinaram que o procurador explorasse lugares convenientes dentro da vila para conseguir água.²⁶⁹ Requerido seu financiamento ao governo da província devido à “míngua dos cofres da câmara”, o chafariz seria construído com os rendimentos das duas loterias conquistados pela câmara e as subscrições realizadas na vila.²⁷⁰ Em 1844, o vereador Antônio Torquato Leite Brandão seria então encarregado pela câmara de examinar e dar parecer sobre as águas que iriam abastecê-lo.²⁷¹ A planta do chafariz seria encomendada pela câmara ao engenheiro da secção das obras públicas da província, o coronel Conrado Jacob de Niemeyer. Ao não receber a planta feita pelo engenheiro Niemeyer, a câmara recorreria assim a planta “organizada por Garcia”. Residente na cidade de Valença, o espanhol Joaquim de Soto Garcia se apresentou a câmara em outra proposta como “arquiteto civil e Engenheiro”.²⁷² No pregão para arrematação da fatura do chafariz seriam apresentadas três propostas, sendo escolhida pela câmara, pelas vantagens constantes no termo de arrematação, a de Antônio Joaquim de Araújo. Tendo concorrido no pregão com a proposta de fazer toda obra civil do chafariz por 15:000#000 réis, Joaquim de Sato Garcia receberia, posteriormente, da câmara pela planta, plano e orçamento feitos, o valor de 200#000 réis.²⁷³ No ano de 1847, após identificar a necessidade urgente de se construir uma calçada nivelada o adro da igreja

²⁶⁸ ALMEIDA, Domingos de. Santa Casa de Misericórdia de Vassouras Memoria Histórica et PARREIRAS, Atahyde. Relatório do Provedor. Vassouras, Tip. Walfrido Silva, 1923. p.10.

²⁶⁹ Livro de atas da câmara municipal de Vassouras. Ata da Sessão Ordinária de 30/03/1841. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

²⁷⁰ Livro de atas da câmara municipal de Vassouras. Ata da Sessão Ordinária de 19/07/1843. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

²⁷¹ Livro de atas da câmara municipal de Vassouras. Ata da Sessão Ordinária de 01/09/1844. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

²⁷² TELLES, Augusto C. da Silva. Op. cit. p.49.

²⁷³ Livro de atas da câmara municipal de Vassouras. Ata da Sessão Ordinária de 12/06/1845. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

para segurar o chafariz, a câmara recorreria aos herdeiros do finado comendador José Corrêa e Castro para que remetessem aos cofres da municipalidade os valores doados em 1846.²⁷⁴ Anos depois, em 1859, o viajante francês Ribeyrolles visitou Vassouras e descreveu o chafariz como “gracioso e esbelto”, além de atender uma necessidade básica da vila, que era o de abastecimento de água.²⁷⁵

Contudo, não devemos desconsiderar o seu papel simbólico e o caráter monumental da paisagem urbana da vila. Adeptos dos códigos de comportamento considerados civilizados e refinados, os vereadores se empenharam em reproduzir na paisagem urbana formas arquitetônicas que remetessem a uma estética entendida como civilizada e bela, buscando aproximar Vassouras da Corte do Rio de Janeiro, bem como das cidades europeias.



Figura 6. Chafariz monumental da praça Barão do Campo Bello. Fotografia feita por Augusto C. da Silva Telles.²⁷⁶

²⁷⁴ Livro de atas da câmara municipal de Vassouras. Ata da Sessão Ordinária de 16/03/1847. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

²⁷⁵ RIBEYROLLES, Charles. *Brasil pitoresco* (1859). Tradução de Gastão Penalva. São Paulo: Martins; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1876, Vol.1 p. 231.

²⁷⁶ TELLES, Augusto C. da Silva. *Op. cit.* p.127.

Além da casa de caridade e do chafariz, outro importante equipamento público construído na vila durante o período estudado foi a igreja matriz. A pequena capela, que viria a se tornar a igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras, começou a ser construída em 1828, por meio de uma subscrição pública promovida pelo futuro Barão de Aiuruoca, Custódio Ferreira Leite. Localizada numa eminência, as margens da Estrada da Polícia, a capela começou a ser erguida antes da transferência da sede da vila para Vassouras, quando nas terras de Nossa Senhora da Conceição possuíam apenas quatro ou cinco casas.²⁷⁷ Foi ao redor da igreja matriz que a vila de Vassouras floresceu e se organizou. Posteriormente, as obras de ampliação da capela para transformá-la em igreja foram geridas inicialmente pelo Coronel Ambrósio de Souza Coutinho, primeiro administrador do Patrimônio da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, que se baseou na planta já elaborada pelo chefe da primeira secção de obras da província, Coronel Conrado Jacob de Niemeyer. Para acompanhar os gastos, foi criada uma comissão composta por Pedro Corrêa e Castro, Laureano Corrêa e Castro e o Comendador Francisco José Teixeira Leite, três nomes que comporiam a vereança da cidade. Em 1843, a administração da obra passa a ser feita por Francisco Teixeira Leite.²⁷⁸

Tendo requerido grandes recursos também dos cofres da província, a obra da igreja se arrastou por anos, fazendo com que vários estilos arquitetônicos fossem utilizados na sua construção, como o Barroco, Rococó (colonial e de influência lusa) e o Neoclássico (de influência francesa).²⁷⁹ O assunto foi tema do relatório produzido em 1849 por Joaquim José Teixeira Leite, então presidente da câmara, que deixava claro seu descontentamento com o ecletismo da igreja. Para ele, a igreja matriz possuía “imensos defeitos de sua arquitetura”, sendo a “única coisa boa que tinha” seus quatro altares laterais. Preocupado com a construção da nova Casa de Câmara e Cadeia, ele aconselhava a câmara sucessora a não “satisfazer-se com as plantas e riscos dos engenheiros”, uma vez que há no Brasil “uma Academia de Belas Artes, e já é tempo de consultarmos aos verdadeiros mestres da arte”. Para Joaquim José Teixeira Leite, se a câmara consultasse os especialistas evitaria “o desgosto de vermos na matriz – obra de tão sólida construção – um triste momento de nossas misérias em arquitetura”, reforçando seu descontentamento com o resultado final da obra da Matriz.²⁸⁰

²⁷⁷ Idem. Ibidem. p. 26.

²⁷⁸ TELLES, Augusto C. da Silva. Op. cit. p.51.

²⁷⁹ Idem. Ibidem. p.82.

²⁸⁰ Livro de atas da câmara municipal de Vassouras. Relatório de Joaquim José Teixeira Leite. Ata da Sessão Ordinária de 07/01/1849. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

O desembargador Alexandre Joaquim de Siqueira, antigo vereador da vila de Vassouras, ao que parece, também compartilhava da mesma opinião do presidente da câmara na época. Em sua “Memória Histórica do município de Vassouras” escrita possivelmente em 1852, ele afirmou ser “impossível classificar aquele edifício em qualquer dos gêneros da arquitetura conhecidos”. Segundo ele, apesar da planta da igreja “ter sido aprovada pela Diretoria de Obras Públicas, infringiu todas as regras de arte”.²⁸¹ Com trajetória de vida semelhantes, ambos bacharéis em direito e educados em círculos de socialização privilegiadas, Alexandre Siqueira e Joaquim Teixeira Leite defendiam que a composição plástica (interior e exterior) desses imóveis deveria ter como referência o estilo neoclássico. Foi buscando adequar a igreja aos novos padrões estéticos em voga na época, seria contratado pela câmara na década de 1850, o pintor catalão José Maria Villaronga. Ele foi o responsável por decorar as paredes internas da igreja com as colunas douradas existentes até hoje.²⁸²

O tão desejado edifício que unia câmara, cadeia e júri em um só espaço começou a ser construído em 1850, após ser instituído pela província a consignação mensal de 600\$000 réis para câmara.²⁸³ Esse pedido de consignação na lei do orçamento provincial, para construção do edifício, havia sido apresentado pela câmara a Assembleia Legislativa provincial, em 1845, por intermédio do deputado João Manoel Pereira da Silva.²⁸⁴ No entanto, os estudos para sua construção haviam se iniciado bem antes, ainda em 1834, quando a câmara encarregou o fiscal da vila de providenciar os planos. O fiscal apresentou aos vereadores dois riscos, um feito por um mestre e outro pelo Major Engenheiro Cezar Cadolino. Esses planos acabariam não sendo utilizados pela câmara que solicitou, em 1841, auxílio do governo da província. O Major Júlio Frederico Koeler, chefe da 2ª Secção de Engenharia, seria o indicado pelo presidente da província para proceder o levantamento da planta e o orçamento da casa da câmara e cadeia. Em junho do mesmo ano, a câmara receberia um ofício do engenheiro comunicando não poder comparecer a vila para levantar a planta do edifício, mas avisava que mandaria um ajudante para fazer o serviço que diz respeito ao exame da localidade e, com base em seu relatório, organizaria a planta e orçamento.²⁸⁵

²⁸¹ Siqueira, Alexandre Joaquim de. “Memoria Historica do Município de Vassouras”. In: Braga. Vassouras de Ontem, p.114.

²⁸² TELLES, Augusto C. da Silva. Op. cit. p.76.

²⁸³ Idem.Ibidem.p.47.

²⁸⁴ Livro de atas da câmara municipal de Vassouras. Ata da Sessão Ordinária de 20/02/1845. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

²⁸⁵ TELLES, Augusto C. da Silva. Op. cit. p.46-47.

Apesar da promessa do engenheiro de enviar um auxiliar a vila para realizar o levantamento, esta visita não foi feita de imediato. Em 1844, a câmara ainda aguardava o procedimento, conforme nos indica um ofício do novo Chefe da 2ª Secção, o engenheiro Carlos Rivière. Em ofício enviado ao presidente da província da época, Rivière comunicava que não poderia fazer o levantamento da planta imediatamente em função dos inúmeros serviços que tinham ele e seus auxiliares.²⁸⁶

Em 26 de novembro de 1839, o terreno onde seria construído o edifício foi entregue à câmara pelo procurador geral e administrador do Patrimônio de Nossa Senhora da Conceição, Ambrósio de Souza Coutinho. Desmembrado do patrimônio da dita Irmandade, o terreno foi cedido sem ônus ou pensão alguma para a câmara.²⁸⁷ Em 1850, os vereadores buscando manter a nova sede da câmara isolada das outras edificações comprariam também um terreno pertencente a Antônio Joaquim de S. Fontes. No terreno adquirido seria criada uma nova rua.²⁸⁸

O lançamento da pedra fundamental da casa de câmara, júri, cadeia e demais tribunais foi realizada como de costume na vila, com uma celebração e um Te Deum de ação de graças na igreja matriz. Programado para acontecer no dia 23 de julho de 1849, aniversário da coroação do Imperador D. Pedro II, a cerimônia contou com a participação do vigário, sacerdotes, músicos, moradores e dos vereadores, que após encerrada a sessão da câmara seguiram para igreja para acompanhar o evento.²⁸⁹

A obra do edifício foi administrada por uma comissão composta pelos cidadãos Alexandre Joaquim de Siqueira, Carlos Teixeira Leite e Antônio Torquato Leite Brandão. A autoria da planta arquitetônica que orientou a obra é desconhecida até a presente data, mas acredita-se que seja de um dos inúmeros engenheiros da província.²⁹⁰ Apesar do subsídio do governo provincial e das subscrições públicas realizadas pela câmara para financiar a continuidade das obras, essa passou por longo período de paralisação devida à falta de recursos. A arrematação final das obras do edifício só aconteceria em 1870. Neste ano, várias celas do pavimento térreo do edifício já se encontravam concluídas, passando a receber os presos.²⁹¹ O

²⁸⁶ Idem. Ibidem. p.

²⁸⁷ Livro de atas da câmara municipal de Vassouras. Ata da Sessão Ordinária de 14/10/1839. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

²⁸⁸ Livro de atas da câmara municipal de Vassouras. Ata da Sessão Ordinária de 28/09/1850. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

²⁸⁹ Livro de atas da câmara municipal de Vassouras. Ata da Sessão Ordinária de 16/07/1849. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras

²⁹⁰ TELLES, Augusto C. da Silva. Op. cit. p.46.

²⁹¹ Idem.Ibidem.p.47.

edifício da câmara e cadeia seria finalmente concluído em 1874, sendo inaugurado, segundo Ignácio Raposo, com um “rico mobiliário adquirido por três contos de réis”.²⁹²

A cadeia que, por muitos anos foi alvo de queixas dos vereadores que a consideravam insalubre e de uma “desumanidade para os presos”, agora finalmente estava concluída e era tida por algumas autoridades como uma das melhores cadeias da província.²⁹³ Com uma planta que atendia a estrutura carcerária preconizada pela legislação do Império, a cadeia possuía subdivisões que possibilitavam separar os presos por outras classificações e não somente por critério de sexo, como era feito na antiga cadeia. As latrinas hidráulicas com água corrente e o pátio interno com a presença de um tanque para banho dos presos, asseguravam melhores condições de higiene sem renunciar à segurança na cadeia. A falta inicial de um cômodo destinado ao confinamento dos presos indisciplinados (solitária) seria resolvido posteriormente, com a criação de “alçapão sob uma das celas”.²⁹⁴ A nova sede da cadeia, com seus espaços mais bem delimitados, permitiu um maior controle e disciplina dos presos.



*Figura 7. Casa de Câmara e Cadeia de Vassouras. Caixa Postal. Coleção de Elyσιο Passos.*²⁹⁵

²⁹² RAPOSO, Ignácio. Op. cit. p.195.

²⁹³ Livro de atas da câmara municipal de Vassouras. Ata da Sessão Ordinária de 07/01/1849. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

²⁹⁴ FERRARO, Marcelo. op. cit. p.195.

²⁹⁵ Disponível em

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon222222_229/icon222223.html.

O historiador Marcelo Ferraro ao analisar a planta da cadeia de Vassouras defende que esta não reproduzia plenamente as diretrizes do paradigma hegemônico dos saberes jurídicos e penitenciários da época, que se baseavam no isolamento espacial, vigilância interna impessoal e intromissão de normas pelos presos. As celas da cadeia de Vassouras por estarem localizadas na face lateral do edifício, viradas para as vias públicas da cidade, permitiam tanto a interação visual entre os condenados e a sociedade, quanto davam visibilidade as punições impostas aos presos pelos carcereiros, publicizando – ainda que de forma tímida – as punições corporais aos escravos condenados. Para Ferraro, mais do que um equívoco, essa forma de organização da cadeia representava a sociedade hierárquica e escravista brasileira, onde o poder era mantido combinando auto-disciplina e violência pessoal explícita.²⁹⁶

O pavimento superior do edifício se dividia em três partes, sendo uma delas destinada as atividades do judiciário, um hall central para a recepção dos ingressantes e um grande salão voltadas as sessões da câmara e do júri. Símbolo máximo da autoridade pública escravista na vila, o edifício da câmara e cadeia colocava as autoridades administrativas e judiciais numa posição superior não somente em relação as réus e presos mais também cidadãos pobres e escravos.²⁹⁷

A Construção separava e unia espaços e instituições, sobrepondo à cadeia e aos transgressores das normas vigentes – em sua maioria, pobres e de cor -, o judiciário e a câmara, ambos compostos por membros da camada social privilegiada. O monumento representava a opulência de Vassouras e de suas famílias mais abastadas, assim como o Estado Imperial, e reproduzia verticalmente na paisagem o discurso da ordem pública e da hierarquia social.²⁹⁸

Para além da construção de prédios e monumentos públicos, a câmara investiu também em inúmeras outras obras na vila no período, como calçamento de ruas, construção, reparo e alargamento de pontes, conserto de estradas, edificação de pontilhões, aterros e desaterros, erguimento de muros e obras de embelezamento do largo da igreja e praça matriz, entre outras. Em algumas dessas obras, os encarregados de sua construção ou reparo tinham ligações próximas com os vereadores da vila, como podemos observar nas atas da câmara. Em 1842, o arrematante do conserto da Estrada da Polícia, Luciano Leite Ribeiro, cobraria da câmara o

²⁹⁶ FERRARO, Marcelo. op. cit. p.197-198

²⁹⁷ Idem.Ibidem.p.200.

²⁹⁸ Idem.Ibidem.p.200-201.

pagamento das obras feitas na vila. Cunhado do presidente da câmara da época, Francisco José Teixeira Leite, Luciano seria nomeado também pela câmara, em dezembro de 1843, para receber da tesouraria do governo da província o valor de 268#000 réis relativo ao reparo de duas pontes na vila.²⁹⁹ Como se vê, os poderes constituídos na câmara auxiliavam na hora de fechar negócios no que compete a realização das obras públicas na cidade, consolidando os favorecimentos e consolidação de parentelas e clientelas.

Importantes para o desenvolvimento da vila, essas obras públicas realizadas pela câmara contribuíram tanto para consolidar o poder e influência política dos vereadores e membros da classe senhorial em Vassouras quanto para aproximar a cidade da corte e governo imperial. Ao gerenciar a execução dessas obras e financiá-las, esses grupos acabavam por consolidar na vila a imagem de homens ilustres e benfeitores, aumentando assim seu prestígio social e capital político. Cercada de toda uma ritualística e simbolismo pela câmara, as cerimônias de lançamento da pedra fundamental, que davam início as obras, e de inauguração dos prédios e monumentos públicos eram marcadas quase sempre pela tentativa de aproximá-las do governo imperial. Realizadas em datas significativas para o Império, como aniversário de nascimento do Imperador ou de sua coroação, essas cerimônias eram marcadas por festividades na vila e por homenagens ao Imperador Pedro II e demais autoridades locais que haviam contribuíram para sua construção. Misturando formalidades religiosas e cívicas, essas cerimônias organizadas pela câmara buscaram estreitar os laços da vila com a coroa e ao mesmo tempo angariar a aprovação de seus habitantes.

3.2 Formação, urbanização e ordenamento da vila de Vassouras

A formação da vila de Vassouras, segundo arquiteto Silva Telles, ocorreu à moda mineira, isto é, sem uma orientação prévia³⁰⁰ e tendo uma estrada e uma capela como referência. Localizada a beira da Estrada da Polícia e tendo a capela de Nossa Senhora da Conceição como elemento aglutinador, a vila se desenvolve de forma rápida, saltando de quatro ou cinco casas em 1828 para perto de cem em 1849, conforme relatório do vereador Joaquim José Teixeira Leite.³⁰¹

²⁹⁹ Livro de atas da câmara municipal de Vassouras. Atas da Sessões de 31/10/1842 e 22/12/1843. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

³⁰⁰ As vilas mineiras tinham uma formação muito mais livre e espontânea que as vilas e cidades do litoral, que estavam localizadas em sítios previamente escolhidos e seguiam um traçado e orientação específico.

³⁰¹ TELLES, Augusto C. da Silva. Op. cit. p.28. Livro de atas da câmara municipal de Vassouras. Ata da Sessão Ordinária de 07/01/1849. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

Vassouras, no entanto, possuía uma particularidade urbana que a diferenciava das cidades mineiras: as terras em torno da capela, à margem da estrada, eram de propriedade de uma irmandade. Ao distribuir primeiramente suas terras a prazo aos interessados, esta irmandade conferiu uma forma e um limite diferente ao povoado. Assim, ao invés de Vassouras seguir um traçado linear, como nas cidades mineiras, ela se desenvolveu ocupando compactamente todas as terras da dita irmandade, que só mais tarde seriam ultrapassadas.³⁰²

Administrada por essas duas instituições, irmandade, proprietária das terras, e câmara municipal, administradora, a vila de Vassouras desenvolveu seu processo de urbanização de forma rápida graças à harmonia e parceria existente entre elas. Ocupadas pelos mesmos homens que se revezavam ora na câmara, ora na mesa administrativa da irmandade de Nossa Senhora da Conceição, essas instituições juntas criaram todos os mecanismos que possibilitaram sua urbanização.³⁰³

Silva Telles, ao analisar as atas da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, afirma que desde as primeiras terras distribuídas na vila, já havia a preocupação de não se conceder uma área excessivamente grande para uma só pessoa, estimulando o surgimento de um maior número de casas e o adensamento da vila. Em 1847, com a organização do Patrimônio da Irmandade, essa política tem continuidade e são aprovadas as condições e as principais obrigações dos foreiros. Entre as várias obrigações dos foreiros estava o compromisso de que nos terrenos, que confrontassem com ruas e praças públicas, a construção das casas deveria acontecer dentro de um ano, a contar da data da Carta do Aforamento. Os prédios construídos nesses terrenos deveriam também ser finalizados dezoito meses após o início das obras, exceto se a magnitude da obra ou outro poderoso motivo impossibilitasse. Nesses casos, dois árbitros seriam nomeados, um pelo Procurador Geral e outro pelo foreiro, para estabelecer um prazo improrrogável para conclusão. Não ficariam isentos da pena, os foreiros que edificassem em somente uma parte do terreno, pois a exigência era aplicada a parte do terreno que confrontasse com praças e ruas. O não cumprimento dessas regras pelo foreiro, segundo regulamento da irmandade, acarretaria a perda da terra e todas as benfeitorias que nela existissem.³⁰⁴

Essas medidas adotadas pela irmandade teriam, de acordo com Silva Telles, não só agilizado a edificação da vila como também favorecido uma “disposição mais regular das propriedades e construções” nela existentes. Assim, ficariam nas áreas centrais os terrenos

³⁰² TELLES, Augusto C. da Silva. Op. cit. p.29.

³⁰³ Idem.Ibidem.p.32.

³⁰⁴ TELLES, Augusto C. da Silva. Op. Cit.p.32-33.

menores, com suas casas de frente para rua, e nas periferias ou fora do perímetro urbano, as grandes chácaras e fazendas.³⁰⁵

No que se refere a câmara de Vassouras, também notamos um rígido controle sobre o processo de edificação na vila. O foreiro antes de fazer qualquer construção na vila deveria, primeiramente, obter uma licença da câmara. Analisados pelos vereadores durante as sessões, esses pedidos de licença eram então encaminhados ao arruador e fiscal e só, então, era concedido o alvará de postura arruada. Dado início às obras, essas eram acompanhadas de perto pelos fiscais da câmara, que se baseavam nas regras de aforamento estabelecidas pela irmandade, fazendo cumprir, no centro da vila, o alinhamento das casas e edifícios junto às ruas e praças.³⁰⁶

Nos terrenos localizados fora do perímetro da irmandade, os pedidos de aforamento de terra estavam sujeitos as determinações e leis gerais de aforamento da câmara de Vassouras. Proprietária do antigo rocio da extinta vila de Pati do Alferes, a câmara, em 1841, estabeleceu por editais públicos, fixados em locais de costume, as condições para o aforamento de lotes de um terreno nesta localidade. Segundo esse edital, os foreiros deveriam pagar 20 réis por braça quadrada por ano, edificar os terrenos dentro de três anos contados da concessão e tirarem suas cartas de aforamento dentro de trinta dias contados da referida concessão, pagando no ato 6#400 réis aos cofres da câmara.³⁰⁷

Para além do alinhamento das casas, outra grande preocupação da câmara no período era com sua estética. Nos códigos de postura da vila adaptados na sessão do dia 01 de julho de 1845, os vereadores definiram, em seu parágrafo primeiro, que todas as casas da vila deveriam ser caiadas, não só na frente como na sua parte posterior, sob pena de ser mutado o proprietário de 20 a 60#000 réis. No segundo parágrafo, seria definido a necessidade de “lajedo de uma só peça de largura que o lugar permitir, nunca menos que 5 palmos; de cimalha lavrada ou de moldura nunca mais simples que a da casa da Sociedade Auxiliadora da instrução desta vila”.³⁰⁸ Definido o tratamento plástico e os detalhes necessários às fachadas das casas da vila, a câmara determinaria em março de 1846, que o fiscal fizesse o cumprimento da postura a respeito das casas não caiadas na vila e uso de cimalthas: “Que se officie ao fiscal para dar cumprimento da

³⁰⁵ Idem.Ibidem.p.33.

³⁰⁶ Livro de atas da câmara municipal de Vassouras. Ata das Sessões de 04/12/1838 a 10/10/1850. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

³⁰⁷ Livro de atas da câmara municipal de Vassouras. Ata da Sessão Ordinária de 28/07/1841. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

³⁰⁸ Livro de atas da câmara municipal de Vassouras. Ata da Sessão Ordinária de 01/07/1845. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

postura da câmara a respeito das casas não caiadas, tendo o mesmo em vista a casa de José Thomas da S. que está se edificando para estilo pôr a competente cimalha”.³⁰⁹ No código de postura municipal de 1857, a preocupação com a estética e ordenamento da cidade se mantém, sendo definido que o proprietário estava obrigado a “ter caiada ou pintada a frente do edifício e muros, bem como os fundos, quando seja avisado, e a renovar a caiadura ou pintura pelo menos de dois em dois anos”.³¹⁰

Juntas, portanto, as duas instituições, a Irmandade de Nossa Senhora da Conceição e a câmara municipal, indicaram as regras de organização e edificação da vila, estabelecendo uma regularidade e disciplina na sua urbanização. Ao estabelecerem um prazo para construção dos edifícios na vila e acompanhar de perto seu cumprimento, criaram todas as circunstâncias necessárias para seu rápido crescimento e manutenção como cidade, com direito à câmara própria.

As edificações em Vassouras sob orientação e supervisão da câmara municipal passaram a ser construídas ou reformadas seguindo o novo padrão de gosto e estilo da época. Assim, tanto as residências modestas quanto as mais opulentas abandonaram o estilo tradicional de construção e passaram a adotar elementos do estilo neoclássico. Segundo Telles, quase todas as construções vassourenses, mesmo as mais simples, apresentam elementos de influência neoclássica, sobrepostos a arcabouços integrados na arquitetura tradicional brasileira, vinda de Minas, só variando esses elementos, conforme o caso, em maior ou menor dominância. Apenas três edifícios em Vassouras possuem o conjunto plástico (construtivo e decorativo) inteiramente baseado no estilo neoclássico, sendo eles: a Casa da Câmara e Cadeia e as residências de Caetano Furquim de Almeida e do Barão do Ribeirão.³¹¹

Definida as regras para edificação das casas na vila, a câmara de Vassouras criaria também diversas outras normas que delineariam as relações sociais, relações de produção e convivência na vila. Nos livros de atas, observamos que a limpeza, a organização e o embelezamento do centro urbano da vila eram prioridades dos vereadores. Assim, é possível identificar diversas discussões em que são definidas as ações e punições a serem realizadas contra os moradores responsáveis por “sujamento das ruas”, por jogar entulho nas calçadas e fazer escavações em espaços públicos.³¹² Objeto de grande investimento da câmara, que se

³⁰⁹ Livro de atas da câmara municipal de Vassouras. Ata da Sessão Ordinária de 28/03/1846. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

³¹⁰ Livro de Posturas da Câmara Municipal de Vassouras. Typ. D'O Vassourense. Rio de Janeiro, 1863.

³¹¹ TELLES, Augusto C. da Silva. Op. cit. p.

³¹² Livro de atas da câmara municipal de Vassouras. Ata das Sessões de 04/12/1838 a 10/10/1850. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

empenhou no seu projeto paisagístico com o cultivo de árvores e grama, o jardim da praça matriz foi alvo dessas discussões em dois momentos. O primeiro, em 1846, quando vereadores exigiriam do fiscal a aplicação de multa a quem fizesse qualquer escavação na praça para obter areia, sendo o responsável obrigado a tampar os buracos feitos nela.³¹³ O segundo, ocorrido em maio de 1845, eles determinariam que se afixasse editais contra os donos dos carneiros e cabras que haviam arrancado a grama plantada na frente da igreja da matriz, exigindo que esses animais fossem retirados da vila no prazo de dez dias e fossem mantidos fora dela por um ano.³¹⁴ A insatisfação quanto a falta de zelo da população com as árvores da vila, ficaria evidente também no relatório de Joaquim José Teixeira Leite de 1849. Neste, o vereador recomendaria à câmara sucessora a atenção quanto as árvores plantadas na vila uma vez que era “muito o desprezo que eram tratadas” pela população.³¹⁵

A outra área que teve forte controle da câmara no período foi o comércio de carne. Buscando-se combater as práticas insalubres no abate dos animais, manter a higiene urbana e fiscalizar a qualidade da carne comercializada na vila, foi estabelecido pela câmara, em janeiro de 1842, um código de postura que proibia matar e cortar reses para consumo público dentro da vila e em qualquer outro lugar que não seja o matadouro público, sob pena de 20#000 a 40#000 réis de multa e oito dias de cadeia.³¹⁶ A venda de aguardente para “miúdos”, ou seja menores de idade, realizada por alguns fazendeiros da vila e tropeiros também foi objeto de repressão da câmara, que puniu os envolvidos com multa.³¹⁷

Em 1857, com a elevação de Vassouras a cidade, um novo ordenamento jurídico seria confeccionado pelos vereadores para orientar a organização e administração da cidade e manter sua ordem. Expressão dos ideários de civilidade, modernidade, urbanidade, educação e ordem, defendido por esses vereadores, esses códigos de posturas definiam o que cabia aos espaços públicos e privados da cidade, bem como as punições previstas para aqueles que descumprissem as normas estabelecidas pela câmara.

³¹³ Livro de atas da câmara municipal de Vassouras. Ata da Sessão Ordinária de 12/12/1846. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

³¹⁴ Livro de atas da câmara municipal de Vassouras. Ata da Sessão Ordinária de 20/05/1845. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

³¹⁵ Livro de atas da câmara municipal de Vassouras. Ata da Sessão Ordinária de 07/01/1849. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

³¹⁶ Livro de atas da câmara municipal de Vassouras. Ata da Sessão Ordinária de 14/01/1842. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

³¹⁷ Livro de atas da câmara municipal de Vassouras. Ata da Sessão Ordinária de 26/03/1839. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

Aprovado pelo governo da província no dia 28 de outubro de 1857, o novo livro de posturas de Vassouras era dividido em 5 temas distintos (títulos) e possuía, ao todo, oitenta códigos de posturas que regulamentavam as normas de convivência e conduta na cidade, padrões de higiene e limpeza, saúde pública, conservação dos espaços públicos, edificação de casas, manutenção de estradas e o comércio e abastecimento na cidade.³¹⁸

No título I, intitulado “Moralidade, Tranquilidade, Segurança e Comodidade dos Habitantes”, os vereadores definiram as regras para circulação de pessoas, carros e animais nas ruas e estradas da cidade, sendo expressamente proibido se transitar pelo município com folias e bandeiras a fim de tirar esmolas. A circulação de escravizados na cidade também era controlada, não devendo as casas de mercado locais consentir a demora dos escravos além do tempo razoavelmente necessário para as compras.³¹⁹ A ideia era evitar aglomeração de escravizados na vila, vista, pelos membros da classe senhorial, como propulsora de revoltas e balbúrdias. Com a mesma preocupação, o funcionamento dos estabelecimentos comerciais da cidade, com exceção das boticas, não deveria ultrapassar as dez horas da noite, segundo as mesmas posturas. Para as casas comerciais de produtos inflamáveis (pólvora) ou fabricação de fogos de artifício, seria necessária uma licença concedida pela câmara, que definiria o lugar e todas as condições de segurança necessárias.³²⁰

Assim como as cabras eram uma preocupação por destruírem os jardins, os cães eram proibidos de circular soltos (sem coleira e focinheira) pelos povoados e beiras de estradas da cidade, podendo seu dono ser multado. A regra também previa que o animal sem focinheira fosse sacrificado a pedido do fiscal.³²¹ Nas atas da câmara foi possível identificar alguns pedidos de pagamento pelos serviços de “matanças de cães que divagavam pelas ruas da vila”, demonstrando ser esse um problema constante na vila.³²²

Os jogos, ainda que lícitos, foram alvo de inúmeras restrições da câmara. Assim, era proibido jogar em tendas, tavernas e “casas de mercado público ou de tabolagem” qualquer jogo. A proibição se estendia também às casas particulares com hábito de reunir para jogos “pessoas desconhecidas, suspeitas, menores ou escravos”. O administrador ou caixeiro de casa pública que permitisse a participação de menores e escravizados em qualquer jogo também

³¹⁸ Livro de Posturas da Câmara Municipal de Vassouras. Op. Cit. p.1-18.

³¹⁹ Idem. Ibidem. p.04

³²⁰ Idem. Ibidem. p. 04-05.

³²¹ Idem. Ibidem.

³²² Livro de atas da câmara municipal de Vassouras. Ata da Sessão Ordinária de 02/03/1841. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

seriam punidos. Jogar com menores e cativos, envolvendo apostas em dinheiro ou coisa equivalente, podia levar a uma pena de dois a oito dias de prisão e multa.³²³

A segurança dos que transitavam nas ruas da cidade também foi tratada nas posturas, sendo punidos os donos de edificações desaprumadas ou arruinadas que não cumprissem suas demolições no prazo estabelecido na notificação da câmara. O uso de barracões, andaimes e outros materiais de construções nas ruas e praças da cidade sem licença da câmara também era passível de punição.³²⁴ Da mesma forma, as posturas também normatizavam o controle das formigas e outras pragas, devendo o dono das propriedades conservá-las livres de pragas que pudessem ofender seus vizinhos.³²⁵

No título segundo do livro de posturas, os vereadores definiriam as regras para abastecimento de Vassouras e outras providências sobre seus mercados e estalagens. Foi criado, assim, pelos vereadores, um mercado especial, denominado por eles de feira, que deveria funcionar aos domingos de sete da manhã até quatorze horas da tarde para compra e venda de produtos. Localizada na rua Larga, aos fundos da igreja matriz, essa feira teria especialmente farinhas, feijão, milho, legumes, frutas, açúcar, café, azeite, aves, ovos e peixes. Não era permitido pelas posturas atravessar objetos destinados para feira, ou comprar e vender esses artigos dentro da cidade antes e durante a feira. Ao fiscal da cidade cabia abrir e encerrar a feira, presidi-la, e manter a ordem enquanto ela durasse. A compra de produtos em quantidades tal que indicasse a intenção de privar os outros da concorrência também era proibida, devendo o fiscal impedir essa prática.³²⁶

A postura de 1857, no que se refere ao comércio de carne na cidade, determinaria novas regras, sendo proibido no município talhar e vender carne fresca sem licença da câmara, bem como conduzi-las para açougues sem que fossem em vasilhas ou carroças asseadas e devidamente cobertas. A carne só poderia ser exposta para venda em açougues limpos e devidamente aprovados pela câmara. Matar e comercializar carne de animal doente na cidade era proibido, podendo o contraventor pegar dois dias de prisão e pagar multa de 10#000 réis.³²⁷ A preocupação com os produtos alimentícios comercializados, também pode ser vislumbrada na punição prometida aos vendedores cujos produtos tivessem avariados ou fossem falsificados. Os pesos e medidas utilizados deveriam seguir “as formas da lei e estilo” e eram acompanhados

³²³ Livro de Posturas da Câmara Municipal de Vassouras. Op. Cit. p.04.

³²⁴ Idem. Ibidem. P. 05.

³²⁵ Idem. Ibidem. P. 06.

³²⁶ Idem. Ibidem. P. 06-07.

³²⁷ Livro de Posturas da Câmara Municipal de Vassouras. Op. Cit. p.07.

de perto por um aferidor da câmara a fim de evitar fraudes. Os vendedores de comestíveis e líquidos “mal aseados”, além dos armazéns, balanças, vasilhas, medidas ou lugares de depósito sujos também seriam punidos.³²⁸ Outro comércio regulado era o de ouro, prata, pedras e joias que não poderia ser feito por mascates não domiciliados no município sem pagar uma fiança de 2:000#000 réis aos cofres da câmara.³²⁹

Atentos à presença de “viandantes” na cidade, os vereadores criaram várias normas para controlar a hospedagem no município. As casas de hospedagem deveriam, assim, manter um livro de registro com as datas de entrada e saída, nomes e destino dos hóspedes que pernoitassem em suas dependências. As autoridades policiais locais deveriam ser notificadas caso o hóspede ocultasse o nome ou destino da viagem, bem como demorassem mais de três dias no município.³³⁰

O Código de Posturas regulamentou também as normas de saúde pública da cidade, definindo as regras para sepultamentos, exumações e cuidados com os túmulos. Priorizando o uso de cemitérios, ficava proibido sepultar em recintos, sacristias, corredores ou adros da igreja nas localidades em que este estivesse presente. O sepultamento de pessoas em locais não sagrados ou animais em locais sagrados era proibido.³³¹ Desta forma, o código já se modernizava e atendia ao processo de secularização dos sepultamentos que proibia os enterros nos adros e quintais das igrejas, como feito anteriormente.³³²

Para edificar o hospital ou qualquer outra casa destinada à receber enfermos dentro do município era necessário, primeiramente, a aprovação do plano pela câmara. Estava excluído dessa regra o atual hospital da Santa Casa de Misericórdia, já erigido.³³³

No que se refere ao cuidado de escravizados enfermos na cidade, a câmara criou a postura abaixo, buscando coibir o abandono por parte de seus proprietários.

46^a. Abandonar, mesmo concedendo liberdade, escravos afetados de morfeia, ou outra grave enfermidade, ou inválidos; consentir que eles, ou familiar, subordinado ou agregado, afetado de enfermidade contagiosa ou asquerosa, ande esmolando por povoados ou estradas: Pena de 30\$000 de multa. Os morféticos assim encontrados serão remetidos para o hospital de lázaros da corte; os de outras enfermidades poderão ser recolhidos ao hospital desta

³²⁸ Idem. Ibidem.

³²⁹ Idem. Ibidem.

³³⁰ Idem. Ibidem. p. 08.

³³¹ Idem. Ibidem. p. 09.

³³² RODRIGUES, Claudia. Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

³³³ Livro de Posturas da Câmara Municipal de Vassouras. Op. Cit. p.10.

*vila, sendo á custa do infrator tanto a despesa da condução como a do tratamento neste último hospital.*³³⁴

Tal regra deixa claro a preocupação dos vereadores com a difusão de moléstias contagiosas devido ao abandono de escravizados doentes pelos senhores, deixando, inclusive, transparecer que alguns senhores alforriavam esses cativos doentes para não se responsabilizarem pelos custos de seus tratamentos podendo alegar que eram libertos. A apreensão em relação às doenças, tinha seu contraponto na vacinação. As posturas recorreram principalmente às autoridades dos chefes de família, senhores, tutores e administradores para aumentar a cobertura vacinal no município. Assim, eles eram obrigados a mandar vacinar seus subordinados no dia, lugar e hora que o vacinador designasse ou fazê-los vacinar em sua própria casa. Os mestres ou donos de oficina, os diretores de casas de educação e os professores de instrução também seriam incluídos nessas posturas como responsáveis pela vacinação de seus alunos e aprendizes, não devendo eles admitir alunos não vacinados e tomarem todas as providências para que o fossem.³³⁵ O controle da varíola entravam nas posturas não somente em relação à vacinação, mas também criando a obrigatoriedade de notificar imediatamente ao inspetor de quarteirão ou vacinador sobre o surgimento de “bexigas” em seus subordinados.³³⁶

Tendo em vista a promoção de um ambiente social salubre e profilático na cidade, a câmara listou várias práticas proibidas aos habitantes do povoado, sendo elas: conservar água estagnada em pátios e quintais, ter canos e bueiros que despejem dejetos nas ruas, praças ou prédios dos vizinhos, fazer despejo de qualquer natureza na rua ou fora dos lugares que forem designados pela câmara, conservar sujas as testadas das casas ou margem de rios e córregos que atravessassem sua propriedade, entre outras.³³⁷

No título IV do livro de posturas, a câmara apresenta as principais normas a serem cumpridas para construção e reformas de edifícios na cidade, lembrando as primeiras regras de edificação da câmara ainda na década de 1830, demonstrando que este cuidado se manteve no tempo. De acordo com essas posturas, era proibido edificar, reedificar ou levantar muros á frente de ruas ou praças sem que se procedesse o alinhamento e nivelamento dado pelos peritos aprovados pela câmara. Permanecia, portanto, a necessidade de nivelamento e alinhamentos das casas do centro da vila observado no termo de compromisso dos aforamentos da irmandade.

³³⁴ Idem. Ibidem. p.10.

³³⁵ Idem. Ibidem.

³³⁶ Idem. Ibidem.

³³⁷ Idem. Ibidem. p. 10-11.

As fachadas das casas localizadas próximo a ruas ou praças deveriam, segundo essas posturas, observar o prospecto³³⁸ adotado e publicado pela câmara. Haja vista a necessidade de localizar as casas da cidade com facilidade, os proprietários deveriam renovar sua numeração, dísticos de rua e quarteirão, sempre que ficassem deteriorados ou após reconstruí-las, caiá-las ou pintalas.³³⁹ No que se refere ao lajeado das casas, a postura de 1857 traz algumas mudanças em seu tamanho e define prazo para sua colocação. Assim, as construções deveriam “ter em frente do edifício passeio lajeado com seis palmos de largura até três meses depois de concluído o edifício, se antes não for para isso intimado”³⁴⁰ Sobre as futuras ruas a serem criadas no município, a câmara definiu que elas nunca teriam menos de oitenta palmos de largura, salvo quando for uma travessa de pequena extensão. Nesse caso, a largura seria definida pela câmara conforme circunstâncias.³⁴¹ Tais disposições do título IV, eram integralmente aplicáveis à cidade de Vassouras. No caso das outras povoações do município, só seriam utilizadas, se a câmara jugasse de conveniência pública ou por requerimento dos habitantes. Para tanto, deviam ser afixados antes editais informando as populações desses lugares.³⁴²

No que tange ao tema das “estradas, caminhos, servidões e polícia rural, a câmara tratou nas posturas de Vassouras de, primeiramente, definir quais estradas poderiam ser consideradas municipais.

69ª. Por estradas municipais se entendem aquelas que dão trânsito público que se dirige para qualquer das povoações do município, para qualquer dos municípios continentes, ou para qualquer das estradas gerais ou provinciais que o mesmo atravessa. Também serão declaradas estradas municipais os caminhos particulares que, dirigindo-se aos referidos lugares, derem trânsito a dez ou mais pessoas, pertencentes a outros tantos fogos, por espaço de cinco anos, com ciência e paciência do respectivo proprietário, seu tutor ou administrador.³⁴³

Estabelecidas as estradas municipais, os vereadores indicariam as normas e disposições para garantir seu trânsito, conservação e evitar possíveis obstruções. As proibições estabelecidas pela câmara incluíam: colocar porteiros de varas ou de bater nas estradas; dispor estacas no leito das estradas por ocasião de pouso de tropas; estreitar, atulhar, tapar, usurpar e mudar o seu sentido e fazer escavações em seu leito desde que não sejam para melhorá-las.

³³⁸ O prospecto utilizado pela câmara para orientar as reformas e construções em Vassouras era submetido anteriormente a aprovação do presidente da província.

³³⁹ Livro de Posturas da Câmara Municipal de Vassouras. Op. Cit. p.10.

³⁴⁰ Idem. Ibidem. p. 10-11.

³⁴¹ Idem. Ibidem. p. 12.

³⁴² Idem. Ibidem.

³⁴³ Idem. Ibidem. p. 14.

Pensando na segurança dos transeuntes, as posturas proibiriam também caçar no leito das estradas e em lugares próximos que oferecessem perigo.³⁴⁴ Dos lavradores com propriedades próximas às estradas municipais era exigido: manter a boa conservação de suas testadas, fazer estivas e esgotos, concertar suas porteiras e aparar e acomodar suas cercas de espinho de forma que não atrapalhasse o trânsito nas estradas. As dimensões das estradas municipais também foram definidas pelo novo código de postura de 1857, não devendo elas ter largura menor de 26 palmos de largura.³⁴⁵ Manter o zelo e o bom funcionamento das estradas era algo muito importante tanto em termos comerciais, quanto de circulação das pessoas entre as fazendas de café e o centro da vila. Reparem que a postura apontava a importância que os particulares tinham na manutenção das estradas e na disposição de trânsito nas estradas nas adjacências de suas propriedades.

Importante ferramenta para ordenamento do espaço urbano, sendo suas leis diretrizes centrais a condução e organização de um espaço “civilizado”, a postura municipal em Vassouras não teve somente um papel normativo, punitivo e controlador, mas também um caráter educativo, formativo e cultural.³⁴⁶ Os vereadores de Vassouras, através das posturas municipais, procuraram orientar e educar os moradores sobre como construir edifícios, como comercializar carne, transitar pelas ruas e estradas da cidade, manter o ambiente limpo e salubre, bem como cuidar dos animais domésticos, ordenar os rituais fúnebres e as atividades de lazer. Dessa forma, observamos que, através da ação ordenadora e moralizadora das Posturas de 1857, os vereadores buscaram intervir em diferentes aspectos das vidas da cidade e de seus habitantes. Mas, as regulamentações também atingiam aqueles que não eram moradores da vila como menores, pedintes e principalmente de escravizados, que podiam vir se fora e tinham sua mobilidade controlada. A permanência de viajantes na vila também era normatizada pelos vereadores. Portanto, se por um lado percebe-se que as posturas continham um esforço de modernização do espaço (público e privado) e das práticas dos habitantes, buscando romper com alguns costumes considerados insalubres, rurais e não civilizados da população; por outro advinha do desejo de controle, normatização em prol de uma ordem pública que hierarquizava socialmente a cidade. A produção do espaço urbano foi uma prioridade da câmara no período, que redigiu várias normas para edificação, demolição e reformas na vila, definindo também o

³⁴⁴ Livro de Posturas da Câmara Municipal de Vassouras. Op. Cit. p.13-14.

³⁴⁵ Idem. Ibidem. p. 10-11.

³⁴⁶ LIMEIRA Aline de Moraes; MIRANDA, Ana Carolina de Farias. Um código para a história da educação: posturas como fonte e objeto. Revista História da Educação (Online), 2022, v. 26: e111818 DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-3459/111818>.

padrão estético a ser seguido por essas construções. Mas, se esta intenção pode ser vista dentro da ótica de construção da civilização para o bel prazer dos membros da classe senhorial, ela não abriu mão do controle dos escravizados e daqueles considerados perigosos (como no caso os estrangeiros desconhecidos) para a manutenção da boa ordem urbana.

Considerações finais

Os mandatos de Laureano Corrêa e Castro como presidente da câmara de Vassouras foram marcados tanto por momentos de crise, quando eclodiu a Revolta Manoel Congo na vila em 1838, como de celebração, a exemplo da declaração da maioria do Imperador feita em 1840. Durante sua presidência, a câmara realizou inúmeras obras de infraestrutura na vila, como construções de pontes, pontilhões, muros de pedras e reparo de estradas. A construção do curral e matadouro público também foi iniciada no período. A sede da antiga cadeia da vila foi comprada durante sua presidência, tendo Laureano contribuído com o donativo para sua aquisição. A entrega do terreno desmembrado de propriedade da irmandade para construção do edifício da casa e cadeia da vila, sem ônus ou pensão para a câmara, também teria sido formalizado durante sua gestão. No que se refere ao ordenamento da vila, observamos que durante sua presidência foram criadas as posturas que regulamentaram sobre o uso do curral e do matadouro público, buscando tirar do centro da cidade equipamentos considerados pouco higiênicos. Apesar dessas realizações, foram muitos os desafios enfrentados por ele a frente da câmara, tendo que lidar, por exemplo, com as incertezas em relação aos limites da vila e suas freguesias, com a constante carência de recursos do tesouro municipal, o avanço de doenças endêmicas e epidêmicas na vila e, por vezes, com falta de médico vacinador, o que dificultou a imunização dos moradores. Os conflitos envolvendo habitantes da vila, principalmente fazendeiros, foi outro problema que fez parte de sua administração, necessitando de mediação da câmara, como ocorreu em janeiro de 1839, em que dois fazendeiros divergiram sobre o traçado de uma estrada localizada próxima as suas propriedades. Tendo atuado sempre em favor dos interesses dos proprietários escravistas de Vassouras, sua atividade como vereador foi dedicada a defesa do cativo e ao combate de insurreições.

As propostas apresentadas por Laureano na câmara não foram muitas, sendo possível destacar apenas duas de maior relevância. Na primeira, apresentada em novembro de 1839, ele indicou que fosse enviada ao presidente da província uma representação na qual solicitava que a travessa ou atalho, a ser construído na estrada do Comércio, passasse por dentro da vila de Vassouras a fim de não ficar no “abandono”.³⁴⁷ Seu objetivo era manter o fluxo de pessoas e mercadorias na vila, garantindo assim a arrecadação de impostos. A segunda proposta, apresentada em julho de 1840 e aprovada pelos demais vereadores, buscava pessoas para

³⁴⁷ Livros de atas da câmara municipal de Vassouras. Ata da Sessão de Livros de atas da câmara municipal de Vassouras. Ata da Sessão de 14/10/1839. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

trabalhar em obras públicas, solicitando aos juízes municipais e de direito da vila que “para o bem da humanidade e quanto lhe permitisse suas atribuições ordenassem que os presos da cadeia prestassem algum serviço externamente, acompanhado por guardas policiais”. A ata da sessão, com o registro da proposta de Laureano, não detalha especificamente quais seriam esses serviços a serem executados pelos presos na vila.³⁴⁸

Fundador e administrador da fazenda Secretário e de outras propriedades agrárias na região e fora dela, Laureano Corrêa e Castro utilizou sua experiência administrativa e contatos pessoais estabelecidos no mundo do café para se consolidar no comando da câmara. Assim, para resolver as pendências financeiras do governo da província junto à câmara, ele e os demais vereadores recorreram ao amigo e comissário de café Domingos Alves de Silva Porto. Nomeado procurador da câmara, Porto recebeu dos cofres do tesouro da província o valor de 240#000 réis gasto com a alimentação dos presos pobres da vila durante o ano financeiro 1837/1838. Conhecido pela rigidez na administração da fazenda e cuidados com seus cativos, Laureano proporia que os presos da vila, em sua maioria pobres e de cor, fossem submetidos a um regime de trabalho forçado. Seu rigor no trato dos cativos ficou evidente principalmente no relato de Ribeyrolles, que se hospedou na Fazenda do Secretário em 1859.

(...) Ai me demorei alguns dias, estudando as disciplinas do trabalho forçado que via pela primeira vez. A violência, confesso, não mais me entristeceu. O que eu não conseguia era trabalhar. O senso humano me sofria. Não endereço essas palavras ao dono do Secretário. Trabalhador infatigável, mourejando desde o romper da alvorada, há quarenta anos que ele está, com seus negros, jungido ao cativo. A lei que ele aplica é a velha lei de seus pais. Lei que dentro em mim viola, ultraja o ideal de justiça. Meu coração sangrava em face da servidão das almas. Assim, saudemos e agradecemos o patricio gentil à graciosa acolhida do Secretário. Desejo ao Brasil muitos proprietários de seu quilate, e almejo para todos a dupla emancipação que consiste em trabalho livre e justiça.³⁴⁹

Fora do espaço da câmara, Laureano Corrêa e Castro continuou exercendo cargos públicos de relevância local como juiz municipal e de órfãos e delegado de polícia. Presidente da Comissão Permanente, órgão criado pelos fazendeiros para combater e prevenir possíveis insurreições na vila, ele fez imprimir na capital da província uma carta circular intitulada, *Instruções para Comissão Permanente*, na qual elencava as principais medidas a serem tomadas pelos fazendeiros a fim de evitar uma insurreição geral de escravos e reduzir a incidência e

³⁴⁸ Livros de atas da câmara municipal de Vassouras. Ata da Sessão de 07/07/1840. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras. Centro de Documentação Histórica. IPHAN Vassouras.

³⁴⁹ RIBEYROLLES, Charles. Op. Cit. p. 233.

reprimir insurreições parciais. Essa carta circular foi distribuída a todos os proprietários rurais de escravos da região. Sua trajetória prova que as íntimas relações entre os cafeicultores e a política local foram fundamentais para que os mesmos consolidassem seus poderes locais e tivessem gerência sobre diferentes instâncias da política municipal.

O outro irmão da família trabalhado nesta pesquisa foi Pedro Corrêa e Castro, mas, ao que tudo indica, ele teve uma atuação discreta como vereador. Nas atas da câmara, não são citadas propostas ou projetos apresentados por ele nas sessões. Seu grande feito como vereador parece ter sido o financiamento da estadia do Imperador, em 1848, que acabou por estreitar os laços da vila com o Imperador e a construção do hospital da Santa Casa de Misericórdia de Vassouras. Na cidade, ele foi reconhecido principalmente por ser o fundador e o provedor benemérito da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Vassouras, tendo atuado nesta instituição desde a sua fundação até sua morte em 1869. A tímida atuação de Pedro Corrêa e Castro na política local talvez tenha sido influenciada por circunstâncias que envolvem sua vida pessoal e privada. Tendo mantido uma relação conjugal e familiar com uma escravizada, Laura Congo, com quem teve seis filhos, Pedro optou possivelmente por uma participação mais discreta na câmara, buscando assim não chamar atenção para a família que tinha constituído, que em nada se encaixava no ideal de família senhorial defendido pela sociedade oitocentista do Vale do Paraíba. Com grande peso na vida dos indivíduos da classe senhorial, esse modelo de família previa casamentos somente entre membros da mesma classe e pessoas livres; e conferia aos envolvidos prestígio e redes de solidariedade entre seus pares. Assim, para manter seu prestígio e evitar condenações morais, Pedro Corrêa e Castro investiu em ações beneméritas na vila e só reconheceu oficialmente sua família após sua morte por meio de um testamento. O seu comportamento benemérito foi, portanto, uma forma de compensação por sua opção familiar distinta do modelo ideal da classe senhorial, conquistando com isso o respeito dos seus pares e o prestígio na vila.

Atuando nas principais instituições políticas e órgãos de justiça e polícia, os irmãos Corrêa e Castro, aliados às outras famílias senhoriais da região, se valeram de seus mandatos eletivos na Câmara Municipal de Vassouras e de cargos em outras instituições como instrumento de defesa de seus interesses tanto em nível local quanto nacional. Compartilhando vivências, sentimentos de identidade e interesses em comum com as demais famílias senhoriais da região, os Corrêa e Castro fizeram de sua prática política e administrativa uma ferramenta para impor seu estilo de vida e concepções, da própria classe senhorial, aos demais grupos

sociais. As posturas municipais, analisadas no capítulo 3, configuram muito bem esta imposição de valores.

Principal órgão de governança local, a composição política da câmara de Vassouras em nada representava os habitantes da vila, que eram em sua maioria homens e mulheres pobres e escravizados. Com capital político e prestígio na região, os fazendeiros ocuparam diretamente 48% dos assentos da câmara no período analisado. Nos dezoito anos examinados nessa dissertação, três importantes famílias senhoriais tiveram assento na câmara, dentre elas: Corrêa e Castro, Teixeira Leite e os Avellar (Gomes de Avellar e Ribeiro de Avellar). Tão logo a família Corrêa e Castro deixou a presidência da câmara, os Teixeira Leite a ocuparam, ficando nela por 12 anos consecutivos, de 1841 a 1852. Tendo à frente da administração da câmara uma classe política bastante homogênea e ideologicamente alinhada, a cidade de Vassouras desenvolveu seu processo de urbanização, como tudo indica, de forma rápida e sem grandes problemas, uma vez que não haviam disputas de poder e conflitos entre essas elites locais.

À frente da câmara, esses vereadores não pouparam esforços para manter próximos e fortes seus elos com as outras instâncias de poder, principalmente com o governo central e a família imperial. Durante todo o período analisado, a câmara organizou inúmeros eventos (cívicos e religiosos) que buscavam tanto estreitar os laços da vila com a Coroa, quanto difundir, entre seus habitantes, os ideários de nação concebidos pelo Império. Financiados com recursos dessas elites locais, esses eventos e cerimônias serviam, assim, para afirmar seus valores (econômicos, políticos, sociais e culturais) entre os habitantes de Vassouras e também fortalecer seus laços com a Coroa. Escolhidas de forma não aleatória pelos vereadores, as inaugurações e eventos públicos realizados em Vassouras eram quase sempre celebrados em datas significativas para o governo imperial, promovendo assim um verdadeiro culto à imagem do Imperador, D. Pedro II.

Alinhados às mesmas concepções políticas e sociais defendidas pelas elites imperiais, os vereadores de Vassouras dedicaram seus mandatos na defesa de questões relevantes para o Império, como a manutenção do cativo e a integralidade do território nacional. Dessa forma, toda e qualquer ameaça separatista (interna e externa) ou movimento revolucionário foi condenada pela instituição no período, não foi à toa que os fazendeiros de Vassouras condenaram o movimento liberal de 1842, aderindo aos valores Saquaremas.

A carência de recursos financeiros foi outra realidade enfrentada pela câmara de Vassouras no período. Com receitas limitadas para cobrir todas as despesas, como manutenção de serviços, folha de pagamento de funcionários e principalmente obras públicas, a câmara recorreu frequentemente ao auxílio do governo da província, aliados políticos, doação de habitantes e fazendeiros da vila. Foram muitas as estratégias adotadas pela câmara de Vassouras para aumentar sua receita e levar a cabo o projeto de cidade idealizado pelos vereadores. Sem contar com um sistema tributário eficiente, que fizesse a classificação e repartição equitativa das rendas gerais, provinciais e municipais, houve um enfraquecimento de algumas instâncias de poder, fortalecendo com isso as elites políticas locais. O vácuo deixado pelo Estado em Vassouras, em matéria financeira, acabou assim abrindo espaço para que os senhores de terras e grandes proprietários de escravizados fortalecessem seu poder, prestígio e influência política perante as populações dessas localidades, como procuramos demonstrar no primeiro capítulo.

No que se refere ao tratamento entre patrimônio público e privado pela câmara de Vassouras, observamos que, em muitos momentos, as fronteiras entre as duas esferas foram ultrapassadas pelos vereadores, que indicavam familiares e conhecidos leais para cargos públicos, ou até mesmo utilizavam as receitas da câmara para investimento em bancos privados ligados a eles. Já o processo de urbanização e o ordenamento do espaço público da vila foi outra prioridade da câmara no período. Nas atas e códigos de posturas da época é possível notar uma grande preocupação com a estética da vila e a manutenção da ordem pública.

Diante do exposto, podemos concluir que a câmara teve um papel fundamental para formação e desenvolvimento da vila de Vassouras. Foi a partir da câmara municipal que a vila foi pensada, planejada e construída. Responsável pela construção dos principais edifícios públicos da vila, a câmara comandou o rápido processo de urbanização de Vassouras e ditou também todas as regras para seu ordenamento urbano. Os códigos de postura criados pelos vereadores no período, normatizavam tanto aspectos do cotidiano da cidade quanto a vida de seus habitantes. Editados pelos vereadores com a justificativa de que o espaço (público e privado) de Vassouras deveria ser modernizado, rompendo-se assim com alguns costumes considerados insalubres, rurais e não civilizados na vila, essas posturas, adinham também do desejo de controle da câmara sobre o espaço urbano, mantendo uma ordem pública que hierarquizava socialmente a cidade. Principal órgão da política local, a câmara de Vassouras foi palco não só das decisões que ditaram os rumos da cidade, mas também de discussões sobre questões de âmbito regional e nacional. Era espaço privilegiado de atuação dos membros das famílias senhoriais locais, cujos mandatos eletivos foram utilizados como instrumento de defesa

de seus interesses particulares tanto no âmbito local quanto nacional e para impor seu estilo de vida e concepções aos habitantes da vila.

Referências bibliográficas

1. Fontes manuscritas

Arquivo Centro de Documentação Histórica - CDH (Arquivo do IPHAN em Vassouras)

Inventário de D. Mariana das Neves Corrêa. Inventariante: Pedro Corrêa e Castro. cód.101663572010, 1837.

Inventário da Baronesa do Campo Bello. Inventariante: Christóvão Corrêa e Castro, Cód. 102663733006, 1873.

Testamento do Barão do Tinguá. Testamenteiro: Antônio Agrícola Fontes, Cód.102663962038, 1865.

Livro Atas da camara municipal de Vassouras. Livro 2 (1838 – 1847).

Livro Atas da camara municipal de Vassouras. Livro 3 (1847 -1859)

Arquivo Câmara Municipal de Vassouras – Prefeitura de Vassouras

Correspondência enviada a câmara de Pati do Alferes pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, 1822.

Livro de posturas da câmara municipal de Vassouras (1857)

2. Fontes impressas

ANDRADE, Eloy de. O Vale do Paraíba. Rio de Janeiro: Real Gráfica, 1988.

BRAGA, Greenhalgh H. Faria. (Comp.) *De Vassouras: histórias, fatos, gente*. Rio de Janeiro: Ed. Ultra-set, 1972

BRAGA, Greenhalgh H. Faria. (Comp.) *Vassouras de Ontem, compilação de textos de autores locais* Rio de Janeiro: Cia. Brasileira de Artes Gráficas, 1975.

MARTINS, Antônio. Vereadores de Vassouras do Império à Nova República. Vassouras. Rio de Janeiro. Edição Particular. 1993.

RAPOSO, Ignácio. História de Vassouras. 2. Ed. Rio de Janeiro: SEEC, 1978.

RIBEYROLLES, Charles. Brazil pittoresco. Tomo II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional. 1859.

TELLES, Augusto C da Silva. “Vassouras: estudo da construção residencial urbana” In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, n. 16, 1968.

Periódico Impresso - Arquivo Centro de Documentação Histórica - CDH (Arquivo do IPHAN em Vassouras)

Jornal O Vassourense, edição de 26 abril de 1896.

3. Fontes Digitalizadas

Almanack Laemmert, edições de 1844 a 1889. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/88#?c=0&m=6&s=0&cv=570&r=0&xywh=-2602%2C-180%2C7314%2C3868>.

A Reforma, Órgão Democrático. Fundação Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. Cód.: TRB00043.0170, Label: 226440, Edição 00018, Sexta-feira, 24 de janeiro de 1873; Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=226440&PagFis=4407&Pesq=smith>. Acesso: 20 jul. 2024.

A Reforma, Órgão Democrático. Fundação Biblioteca Nacional: Hemeroteca Digital Brasileira. Cód.: TRB00043.0170, Label: 226440, Edição 00019, Sábado, 25 de janeiro de 1873; disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=226440&PagFis=4407&Pesq=smith>. Acesso: 20 jul. 2024.

Jornal “Correio Official da Província do Rio de Janeiro”. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=774243&Pesq=vassouras&pagfis=381>.

4. Fontes visuais

Cartão postal, coleção Elysio Passos. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon222222_229/icon222223.html.

JACOTTET, Louis-Julien. Fazenda du Secrétatio: Município de Vassouras (1). Paris [França]: Lemerrier, Imprimeur-Lithographe, 1861. 1 grav, litografia, pb. disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1113654/icon1113654.pdf. Acesso: 20 jul. 2024.

JACOTTET, Louis-Julien. Fazenda du Secrétatio: Município de Vassouras (1). Paris [França]: Lemerrier, Imprimeur-Lithographe, 1861. 1 grav, litografia, pb. Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1113654/icon1113654.pdf. Acesso: 20 jul. 2024.

LUDWING E BRIGGS. Villa de Vassouras. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], [1845-1846]. 1 grav., litogravura, p&b, 18,2 x 26,8 cm. Disponível em:

https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1424741/icon1424741.jpg>. Acesso: 20 jul. 2024.

TELLES, Augusto da Silva Telles. Fotografia do chafariz monumental da Praça Barão do Campo Bello. Disponível em: <https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=reviphan&pagfis=3987>.

Fotografia da Placa da sepultura José Corrêa e Castro – Acervo da autora.

5. Livros, Artigos, Dissertações e teses

ANDRADE, Pablo. A “legítima representante”: câmaras municipais, oligarquias e a institucionalização do Império liberal brasileiro (Mariana, 1822-1836). Dissertação mestrado Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências e Sociais. Departamento de História, 2012.

BORGES, Magno. Protagonismo e Sociabilidade Escrava em Vassouras: 1821-1850. Dissertação de mestrado defendida pela Universidade de Vassouras em 2005

CARVALHO, José Murilo de. A construção da Ordem e O teatro de sombras, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.

CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHALHOUD, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. História contada: capítulos de História social da literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

DOLHNIKOFF, Miriam. O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Editora Globo, 2005.

FAORO, Raymundo. FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 3 ed. rev. São Paulo: Editora Globo, 2001.

FERRARO, Marcelo Rosanova. A arquitetura da escravidão nas cidades do café, vassouras, século XIX. 2017. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. doi:10.11606/D.8.2017.tde-14082017-125752. Acesso em: 2023-04-28.

FORTE, José Mattoso Maia. Memórias da fundação de Vassouras. Rio de Janeiro: 1938.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Homens livres na ordem escravocrata. 4ª ed. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala. 25. ed. São Paulo: José Olympio Editora, 1987.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. “O nome e o como”. In: GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo et. al. A Micro-História e outros ensaios. Lisboa; Rio de Janeiro: Difel; Bertrand-Brasil, 1991, p.176-177.

GOMES, Flávio dos Santos. Histórias de Quilombolas – mocambos e comunidades escravas no Rio de Janeiro - Século XIX. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, 1995.

GÔUVEA, M. F. S. In: VAINFAS, Ronaldo (dir.). Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808). RJ: Objetiva, 2000.

GRAHAM, Richard. Clientelismo e política no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. O Homem e a Serra, Rio de Janeiro: IBGE, Edição da Divisão Cultural, 1963.

LIMEIRA Aline de Moraes; MIRANDA, Ana Carolina de Farias. Um código para a história da educação: posturas como fonte e objeto. Revista História da Educação (Online), 2022, v. 26: e111818 DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-3459/111818>.

LINHARES, Maria Yedda Leite. As listas eleitorais do Rio de Janeiro no século XIX. Separata n°48, Belo Horizonte, 1979.

LOBO, Olívia Dulce. Laura Congo e a família escrava do barão de Tinguá: reflexões sobre a família no Vale do Paraíba fluminense (1830-1888). 2017. 142 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

Mariana Muaze & Ricardo Salles, O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015.

MARQUESE, Rafael de Bivar. As origens de Brasil e Java: trabalho compulsório e a reconfiguração da economia mundial do café na Era das Revoluções, c.1760-1840. *História (São Paulo)*, São Paulo, v. 34, n. 2, p.116-118, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v34n2/0101-9074-his-34-02-00108.pdf>>. Acesso em: 05/02/2024.

MATTOS, Ilmar Rohloff. O Tempo Saquarema: A formação do Estado Imperial. São Paulo: Hucitec, 2017.

MILLIET DE SAINT-ADOLPHE, J.C.R. Diccionario geographico e descriptivo do Imperio do Brazil. Pariz, J. P. Aillaud, 1845. 2v. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/diccionario-geographico-historico-e-descriptivo-do-imperio-do-brazil-volume-ii.pdf>. Acesso em: 20/04/2023.

MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. As Memórias da Viscondessa, família e poder no Brasil Império. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

MUAZE, Mariana. Pensando a família no Brasil: ganhos interpretativos a partir da micro-história. Confuenze vol.8, No. 1, 2016, pp. 10-27, ISSN 2036-0967, Dipartimentodi Lingue, Letterature e CultureModerne, Universitàdi Bologna.

MUNIZ, Célia Maria Loureiro. A riqueza fugaz: trajetórias e estratégias de famílias proprietárias de terras de Vassouras, 1820-1890. Tese de doutorado. RJ. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, 2005.

PARRON, Tâmis. A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865. São Paulo: Civilização Brasileira, 2011.

PINAUD, João Luiz. Insurreição negra e Justiça. Rio de Janeiro: Exped, 1987.

PINTO, Jorge. Fastos Vassourenses. Vassouras, Fundação 1º de maio de 1935.p.256.

PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo: Colônia. 18 ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

RODRIGUES, Claudia. Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. "O governo local na América portuguesa: um estudo de convergência cultural". Revista de História, São Paulo, v. 55, n. 109, jan./mar. 1977.

SALLES, Ricardo Henrique. O Império do Brasil no contexto do século XIX. Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado. Almanack [online]. 2012, n.4, pp.5-45. ISSN 2236-4633. <http://dx.doi.org/10.1590/2236-463320120401>.

SALLES, Ricardo. E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SILVA, Karla. O Papel das Câmaras Municipais no Brasil Colonial: novas possibilidades de análise. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

SLEMIAN, Andréa. Sob o império das leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834). São Paulo: Editora Hucitec / FAPESP, 2009.

SOUZA, Alan de Carvalho. Sublevação escrava: reflexo da desordem senhorial. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo – 1780-1831. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

SOUZA, José Antônio Soares de. O efêmero quilombo de Pati do Alferes. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 1973.

STEIN, Stanley. Vassouras. Um município brasileiro do café, 1850-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

TELLES, "Vassouras, Estudo da Construção Residencial Urbana". In Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, v. 16, p.9-135, 1968.

TOMICH, Dale. Pelo prisma da escravidão, trabalho: trabalho capital e economia mundial. São Paulo: Edusp, 2011.

URICOECHEA, Fernando. O Minotauro imperial: a burocratização do estado patrimonial brasileiro no século XIX. Rio de Janeiro / São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1978, p. 36-37.

VARGAS, Eliseu Júnio Leite de. Insurreição quilombola e ordem senhorial: quilombo em Vassouras, no Vale do Paraíba Fluminense, em 1838. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em História, 2012.